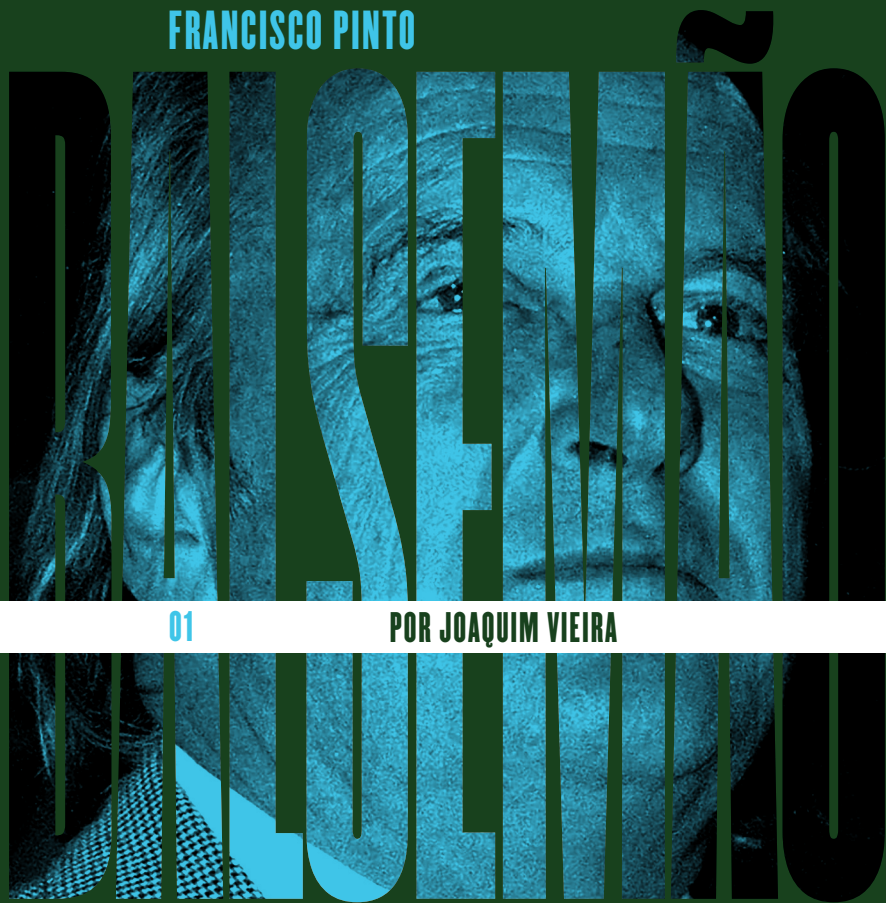


FRANCISCO PINTO



01

POR JOAQUIM VIEIRA

BALSEMÃO

RETRATOS POLÍTICOS III

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

FRANCISCO PINTO

BALSEMÃO

BALSEMÃO

POR JOAQUIM VIEIRA

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Inácio Rosa/Lusa

RETRATOS POLÍTICOS III

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2026 | Medialivre, 2026

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 560159/26

ISBN: 978-989-9080-40-9

Impresso em março de 2026 na Norprint.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



Francisco Pinto Balsemão, no Coliseu dos Recreios,
em Lisboa, a 24 de março de 1995.

**ENTRE
DOIS PODERES**

ÍNDICE

09	INTRODUÇÃO NUM INSTANTE TUDO MUDA
11	CAPÍTULO 1 A GAIOLA DOURADA
21	CAPÍTULO 2 O ESTUDANTE HEDONISTA
31	CAPÍTULO 3 NO APARELHO DO REGIME
39	CAPÍTULO 4 À FRENTE DE UM DIÁRIO
49	CAPÍTULO 5 A TENTATIVA REFORMISTA
59	CAPÍTULO 6 A PERDA DA INOCÊNCIA
67	CAPÍTULO 7 O JORNAL «PARA OS QUE SABEM LER»
75	CAPÍTULO 8 O SOPRO DA LIBERDADE
85	CAPÍTULO 9 UM CONSTITUINTE SEM EMPENHO
95	CAPÍTULO 10 O CAMINHO DO PODER
105	CAPÍTULO 11 PRIMEIRO-MINISTRO EM DOSE DUPLA
117	CAPÍTULO 12 A QUEDA
127	CAPÍTULO 13 «A TELEVISÃO PARA TODOS OS PORTUGUESES»
133	CAPÍTULO 14 ÚLTIMO ATO
140	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

INTRODUÇÃO

NUM INSTANTE TUDO MUDA

Ao princípio da noite de 4 de dezembro de 1980, Francisco Pinto Balsemão está no aeroporto de Pedras Rubras, no Porto, a aguardar a avioneta que trará de Lisboa o seu amigo e correligionário Francisco Sá Carneiro, então chefe do governo (e de quem é ministro de Estado Adjunto), e começa a estranhar a demora do aparelho.

Haviam combinado encontrar-se na urbe nortenha para um derradeiro esforço comicieiro, na noite dessa quinta-feira, a favor do candidato da formação política de ambos, a Aliança Democrática (AD), às eleições presidenciais marcadas para três dias depois. Sá Carneiro vinha acompanhado de outra destacada figura da AD, Adelino Amaro da Costa (ministro da Defesa), e das mulheres de ambos, assim como do chefe de gabinete do primeiro-ministro, António Patrício Gouveia, primo de Balsemão.

A demora prolonga-se sem que ninguém saiba porquê. Balsemão começa a sentir uma agitação nervosa entre outras pessoas também à espera dos viajantes. Até que uma delas irrompe para lhe anunciar de chofre: «O avião caiu à saída de Lisboa! Parece que morreram todos!»

Logo a seguir, Balsemão recebe a confirmação da tragédia por telefonema do ministro dos Transportes. «Fiquei em estado de choque», confessará. Como reagir a uma perda desta magnitude? «Depois de me isolar, quanto possível era fazê-lo

em Pedras Rubras naquele momento, e de controlar o choro e as lágrimas, a minha reação imediata foi que tinha de ir para Lisboa o mais rapidamente possível.»

O caso não é para menos: como presidente da AD e da sua principal componente, o Partido Social-Democrata (PSD), do qual Balsemão figura como n.º 2, o desaparecimento de Sá Carneiro abre um enorme vazio de poder, e sobre o ministro de Estado Adjunto recaem responsabilidades no esforço para colmatar a lacuna.

Por volta das 21h encontra um homem com uma avioneta disponível para o transportar nessa noite para Lisboa, na que será a viagem mais triste da sua vida: «Pouco falámos, e isso deu-me algum tempo para tentar refrear as emoções e os ataques de choro e pôr as minhas ideias em ordem, o que pouco consegui.»

Do ordenamento dessas ideias faz parte decidir se irá calçar os sapatos do defunto, tornando-se líder do PSD e da AD e chefe do governo, ou se deixará esse papel a outrem, optando por voltar a dirigir o influente semanário *Expresso*, de que é fundador e proprietário.

Balsemão sempre se equilibrara entre esses dois poderes – o mediático e o político –, mas chega agora, por circunstâncias que lhe são alheias, o momento em que lhe não será possível continuar a manter em pé em cada. Pode ter sido esse o dilema mais dilacerante da sua vida.

CAPÍTULO 1

A GAIOLA DOURADA

Há dois tipos de pessoas com expectativas mínimas, à nascença, de virem a ter uma posição e um contributo influentes na sociedade: os filhos de gente muito pobre, que enfrentam obstáculos colossais para singrar na vida, e os filhos de gente muito rica, que não têm de se esforçar para coisa nenhuma.

Francisco José Pereira Pinto de Balsemão, nascido de cesariana na Casa de Saúde das Amoreiras, em Lisboa, pelas 19h do dia 1 de setembro de 1937, pertencia à segunda categoria. Os augúrios eram, de facto, demasiado improváveis para se calcular que viesse a notabilizar-se por algo que não fosse uma existência desafogada, despreocupada e anonimamente feliz.

Filho de um casal da alta burguesia – Henrique Patrício Pinto de Balsemão, natural da Guarda, onde nasceu a 9 de setembro de 1897, e Maria Adelaide van Zeller de Castro Pereira, vinda ao mundo em Sintra a 11 de agosto do mesmo ano, casados havia já década e meia –, o bebé estava destinado a não ter irmãos. É verdade que, ao fim de muito tentarem uma gravidez, os pais, dois anos antes, haviam tido uma menina. Mas uma otite que contraiu aos seis meses degenerou em meningite, ceifando-lhe a vida, com apenas um ano, nos últimos dias de 1935.

Tendo já ambos atingido os 40 anos, seria pouco provável que Henrique e Maria Adelaide viessem a ter outra oportunidade de gerar uma criança para além da que nasceria no ocaso

do verão de 1937. Francisco José, que desde logo toda a gente passou a tratar por Francisquinho, foi por isso aguardado em casa com uma expectativa fora do comum, e saudado mesmo como bebé-milagre, ao perceber-se que o rebento era robusto, grande, saudável e até bonito. Era o ai Jesus da família, alvo de todos os cuidados e proteções, «mimadíssimo», no dizer de uma prima.

No palacete familiar, na Rua Ribeiro Sanches, à Lapa, o mais elitista dos bairros lisboetas, conjugava-se o empreendedorismo económico do lado paterno com a tradição aristocrática do ramo materno para criar ao recém-chegado o ambiente perfeito. Essa harmonia reforçava-se pela escolha dos dois padrinhos de nascimento: Nuno de Castro Pereira, irmão da mãe, e Francisco Pinto de Balsemão (ou Xico, como a família o conhecia), irmão do pai (e que vivia numa das alas do palacete, enquanto a família de Francisquinho ocupava a outra, havendo ainda espaço para os aposentos separados da avó paterna, Luzia).

Os dois manos Balsemão tinham herdado do pai, também Francisco Pinto de Balsemão, a Empresa de Lanifícios do Rio Diz, na Guarda, atividade que depois alargaram à Covilhã. Natural da freguesia de Alfaiates, no concelho de Sabugal, o avô Balsemão, nascido em meados do século XIX, fora um modelo do típico empreendedorismo de província associado ao período de expansão económica das últimas décadas da monarquia constitucional. Tendo começado a carreira como marçano, o seu espírito de iniciativa guindou-o a uma posição de relevo na região, a que também não foi estranho o casamento com a filha de um destacado empresário local, Francisco António Patrício, presidente da Câmara Municipal da Guarda (aos 25 anos), governador civil do distrito e provedor da Misericórdia, além de membro proeminente do Partido Regenerador (o mais influente do regime). Foi, aliás, pela via matrimonial que o velho Pinto de Balsemão se tornou sócio do sogro nos Lanifícios

do Rio Diz, a mais importante sociedade têxtil da zona, mas também na Empresa da Luz Elétrica, quando se preparava a eletrificação da Guarda.

Esta firma foi a única a apresentar uma proposta ao concurso aberto em março de 1896 pelo município da Guarda para a iluminação da cidade «por meio da luz elétrica», e o contrato foi determinante para o sucesso empresarial de Francisco Pinto de Balsemão. Três anos depois de inaugurada a iluminação pública, a Empresa da Luz Elétrica voltaria a surpreender a Guarda com a inédita instalação da rede telefónica.

O patriarca Balsemão não foi apenas o introdutor do progresso tecnológico na mais alta cidade de Portugal. Esteve também envolvido na política como simpatizante da causa republicana, havendo até passado, por isso, um período de exílio na Galiza.

Dedicou-se depois à criação de jornais antimonárquicos. Quando, em 1908, Afonso Costa visitou a Guarda, Balsemão encabeçou uma comissão de egitanienses para dar as boas-vindas ao caudilho republicano e lhe agradecer a sua ação. Mas não sobreviveria mais de dois anos após o 5 de Outubro de 1910, que instaurou a República em Portugal.

A família mudou-se então para Lisboa, onde os filhos Xico (o mais velho), Henrique e Irene procuraram completar a formação académica. Henrique ainda estudaria em Londres – e com recomendação republicana, remetida por Manuel de Brito Camacho (o líder da facção mais moderada do novo regime) ao embaixador português na Grã-Bretanha (e futuro Presidente da República), Manuel Teixeira Gomes: «O sr. Henrique Patrício Pinto de Balsemão, portador desta carta, é filho de um amigo meu, que foi um devotado republicano [...]. Tenho muito prazer em apresentá-lo ao Teixeira Gomes, porque se trata de um rapaz em quem concorrem as melhores qualidades.»

Uma década após sair da Guarda, Henrique Pinto de Balsemão casaria, aos 25 anos, com Maria Adelaide van Zeller de

Castro Pereira – a aliança perfeita entre o novo capital e a velha fidalguia. A linha genealógica de Maria Adelaide recuava até ao rei D. Pedro IV (também primeiro imperador do Brasil), de quem era bisneta por via bastarda. A sua bisavó era a brasileira Maria Benedita de Castro Canto e Melo (baronesa de Sorocaba pelo seu casamento com o primeiro barão dessa linhagem, Boaventura Delfim Pereira), irmã da marquesa de Santos, Domitila, a mais conhecida das amantes de D. Pedro.

Rodrigo Delfim Pereira, filho gerado de Maria Benedita, nascido no Rio de Janeiro um ano após a proclamação da independência do Brasil, foi reconhecido pelo imperador como seu descendente, beneficiando de uma herança que lhe facilitaria os estudos para uma carreira de diplomata na Europa, onde representou o seu país em Berlim, Paris e Hamburgo, entre outras cidades.

Haveria de se fixar em Sintra, na Quinta das Murtas. Uma das filhas seria dama de companhia da rainha D. Amélia, casada com o penúltimo rei português, D. Carlos, mas, para a família Balsemão, importou o seu único filho varão, Manuel Rodrigo de Castro Pereira, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Manuel Rodrigo, segundo senhor da Quinta das Murtas, casaria a 18 de maio de 1885, em Lisboa, com Cecília Maria van Zeller, de quem teria 12 filhos, incluindo Maria Adelaide, a futura mãe de Francisquinho.

A família Balsemão seria de parca geração. O tio Xico, embora tenha casado, não teve filhos. Quanto à tia Irene, consorciou-se e teve uma filha, que originaria um ramo Torres Pereira, perdendo-se por aí o apelido do clã.

Em 1942, dá-se, no âmbito familiar, um acontecimento que, mais tarde, terá enorme repercussão na vida de Francisquinho: o pai e o tio alargam a sua carteira de títulos como investidores num novo vespertino lisboeta, o *Diário Popular* (DP). O jornal tinha como projeto editorial a incidência em matérias políticas

e económicas, mas, num quadro de censura férrea à imprensa, instaurada pela ditadura do autodesignado Estado Novo, em vigor havia quase uma década, cedo evoluiria para uma linha mais consentânea com o nome, dedicando-se à reportagem, aos espetáculos e ao lazer, o que faria aumentar a sua circulação de uma tiragem média diária de 25 mil exemplares, na altura da fundação, para quase 90 mil, duas décadas depois.

A aposta no *DP* mostrou que os Balsemão não terão sido particularmente afetados pela contração económica resultante da Segunda Guerra Mundial, então na sua fase mais aguda. Embora o ditador, António de Oliveira Salazar, tivesse poupado o país ao conflito, eram inevitáveis os seus efeitos, sobretudo na carestia de vida, mas tudo isso passava ao lado de uma família tão abonada quanto esta. O tio Xico acabaria por se tornar sócio maioritário da empresa proprietária do jornal, mantendo-se ele e o irmão longos anos como seus administradores.

Demasiado protegido para que os pais suportassem a ideia de o inscrever numa escola, Francisco José iniciou os estudos primários em casa, com professoras que lhe davam lições de português, francês e, mais tarde, inglês – tendo, porém, rejeitado as aulas de música quando concluiu pela sua incompatibilidade com o solfejo (o que lamentaria na idade adulta, embora, por influência da mãe, se tenha tornado melómano). Um dos seus vizinhos, Nuno Meleiro, com a mesma idade mas pobre, filho de um cabo da Armada e de uma vendedora do mercado da Ribeira, que morava num segundo andar no lado oposto da rua, recordar-se-á da situação para ele insólita: «O Balsemão foi ensinado em casa por umas *nannies*.»

Numa mansão com mais de meia-dúzia de criadas, cada uma com tarefas específicas, Francisquinho nem sequer comia as refeições com os pais, como relatará: «Até aos 9 ou 10 anos, eu [...] almoçava e jantava sozinho, servido por uma criada. [...] Vivi quase enclausurado os primeiros 10 anos da minha vida.» Para

fugir ao confinamento, saltava clandestinamente os muros que rodeavam o jardim, a horta, o pomar e a capoeira pertencentes ao palacete para explorar a vizinhança, voltando sempre a casa a tempo de não levantar suspeitas.

Mas tinha autorização para brincar na rua com a sua bola de catchu (borracha natural), do mesmo tipo que usavam os futebolistas, em contraste com as bolas de trapos a que a maioria dos rapazes podiam aspirar. Bater com a bola contra a parede do prédio de Nuno Meleiro era o sinal para o vizinho descer e jogar com ele, «de pés nus, depois de descalçar o único par de sapatos que tinha». Francisquinho pedia-lhe ainda: «Tu, que és da rua, ensina-me asneiras.»

De resto, o seu convívio com crianças apenas se alargava às brincadeiras frequentes com os muitos primos do lado materno nas verdejantes traseiras de casa. Manifestando atração precoce pelo sexo oposto, convencia então as primas e suas amigas a subirem às árvores antes dele, com um só propósito: «Ficava cá em baixo a ver-lhes as cuecas.»

Já os jantares natalícios da família, na mansão da avó Cecília, com uma centena de divisões e uma capela de missa diária, situada ali próximo, na Rua do Prior, perpendicular à Francisco Sanches, eram revestidos de outra solenidade, imposta pelos pergaminhos aristocráticos da anfitriã (cujo aniversário ocorria, aliás, a 25 de dezembro).

Por influência da mãe, fervorosa católica, Francisco José iniciou-se logo durante a infância na prática integral e regular dos ritos e calendários da Igreja, que manteria ao longo de muitos anos, porque, por respeito, temor ou ambos os sentimentos, não tinha coragem para confessar a Maria Adelaide que perdera a fé.

As férias grandes eram passadas na Guarda, onde Henrique Balsemão se inteirava do estado do património empresarial da família, com frequentes circuitos pela Beira Alta, e em Cascais,

onde os pais de Francisquinho alugavam casa de vilegiatura. Sempre protetora, Maria Adelaide controlava todos os passos do filho. «A mãe era mais piegas do que rígida, sempre a dizer “Francisquinho põe o chapéu, Francisquinho olha o sol”, e ele tinha de andar sempre de panamá», recorda Jorge Maria d’Orey Pinheiro (Arnos), um amigo resultante das relações entre as famílias de ambos nos verões cascalenses. «Como criança, ele era um bocado mimado. Mas era um tipo normalíssimo. Encontrávamo-nos na praia da Rainha, porque eles tinham casa perto, na Rua da Saudade. E muito em festas, também.»

Cinco anos mais novo, Carlos Monjardino, que frequentava a casa da Rua da Saudade, indica outro ponto de apoio local da família Balsemão: «Quem na altura tinha casa na Quinta da Marinha, perto das furnas de Cascais, era o tio [Xico]. Ele [o sobrinho] vivia num ambiente claramente elitista. Andava sempre entre a casa dos pais e a dos tios. A ideia com que sempre fiquei é que o tio o protegia muito.»

O principal centro de encontro era o exclusivo Clube da Parada, onde se agregava a nata da sociedade local, quer a residente, quer a estival. A Parada era só para quem podia ter acesso, talvez o mais reservado num clube em Portugal. Os jovens que o frequentavam por privilégio familiar, como Francisco José e Jorge Arnoso, eram os «meninos da Parada». Conta-o o fadista João Braga, que acedeu ao círculo por via matrimonial: «Em Cascais, Balsemão era conhecido como “menino da Parada”. Para se votar a admissão de novos membros, havia um sistema de bolas brancas e bolas pretas, consoante se era a favor ou contra. Um Parvis, de origem persa, administrador da [fábrica de pneus] Firestone Portuguesa e dono do restaurante *Pabe* [em Lisboa], uma vez quis entrar e não conseguiu. Balsemão era membro natural pelo lado da família – não tinha de ser submetido a votação. Tudo quanto fossem pessoas de famílias brasonadas tinha entrada direta, a não ser que fossem uns trastes.

Eram as famílias que vinham da monarquia, já que ali D. Carlos passava férias e jogava ténis. Depois, havia uns agregados, quando se casava com um deles, como eu.»

Monjardino situa entre os do grupo de Francisco José «os Estarreas, os Correia de Sá, os Roquetes, os Espíritos [Santo]», tendo a Parada como agregador: «Íamos lá a festas. Era um clube mais de pais do que de filhos. Havia dois grupos: o da Parada e o do Clube de Patinagem de Cascais [ou Dramático de Cascais, que o jovem Balsemão também frequentava para assistir a jogos de hóquei em patins]. O da patinagem era bastante mais proletário.»

Sendo Cascais zona de refúgio de estadistas apeados do poder, os jovens da Parada viriam a relacionar-se com a família do filho e herdeiro dos direitos dinásticos do rei espanhol Afonso XIII, Juan de Borbón (Conde de Barcelona), o qual, em resultado do advento da república no país vizinho em 1931 e da instauração da ditadura do general Francisco Franco na sequência a guerra civil de 1936-1939, nunca haveria de ascender ao trono, passando a residir no Estoril a partir de 1945.

Por proximidade etária, Francisco Balsemão tornou-se num dos amigos locais do primogénito masculino do Conde de Barcelona (e por isso primeiro na linha de sucessão à coroa espanhola), Juan Carlos, quatro meses mais novo. Dom *Juanito*, como o putativo herdeiro do trono era tratado por família e amigos, estudava na Suíça e depois na própria Espanha, pelo que os encontros cascalenses estavam-lhe reservados para as férias. O que não o impediu de consolidar os laços com os amigos portugueses. «Juntávamo-nos muitas vezes com Juan Carlos», evoca Jorge Arnoso. «Eu era muito amigo dele.» E Vasco Pinto Leite, filho de uma destacada família local, proprietária da Quinta da Gandarinha e da zona envolvente, também amigo de Francisquinho, especificará: «Lembro-me do Dom *Juanito* muitas vezes nas festas em casa de Francisco Balsemão.»

Outro amigo, Luís Correia de Sá (Soveral), sete meses mais novo, ainda primo afastado (por via do ramo Castro Pereira), avança para um episódio ocorrido décadas mais tarde, escassos anos antes de Juan Carlos subir ao trono – e no momento em que, em Madrid, Franco o pusera a fazer o tirocínio para a função –, revelador do respeito que, entretanto, o futuro monarca viria a ter por Balsemão: «Fui convidado por uns alemães para uma festa em casa deles, perto de Frankfurt, e estava lá o Juan Carlos, já bastante bebido. Ele vê-me, vem ter comigo e diz-me: “Não digas ao Balsemão que me viste neste estado.” Identificou-o como uma espécie de tutor. Explicou-me: “Em Espanha é tudo controlado. Aqui, é a única oportunidade que tenho para me divertir”.»

Não podendo continuar a ter aulas em casa depois dos 10 anos, Francisquinho acabou com essa idade por abandonar a concha doméstica, começando por fazer, com sucesso, o exame da 4.^a classe, na Escola Primária da Rua do Machadinho, na Madragoa, e, logo a seguir a prova de admissão ao Liceu Pedro Nunes, à Estrela, onde obteve 14 valores.

Foi uma espécie de libertação, com sabor a descoberta e aventura: aprendeu a sair de casa sozinho e a fixar o percurso até ao liceu, com uma deslocação de elétrico pelo meio (apesar da curta distância). Aprendeu até a pendurar-se no exterior do veículo para poupar o dinheiro do bilhete, ao ter concluído desde cedo que ser rico não implicava ser gastador. Ou então que era preferível gastar os tostões poupados em diversões, como os matraquilhos e os bilhares do Jardim Cinema, na artéria do Pedro Nunes.

CAPÍTULO 2

O ESTUDANTE HEDONISTA

No liceu, Francisco José foi aluno de quadro de honra – o escol constituído pelos que tinham média igual ou superior a 14. Terminou o 1.º ano com esse valor, revelando-se um barra a Francês, onde obteve 17 valores em cada um dos três períodos, e sendo mais fraco em Desenho e Trabalhos Manuais, com uma média que se ficou pelo 10. Revelou mais vocação para as Ciências Geográfico-Naturais (média de 15) do que para o Português (14) ou a Matemática (13). Fosse como fosse, sempre com Bom em comportamento («Procedimento»), o caloiro revelou assinalável regularidade.

Sendo o liceu misto, embora a política educativa do Estado Novo obrigasse a que as aulas e recreios de rapazes e raparigas nunca coincidissem no mesmo espaço, um erro burocrático colocou Francisco José, no início do 2.º ano, numa turma feminina durante uma semana, convivendo com as colegas também no recreio. O que só contribuiu para aumentar a sua fascinação pelo outro sexo e a sua popularidade entre os alunos masculinos.

Nesse ano, conseguiu fazer subir a sua média global para 15. Manteve o quadro de honra em todos os períodos, assim como o Bom em comportamento. Sendo ano de encerramento de ciclo, alcançou 16 valores na prova escrita final, dispensando-o da oral.

Com mais quatro disciplinas do que as cinco contando para nota do 1.º ciclo, o jovem estudante não esmoreceria no 3.º ano,

em que repetiu a média de 15, com um percurso em crescendo do primeiro para o terceiro período, mais uma vez sempre no quadro de honra e com o mesmo comportamento. Se no Desenho o seu desempenho ainda andava abaixo da média (12 no conjunto do ano), foi nas línguas (Português, Francês e Inglês) que mais brilhou, com média anual de 16 em cada uma.

Aos sábados à tarde, nem ele nem os colegas escapariam às atividades da Mocidade Portuguesa (MP), a organização de enquadramento da juventude criada pelo regime e cuja frequência era obrigatória, com uso do uniforme próprio, até ao fim do segundo ciclo. A rotina da MP incluía a formatura dos filiados em parada, com execução de marchas e evoluções, assim como a entoação do hino da organização. Chegou a desfilar na Avenida da Liberdade num 1.º de Dezembro, dia da MP, mas dirá não ter apreciado a experiência, trocando as formaturas pelo desporto, concretamente a vela praticada no Dafundo, onde a MP muito desenvolvera a modalidade.

Fora da organização, além de querer ser toureiro a meio da adolescência, dedicou-se ainda a outro tipo de competições, como o pingue-pongue (de que foi campeão do 1.º ciclo, beneficiando da prática em casa com os pais), o hóquei em patins e o ténis. Em Cascais, tinha um «charuto», uma espécie de caiaque, oferecido pela família, com que, nas praias, impressionava as raparigas e fazia inveja aos rapazes.

Mas, acima de tudo, não ficou imune ao fascínio que o futebol já exercia nos jovens, tendo-se tornado adepto do Sporting, como, aliás, grande parte dos colegas do Pedro Nunes (onde o Benfica era claramente minoritário). Para a escolha do clube, pode ter também contribuído a afinidade onomástica com o Real Sporting Club de Cascais, designação oficial que na monarquia tinha o Clube da Parada (depois caída em desuso).

Só existindo equipa oficial de futebol do Pedro Nunes a partir do 6.º ano, Francisco e outros colegas, para satisfazerem o gosto

ao pé, formaram o seu próprio conjunto. Um dos membros do grupo era Luís Correia de Sá, que vivia na Rua do Sacramento à Lapa, vizinha da Ribeiro Sanches: «No Pedro Nunes, tínhamos uma equipa de futebol chamada “Os 11 Cruzados”, e jogávamos contra outros liceus.»

O pai de Luís Correia de Sá arranhou aos miúdos um treinador que fora um competente avançado do Sporting, e, com dedicação, a equipa dos 11 Cruzados tornou-se temível dentro e fora do circuito escolar. À época, alguns dos adolescentes do Pedro Nunes já fumavam, incluindo Francisco José, e aproveitavam os intervalos das partidas para puxar pelo seu cigarro da marca Aviz, os mais baratos.

No 4.º ano, Francisco regressou à média global de 14, com constância no quadro de honra e no comportamento. Mais uma vez, foram as línguas o seu forte, repetindo a média anual de 16 em cada. A sua média mais baixa, de 13 valores, foi repetida a História, a Ciências Físico-Químicas, a Matemática e a Desenho.

Manteve a regularidade académica no 5.º ano: 14 de média, 16 nas três línguas e Bom em comportamento. No Desenho é que não conseguiu passar da média de 10, ficando-se pelo 12 em Ciências Naturais e em Ciências Físico-Químicas. Tratando-se de ano de fim de ciclo, obteve 15 valores nos respetivos exames, significando nova dispensa às orais.

Cumprido o 5.º ano, os pais ofereceram-lhe uma bicicleta motorizada (ou ciclomotor) do tipo *Cucciolo Monotrave*, com que fazia frequentes surtidas noturnas sem conhecimento deles.

A inscrição no 3.º ciclo implicava a escolha entre um leque de diferentes opções curriculares que determinavam um futuro curso universitário a frequentar e, daí, a carreira profissional. A preferência que se abria ao jovem Balsemão parecia clara: mostrava melhor desempenho em Letras do que em Ciências. Era considerado, aliás, um dos alunos do Pedro Nunes que

evidenciavam melhores qualidades de escrita. Mas o curso de Letras era visto socialmente com alguma desconfiança, pela escassez de prósperas oportunidades que oferecia. Deste modo, não por vocação mas certamente por pressão social (e quiçá familiar), Francisco José acabou por escolher a chamada alínea e), que assegurava o acesso ao curso de Direito.

Logo na estreia do 3.º ciclo, as coisas começaram por não correr tão bem ao aspirante a jurista. Não que descesse para notas negativas, mas, no primeiro período, ficava pela primeira vez fora do quadro de honra, com uma média que só arredondada chegava aos 12 valores. A nota mais elevada era 14, em Latim, enquanto em Português descia para 13 e no Alemão não passava do 12. Mas o pior era em História, com um sofrível 10, passando para 11 tanto em Filosofia como em Organização Política e Administrativa da Nação (OPAN), a cadeira – tida como fácil – que ensinava o funcionamento institucional do Estado Novo e apenas consistia em decorar nomes e definições.

Em casa, a exclusão do quadro de honra (acompanhada de uma nota de comportamento apenas Regular) foi sentida com pesar. Confessará o próprio Francisco: «Os meus pais não me perdoaram, cortaram-me na semanada e trataram-me como se tivesse chumbado o ano.» Perceberia que o dever de ter boas notas – tal como, mais tarde, de trabalhar para criar riqueza – era «uma questão de educação»: «Os meus pais sempre puxaram muito por mim e meteram-me na cabeça que, pelo facto de ter nascido numa família sem problemas materiais, sem ser propriamente rica, me dava mais obrigações.»

A pressão familiar terá contribuído para o rapaz se encher de brios no resto do ano, recuperando o quadro de honra (e o Bom de comportamento) no segundo período (com média de 14). Curiosamente, a pauta também o inclui no quadro de honra no terceiro período, apesar de a média descer para 13,3 (falhando o mínimo de 13,5 exigido pelo estatuto dos melhores estudan-

tes). As suas melhores recuperações foram a OPAN e a Alemão (ambas para 15), mas a média do 6.º ano, 13 valores, foi a mais baixa desde que entrara no Pedro Nunes.

Datam de então os seus primeiros empreendimentos económicos, porque, como considerará depois, «era bom ganhar dinheirinho»: «Fiz traduções para o *Diário Popular* [...], e no 6.º ou 7.º ano do liceu tive um professor de Literatura de que gostava muito, o Gaspar Machado, e fiz uns apontamentos das aulas dele [...]. Vendi esses apontamentos. Fiz uma edição.» Isto porque haveria em casa uma cultura de empenho e de poupança. Como ele fará questão em insistir, os pais não lhe terão prometido, e muito menos mostrado, que a vida era um mar de rosas: «O meu pai só teve o primeiro carro aos 50 anos, [...] quando teve dinheiro para ter um motorista [...]. Andava de transportes coletivos. Táxi. Havia uma disciplina.»

Foi idêntico o seu percurso no 7.º e último ano do liceu: fora do quadro de honra no primeiro período (com média de 13, contrariando a sua afirmação de que apenas uma vez estivera excluído da galeria dos melhores), nele reingressou nos dois outros (ao subir para 14 e para 15), a conseguiu assim acabar com 14 de média. A sua melhor prestação deu-se a Alemão, onde evoluiu do 15 para o 17 e depois para o 18. Obteve média de 13 (a mais baixa) em Latim (onde começou com 10 e terminou com 16), História e Filosofia. Manteve o Bom de comportamento.

O promitente jurista suplantou-se-ia nos exames finais, em julho de 1954: 18 a Latim (Distinção), 17 a OPAN, 16 a Filosofia, 18 a Português (Distinção de novo), 17 a Alemão e 16 a História. Terminou pois o secundário com a brilhante classificação de 17 valores. Luís Correia de Sá entende que o mérito da recuperação se terá ficado em grande parte a dever a Henrique Balsemão, que puxaria pelo filho: «Nunca foi um estudante brilhante. Parece que deve os exames ao pai, que apertava muito com ele.» O resultado garantiu-lhe entrada direta para a uni-

versidade, com dispensa do chamado exame de aptidão. Escolheu, como seria natural ao tempo para quem vivia na capital, a Faculdade de Direito de Lisboa (FDL).

Acabara de atingir os 17 anos quando transpôs pela primeira vez a entrada da faculdade, ainda situada no antigo palácio dos Viscondes de Valmor, no Campo dos Mártires da Pátria (hoje Instituto Goethe). Para vencer a distância e as colinas de Lisboa, os pais ofereceram-lhe uma Vespa de 125 cc, o que o obrigou a fazer o exame de código da estrada e de condução.

Apenas um professor da FDL o deslumbrou de imediato, pela sua capacidade pedagógica e disponibilidade para dialogar com os alunos: o catedrático Marcello Caetano, que já fora ministro de Salazar (com a pasta das Colónias), além de chefe da MP.

No fim do ano letivo, Caetano ainda dirigiu as provas escritas mas não já as orais, por, entretanto, ter sido chamado outra vez pelo ditador para o executivo, ocupando a pasta da Presidência. Francisco obteve 12 na cadeira, tendo, aliás, passado para o 2.º ano com essa média (não brilhante, mas confortável para a FDL).

Foi então que tudo se complicou. Relatará um colega, Rodolfo Lavrador: «No 1.º ano, aquilo foi uma espécie de bodo aos pobres, mas, quando fomos para o 2.º ano, foi uma razia.» Sobretudo porque a nota final era atribuída após uma maratona de cinco provas orais feitas numa só tarde, que intimidava o mais afoito dos estudantes. Balsemão acabou como uma das vítimas do massacre, conforme escrito à frente do seu nome na pauta das orais: «Excluído». O exemplar aluno liceal claudicava no início do percurso universitário: «Foi um dos maiores choques da minha vida. Na Ribeiro Sanches, quase entrámos em luto profundo.»

É certo que, quando se tem 18 anos e as aulas são só de manhã (como era o caso na FDL), surgem centros de interesse que não os estudos. O próprio desdenhará o curso nesta fase:

«A Faculdade nunca foi, para mim, um ponto fulcral da vida. Ia às aulas [...], conversava, ia fumar o meu cigarro nos intervalos e saía do Campo de Santana logo que possível. O convívio entre alunos era limitado.»

Mas houve colegas de Direito com quem ele solidificou amizades que se prolongariam pela vida fora – casos de Francisco Costa Reis, André Gonçalves Pereira, António Ruella Ramos ou João Morais Leitão –, além de outros com quem também convivia, cada vez mais intensamente, em noites de estúrdia nos clubes noturnos da capital, em particular o *dancing* Comodoro, entre os Restauradores e o Rossio (com o atrativo de nele se exibirem prostitutas) ou, à entrada do Parque Mayer, a *boîte* Galo, lugar de criação de amizades com atores e coristas. Um dos muitos lados lúdicos da sua vida que nunca renegou: «Sempre gostei da noite. De “fechar” as *boîtes* ou as discotecas.»

Era também frequentador do *Hot Club*, na Praça da Alegria, o templo do *jazz* em Portugal. Autodidata, começara a praticar bateria ainda no tempo do liceu (assim como a tocar piano de ouvido), e, já na faculdade, avançou para a criação de um conjunto, como testemunhou Jorge Arnoso: «Mais para os seus 18 anos, o Francisco começou com a paixão da música. O meu irmão Bernardo também tinha essa mania, e chegaram a tocar juntos, numa banda em casa do Francisco, composta por gente diferente uma da outra mas todos amigos dele. O Francisco era o baterista.» O *jazz*, naturalmente, fazia parte dos programas do grupo.

A música era também uma forma de encantar as raparigas, das quais o estudante de Direito nunca desviava o olhar. «O Francisco Balsemão era comunicativo», garante Luís Correia de Sá. «Havia as festazinhas, as meninas que as frequentavam, e ele era um Dom João. As atitudes dele eram de quem tinha sucesso com as raparigas. Não era tímido, não tinha problemas em meter conversa. Era um homem que se atirava para a frente.»

Ao mesmo tempo, começou a desenvolver uma atração desportiva que se revelaria ainda mais forte do que o futebol, o hóquei ou o ténis – o golfe. E tornou-se apaixonado por tudo quanto dissesse respeito a desporto motorizado.

Mas, por enquanto, era ainda de *scooter* que andava (ou de que por vezes caía, uma delas ao atropelar um peão na Lapa, sem consequências). Já como repetente do 2.º ano de Direito, numa manhã de março de 1957, frente ao Instituto de Medicina Legal (onde ia ter aula da matéria, bem perto da FDL), levando de pendura o colega e amigo Luís Filipe Cabedo (já da mesma turma do 3.º ciclo), foi de encontro a um táxi que saía do Hospital de S. José. Do choque resultou o seu desmaio, com escoriações, e uma perna partida do passageiro. Em boa hora foram tratados no próprio estabelecimento, onde só então Balsemão acordou.

O caso mereceu menções da imprensa, então atenta a estes pequenos acontecimentos – casos do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias*. Mas os jornais não referiram que Balsemão chegou a ser detido na sequência da ocorrência, tendo-lhe sido aberto inquérito na Polícia Judiciária. Contudo, porventura após a imediata intervenção de um advogado, a prisão foi considerada ilegal e ele acabou libertado no mesmo dia.

A ocorrência não afetou a sua prestação académica: estimulado pela chicotada do chumbo, aplicou-se o suficiente para cumprir o 2.º ano com média de 13. Após um primeiro exame pouco auspicioso, em Direito Internacional Público, onde recolheu 11 valores, melhorou em Direito Civil (Teoria Geral) e Economia Política (ambos com 14), em Direito Corporativo (14), e, por último, em Direito Administrativo (12).

Mas, nele, os estudos nunca se sobrepuseram ao epicurismo. Os exercícios de sedução sobre o sexo oposto revelavam-se uma das suas atividades favoritas – e talvez a mais irresistível. Data dessa época o seu namoro com Helena Maria de Macedo Gen-

til, dois anos mais nova, filha de um advogado lisboeta, ainda com uma costela aristocrática pelo lado da mãe, e que depois se afirmaria como jornalista e intelectual de reconhecidos méritos, usando o nome que lhe adviria por via matrimonial – Helena Vaz da Silva. Quem testemunhou a relação foi Vasco Pinto Leite: «Ele namorou com a Helena, que lhe achava muita graça. Comecei o namoro com a Teresa Paiva Raposo numa festa na casa dele em Cascais. Depois passámos a andar juntos. Quando saíamos os quatro, a Helena tinha uma *chaperon* [vigilante] – andávamos com a *fräulein* dela. Saíamos todos os fins de semana. Íamos jantar fora, íamos para casa da Helena na Calçada do Combro, íamos ao cinema, íamos dançar...» A relação seria provavelmente platónica, a avaliar pela confiança que o jornalista Vicente Jorge Silva ouviu mais tarde da rapariga (e sua amiga): «A Helena dizia que o Balsemão tinha a obsessão das pernas [femininas], e por causa disso ela às vezes tinha de lhe dar uma palmada.»

O enlevo não haveria de durar muito, segundo Pinto Leite devido à volubilidade dele: «Houve uma rutura entre o Francisco e a Helena, provavelmente por uma coisa de saias.» A nova paixão poderá ter sido uma Inês Barahona, filha de uma família de Évora, onde o pinga-amor chegou a ir de *Vespa* para a encontrar, regressando já de noite «transido de frio». Será a ela que se referirá depois ao falar das suas primeiras influências ideológicas ou culturais: «Tive uma namorada que estava mais politizada do que eu e que me deu a ler desde o Sartre a autores que nunca tinha lido, embora lesse bastante.»

Pinto Leite verá, aliás, no amigo alguém com ideias algo distintas das do meio social em que ambos se movimentavam: «Brincávamos em relação ao Salazar. O Francisco Balsemão era uma pessoa com preocupações sociais.» De qualquer modo, o próprio admitirá não ter tido qualquer ação de natureza política em todo o seu percurso académico, com uma exceção –

assistir a uma sessão de propaganda do general que, apresentando-se como candidato presidencial, lançou o desafio mais bombástico (apesar de frustrado) ao longo consulado de Salazar: «A recordação política mais viva que tenho dessa época é a de ter ido, sozinho (e sem os meus pais saberem) ao famoso comício de Humberto Delgado, no Liceu Camões, em maio de 1958. Mal consegui entrar, mas fiquei indignado com o aparato e a violência do dispositivo policial.»

CAPÍTULO 3

NO APARELHO DO REGIME

Cedo, o estudante motorizado esqueceu a lambreta e passou para um automóvel, mais confortável, estável e, sobretudo, potente. O modelo escolhido foi um *Renault Dauphine*, comprado em condições especiais conseguidas pelo pai e o tio Xico, por a marca ser anunciante no *DP*.

Numa fase em que a FDL já tinha sido transferida para a recém-terminada Cidade Universitária, no Campo Grande, ele era um dos escassos estudantes que se davam ao luxo de ir de carro para as aulas. Exceção era também André Gonçalves Pereira, filho de um próspero advogado goês, que exibia um invejável modelo desportivo, como testemunhou outro colega, António Gomes Mota: «O Gonçalves Pereira tinha um MG. Era um exibicionista, precisamente o oposto do Balsemão, mas estudioso, muito bem classificado, sem nada de burro.» Entende Rodolfo Lavrador. «Eram meninos-bem, eu era mais pé na bola. Não posso dizer que houvesse segregação, mas era natural.»

O novo veículo dava a Balsemão outra autonomia e, como instrumento de sedução, outra capacidade, conforme observou Arnoso: «Desaparecia de carro. Só frequentava a praia do Tamariz, onde estavam as estrangeiras. Ele estava lá sempre, e sempre atrás delas. Arranjava sempre escapatórias.»

Não descurou, porém, os estudos. No terceiro ano, que terminou em julho de 1958 com média de 14 valores («Bom»), sobressaiu sobretudo em Economia Política (16 valores, «Bom

com distinção»). A nota mais fraca foi um 12 em Administração e Direito Colonial.

Manteve a rota e a média no ano seguinte, no fim do qual resolveu fazer logo a tropa. Dispensou o adiamento até ao fim do curso a que os universitários tinham direito e voluntariou-se para cumprir os 18 meses de serviço militar obrigatório enquanto frequentava a FDL. As Forças Armadas concediam facilidades a quem estudava, exigindo obrigações mínimas e permitindo dormir fora dos quartéis. Não teria assim a sensação de tempo perdido caso passasse pelos quartéis depois do curso.

Balsemão seria incorporado em 1959 na Escola Prática de Administração Militar (EPAM), ao Lumiar, em Lisboa (destino habitual dos estudantes de Direito). Duas semanas depois de assentar praça, inscrevia-se nas quatro cadeiras do 5.º ano. E, no dia do seu 22.º aniversário, iniciava a frequência do curso de oficiais milicianos do Serviço de Administração Militar, na área de Contabilidade e Auditoria. Aprovado no 1.º ciclo (o equivalente à recruta), estava a meio do 2.º quando recebeu guia de marcha para prosseguir o serviço militar na Força Aérea. Explicará ter sido «por sorteio (visto que nenhum dos cadetes da EPAM se voluntariou para ir para a Força Aérea, onde o serviço militar durava dois anos, contra o ano e meio do Exército).»

Apresentando-se na Base Aérea n.º 1, na Granja do Marquês (Sintra), logo a partir do mês seguinte foi autorizado a pernoitar fora, situação conveniente para ambas as partes, como recordará Fernão Fernandes Tomás, colega de Francisco (com quem ainda tinha laços familiares) no liceu e da FDL e incorporado na mesma data: «Eles não queriam sustentar-nos nem arranjar instalações para nós.»

Não fez formação para piloto, mas para o setor administrativo. Redirecionado para um curso de oficiais milicianos de Intendência e Contabilidade, terminou o primeiro estágio com 15,8 valores, sendo promovido a aspirante a oficial miliciano (que lhe

deu o seu primeiro ordenado, passando a dispensar as mesadas da família) e transferido para a secretaria do Estado Maior da Força Aérea, como adjunto no gabinete do subsecretário de Estado da Aeronáutica, o então coronel Kaúlza de Arriaga.

Passou logo a ajudante de campo do coronel. Um familiar muito próximo deste oficial revelará que «os pais de Francisco Balsemão convidaram o casal Kaúlza de Arriaga para almoçar, para lhe pedir que o filho fosse lá para o gabinete». A viúva do futuro general e comandante em chefe da tropa em Moçambique, Maria do Carmo de Arriaga, não desmentirá esta versão. Quanto ao envolvido, virá a contar o que, na ocasião, sentiu da parte dos pais: «Acharam [...] que, além de o convite ser um reconhecimento das minhas muitas qualidades, poderia também ser uma via para uma reconversão minha ao salazarismo, do qual, segundo eles, e tinham razão, me estaria a afastar.»

Nada que impedisse Balsemão de prosseguir os estudos. No livro de finalistas do seu ano, sobraçando o *DP*, é o único dos caricaturados que enverga *smoking*, sinal da intensa atividade social noturna, reforçada pela alusão a restaurantes, clubes e *boîtes* que frequenta. Está sentado ao piano, mas toca ao mesmo tempo bateria. Refere-se a sua paixão eborense (havendo então planos de casamento com Inês Barahona – o que não viria a acontecer). Entre as lombadas dos livros desenhados, reflexo de gostos e tendências, surgem os títulos «Borrachinhos e Caloiras», «*Pitié pour les Femmes*» («Piedade para as Mulheres») e «Tratado de Bridge» (prática que a mãe lhe ensinara). Mas a habitual página dedicada a poemas de homenagem, escritos por colegas e amigos, aparece em branco, indício de que o caricaturado secundarizou o ritual.

Cumpriu nos meses seguintes, com regularidade, as avaliações finais do 5.º ano, com média de 13 valores e notas de exames que variaram entre o 12 em Direito Processual Criminal e o 14 em Direito Processual Civil. Mas só terminou em segunda

época – já com o Natal à porta –, fazendo as provas de Direito Criminal e de Direito Processual Civil.

Terminada a licenciatura com a média global de 13 valores («Suficiente», a um ponto apenas do «Bom»), inscreveu-se para um 6.º ano complementar (em Ciências Político-Económicas), que reduziria o estágio profissional para a advocacia de 18 meses para metade. De acordo com as regras da FDL, a média de 13 seria insuficiente para aceder ao curso complementar, mas o recém-licenciado (que alegará nas memórias ter tido média de 14 «arredondados») lá se esgueirou. Só que acabou por desistir, invocando falta de entendimento com os professores do ano complementar (um deles Marcello Caetano) acerca da tese que deveria produzir.

A partir de início de 1961, o aspirante Balsemão acumula a função junto de Kaúlza com nova atividade: a colaboração no jornal *Mais Alto*, propriedade da própria secretaria de Estado da Aeronáutica e porta-voz dos interesses da Força Aérea.

Curiosamente, começou por escrever no periódico uma ficção em folhetim sem nada que ver com política ou aviação. Pelo menos nos primeiros três episódios, porque, entretanto, dá-se em Angola o início da guerra colonial e o jornal muda de prioridades, ficando para sempre interrompido o projeto literário do autor. Mas pode ter havido outra razão: no verão desse ano, Balsemão é nomeado chefe de redação do *Mais Alto*, retirando-lhe porventura a disponibilidade para prosseguir a sua efabulação.

O cargo – que permitirá ao jovem oficial uma primeira experiência na orientação de um jornal – faz parte de uma série de novas responsabilidades que Kaúlza vai atribuindo ao seu ajudante de campo. A mais sensível é o poder de manusear documentos reservados no âmbito da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar de países ocidentais de que Portugal fora cofundador em 1949) com a classificação até ao grau máximo de confidencialidade.

Para tanto, necessitou de luz verde da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado, a secreta salazarista), à qual prestou a declaração imposta pela ditadura para o exercício de funções no aparelho de Estado: «Convidado a esclarecer qual a sua posição e atividades políticas perante o Governo da Nação, declarou que concorda com o Governo da Nação; que nunca desenvolveu quaisquer atividades políticas.»

Apresentou também recomendações de figuras gradas do regime para o «abonar sob os aspetos moral e político» (nas palavras do agente que o investigou). Um deles, Clotário Luís Supico Pinto, desde 1957 presidente da Câmara Corporativa (CC), órgão de natureza consultiva que, ao lado da Assembleia Nacional (AN), fazia o papel de segundo hemiciclo, era casado com uma prima de Balsemão, Cecília Castro Pereira de Carvalho, filha de uma irmã da mãe. Escreveu Supico Pinto à PIDE: «Conheço-o de criança e considero-o muito acima da média em todos os aspetos. Filho único de pais ricos, não se estragou. [...] Penso que irá triunfar na vida graças à sua inteligência, caráter e qualidades de trabalho. No aspeto moral e político, também só posso dizer bem dele.»

O empenho do jovem alferes na defesa do *statu quo* é então iniludível. Num texto de natureza editorial que publica no *Mais Alto* no verão de 1961, fustiga todos os que, na sociedade portuguesa, não alinham com a resposta militar, «rapidamente e em força», ordenada por Salazar para combater a guerrilha nacionalista em Angola: «Há um abandono cobarde da única atitude coerente [...]. Impõe-se, cada vez com urgência mais premente, que, a bem ou a mal, os indiferentes acordem, os derrotistas ganhem fé, os inconscientes adquiram o mínimo necessário de maturidade, os oportunistas sejam completamente desmascarados, os interesseiros mudem de nacionalidade e os mal-intencionados sejam definitivamente eliminados.» No número seguinte, o articulista critica os EUA pela ambiguidade perante

a política de Salazar, falando da «posição de hostilidade latente que têm vindo a adotar em relação a Portugal»: «É necessário fazer compreender, a tempo e horas, aos americanos que é a eles também que Portugal defende em três continentes.»

Quanto aos países europeus, apesar das «votações contrárias a Portugal que têm feito na ONU», Balsemão acha que «o quadro não é tão negro como poderá parecer» nesta contagem de espingardas diplomáticas: «Saliente-se a muita consideração que devemos à Espanha [franquista], que, desde o primeiro momento, nos tem dado provas sobejas da sua amizade. Além deste, outros países, como a França, a Alemanha, a Holanda e a Bélgica têm demonstrado, com maior ou menor intensidade, a sua boa vontade. [...] É tempo de mostrarmos aos outros países europeus que somos territorialmente maiores e política e economicamente tão importantes como eles.»

O alferes reconhece com realismo a solidão portuguesa no mundo, mas julga poder ser revertida: «O *statu quo* atual e as perspetivas futuras não se podem considerar animadores, mas não são desesperados. [...] Não vem longe o momento em que a avalanche soviética se tornará tão perigosa que Portugal, de renegado, passará a exemplo.»

Também reveladora, no número de fevereiro-março de 1962 do jornal (ou revista, formato que mais tarde virá a ter), foi a publicação de uma reportagem não assinada mostrando uma série de fotografias captadas em Londres para demonstrar que, se Portugal era acusado no estrangeiro pelo seu atraso social, a Grã-Bretanha não estava à sua frente. O próprio Balsemão confessará mais tarde a autoria do trabalho e o seu objetivo eminentemente político: «Tinha havido um programa da BBC faccioso que descrevia Portugal como um país da miséria, só bairros de lata, e pediu-se vingança através da *Mais Alto*. Fui para Londres com um fotógrafo e um realizador de cinema e andámos à procura dos podres.»

No início do verão desse ano, Balsemão acompanha Kaúlza numa visita à África colonial portuguesa, fazendo também reportagem para o *Mais Alto*, como ao acompanhar o bombardeamento aéreo de uma aldeia supostamente infiltrada por «terroristas»: «O Ten. Cor. [Manuel Diogo] Neto, com perícia e pontaria admiráveis, pica sobre uma das palhotas e, no momento oportuno, faz funcionar as metralhadoras. [...] A operação repete-se até ao esgotamento das munições. [...] Nesse mesmo dia duas esquadrilhas [...] arrasaram o reduto inimigo.»

Explicará mais tarde que a passagem pelo gabinete de Kaúlza lhe serviu para conhecer o ponto de vista da barricada governamental, publicando o coronel um louvor ao alferes Balsemão «pelas qualidades evidenciadas e atuação demonstrada no desempenho das funções de ajudante de campo». O elogio foi publicado no último *Mais Alto* que chefiou, sendo então substituído na chefia da redação, por passar à disponibilidade no final de 1962, pelo amigo e colega de curso Francisco Costa Reis.

Não ficou desamparado um só momento: no próprio dia em que saiu da tropa, Balsemão foi nomeado como secretário do recém-empossado ministro da Saúde e Assistência, Pedro Soares Martinez, catedrático da FDL e seu ex-professor. Outro dos secretários de Martinez era o amigo António Ruella Ramos, um dos herdeiros da família proprietária do *Diário de Lisboa*, que concluíra ao mesmo tempo o curso de Direito.

O ministro não chegaria a perfazer um ano no cargo. Balsemão acompanhou Martinez na saída para fazer o estágio profissional no escritório de advocacia dele.

Por essa ocasião, porém, assumira já funções na direção do *DP*. Com o periódico nas mãos da família, sendo o tio o principal acionista e o pai um dos detentores minoritários do capital, o ingresso do herdeiro no jornal só dependia do desejo do próprio. E Balsemão teve-o, porventura correspondendo à atração pela imprensa ganha no *Mais Alto*.

Para tanto, criou-se no vespertino um cargo à sua medida, como reconhecerá depois: «No *Diário Popular*, fui para secretário da direção, um cargo inventado.» Não sendo jornalista, o lugar permitia-lhe desempenhar tarefas da profissão, inscrevendo-se mesmo no Sindicato dos Jornalistas como estagiário.

CAPÍTULO 4

À FRENTE DE UM DIÁRIO

Com a morte de Henrique Balsemão em 1964, aos 67 anos, o filho herda a participação paterna na empresa proprietária do *DP*, reforçando laços com o jornal.

O luto fez adiar umas semanas o seu casamento, que acabou por se realizar a 20 de setembro desse ano, ao fim de um curto namoro com a noiva, a ainda adolescente Maria Isabel Costa Lobo Cardoso, natural de Luanda, conhecida por Blixia (ou Belicha), filha do diretor-geral do Banco de Angola e admirada pela sua elegância. Ela e as duas irmãs – um trio muito apreciado pela beleza – eram também frequentadoras do Clube da Parada. O enlace teve Kaúlza de Arriaga como padrinho do noivo, e o casal instalou-se no amplo palacete da Rua Ribeiro Sanches.

O desaparecimento de Henrique Balsemão, deixando o filho em confortável situação financeira, poderia oferecer uma oportunidade ao jovem advogado para passar a viver de rendimentos, como chegou a admitir Rodolfo Lavrador: «Quando o Francisco recebeu a herança, pensámos: “Este rapaz não faz mais nada na vida, vai ali para o [restaurante de luxo] *Gambrinus* [junto ao Rossio] e pronto”.»

Mas não foi o que sucedeu. Herdeiro de uma participação de 16,6% no capital do *DP*, Balsemão não só manteve as funções de secretário da redação como ocupou a vaga aberta no conselho de administração.

Tendo começado a trabalhar no jornal quase em simultâneo com a sua passagem a administrador, o jornalista Armando Baptista-Bastos recordará os esforços de Balsemão para ganhar a confiança dos jornalistas – quase meia centena de homens boémios, cáusticos, empedernidos, traquejados e pouco coesos ou articulados –, ao mesmo tempo que pretendia impor a sua autoridade: «Eu entrava no gabinete do Balsemão, tirava-lhe um cigarro do maço e dizia: “Deixa-me cá foder o capitalismo.” Ele não levava a mal e até achava graça, mas corava.»

Acabou por levar a água ao seu moinho – acrescentará Baptista-Bastos –, introduzindo um conjunto de inovações que muito terão a qualidade do *DP*: «Quase todos nós éramos de cultura francesa, e ele começou a levar para lá os jornais ingleses. Distribuiu-os às pessoas, e dali tirávamos ideias. Deu uma dinâmica nova ao jornal. Sabia muito bem dirigir aquilo, e sabia muito bem das idiossincrasias das pessoas. E, depois, era muito afável.»

A sua secretária, Lucília Santos, recordará o espírito de iniciativa do chefe: «Quando ele entrou para o jornal, não havia secções [áreas editoriais temáticas] na redação, eram todos ao molho. Balsemão é que organiza as secções. A reunião diária de redação foi criada por ele. Mandou pôr telex [forma de comunicação escrita instantânea com o exterior] e mais tarde contrataram-se os serviços de agências internacionais. E estava sempre a inventar iniciativas.»

Para Lucília Santos, o diretor do *DP*, Martinho Nobre de Melo – um ex-juiz conselheiro que fora professor de Balsemão na FDL, antigo ministro da Justiça do presidente Sidónio Pais e dos Negócios Estrangeiros logo após o golpe militar que, a 28 de maio de 1926, instaurou a ditadura – «era só um verbo de encher», que ignorava o quotidiano do jornal, deixando ao sobrinho do dono a liderança efetiva da redação, exercida com plena autonomia.

A jornalista Maria Antónia Palla, que seria, em 1968, uma das três primeiras mulheres a entrarem para a redação (por convite de Balsemão, preocupado em diversificar e rejuvenescer a equipa, eliminando assim a regra da masculinidade exclusiva até aí em vigor), terá versão idêntica, enaltecendo os méritos do responsável: «O diretor oficial era Martinho Nobre de Melo, mas na verdade Balsemão era o diretor executivo. Introduziu na redação sistemas de trabalho inteiramente novos. Às 08h, havia a reunião com os chefes de secção para discutir o que iria ser o conteúdo da edição, e a essa hora ele já lá estava. Era charmoso, bem-educado. Tinha aspeto de menino-bem, mas era um trabalhador, e realmente deu uma grande volta no *Diário Popular*. Preocupou-se em aumentar a qualidade do jornal sem perder a sua faceta popular.» O próprio reconhecerá: «Arranjei um território e tive o mérito de o ocupar e desenvolver.»

Compensa o esforço de Balsemão, que passará também pela atribuição de mais responsabilidades aos jornalistas, pelo estabelecimento de uma rede de correspondentes, pela aposta em reportagens em Portugal e no estrangeiro (que por vezes assina) ou pelo reforço da informação cultural (com o «Suplemento Literário» das quintas-feiras, para o qual convida a escrever a nata dos escritores portugueses do tempo (dos quais Ruben Andresen Leitão – Ruben A. –, de quem se tornará amigo, cúmplice e confidente, além de lhe abrir contacto com outras figuras dos setores intelectual e artístico). O *DP* é um êxito de vendas, como explicará depois: «Chegámos a ultrapassar o *Diário de Notícias* na casa dos 130 mil [exemplares impressos por dia]. E havia *O Século*, a vender 80 ou 90 mil, o *Diário de Lisboa*, *A Capital* [a partir de 1968] e os jornais do Porto, que eram bons negócios e vendiam.»

Classificará a passagem pelo jornal (sediado no Bairro Alto, à semelhança de quase todos os outros) como «uma aprendizagem». Mais do que isso, considera ter sido essa experiência,

acima de qualquer outra, a introduzi-lo no universo da política: «O DP deu-me uma forte consciência política, com jornalistas que tinham estado presos [...]. Havia a Censura, que nos massacrava todos os dias... [...] A única chatice que tive com a PIDE foi por causa de uma página de turismo que era feita por mim e por um jornalista que já tinha tido graves problemas com a PIDE [o também escritor Mário Ventura Henriques]. Tive dois interrogatórios, o segundo dos duais durou para aí oito horas [ou 12 horas, como afirmaria noutra ocasião], daqueles em que já não há cigarros e o polícia pergunta se eu não quero um cigarro... E ameaças de que ia preso. [...] Não é nada comparado com o que tanta gente sofreu [...]. Mas, [...] nessa altura, tive receio.»

Maria Antónia Palla entende que esse desafio quotidiano terá sido crucial para o crescimento político de Balsemão: «Ele começou a fazer um arquivo dos cortes que a Censura efetuava. Que estava contra a Censura, é evidente. O *Diário Popular* foi importante para o despertar nele dos problemas, não só editoriais.»

Baptista-Bastos distinguirá sobre o seu chefe: «Politicamente, percebíamos que era um homem de direita, mas outra coisa, uma direita à inglesa, que respeitava os valores democráticos.» Num curso sobre «Concentração de Empresas Jornalísticas e Sociedades de Redatores», que decorreu em Estrasburgo em maio de 1968 (enquanto em Paris se desenrolavam as manifestações que nesse mês abalaram França), Balsemão conheceu e tornou-se amigo do jornalista Juan Luis Cebrián, futuro cofundador e diretor do *El País* (o grande diário da democracia espanhola), que explicará tê-los aproximado idêntica posição contra as ditaduras ibéricas: «Partilhávamos de um mesmo sentimento antifascista e liberal [...]. O Francisco sempre me pareceu um homem de profundas convicções morais e com um indubitável pendor para a política. Aí começou a consolidar-se uma das mi-

nhas poucas amizades que sobreviveram às armadilhas do tempo e ao desgaste da distância.»

Maria do Carmo Cabrita, uma década mais nova, que, nos anos 1960, conheceu Balsemão e era sua vizinha na Lapa, assegura que o administrador do *DP* estava já longe da fidelidade à política salazarista: «[O presidente norte-americano] John Kennedy era a referência para ele. O Francisco era contra a guerra do Vietname [levada a cabo pelos EUA] e contra a guerra portuguesa em África. Achava que tinha de se negociar.»

Outra característica que desde cedo se colaria à imagem de Balsemão foi a simpatia que sempre irradiou, uma afabilidade espelhada em sorrisos rasgados que iam de orelha a orelha e quase lhe faziam sumir os olhos. Tal atitude serenava conflitos e evitava crispções. Lucília Santos conta, a propósito de problemas existentes na secção de impressão do *DP*: «O homem da tipografia dizia-me sobre o Balsemão: “Ó menina, eu quero zangar-me com ele mas não consigo”.»

Distingue-se também por uma peculiaridade a que ficará associada a sua carreira de empresário da comunicação social, e que Baptista-Bastos testemunhou: «Ele permitiu-me fazer coisas admiráveis no *Diário Popular*, mas era um sovina, um gajo lixado. De tal maneira que ficou com os fatos do pai. Um dia disse-me: “Esta camisa, por exemplo, era do meu pai.” Não precisava. Há tempos, foi encontrada num alfarrabista uma carta minha para ele em que eu protestava porque só ganhava 12 contos e precisava de ganhar 15.» O jornalista não terá sido aumentado.

Regateia igualmente com os colaboradores o valor a pagar-lhes pelos textos, como com Ruben A., a quem escreve, com espírito, em 1965, depois de o outro submeter um preço pelo seu trabalho: «Tenho a honra de comunicar-lhe que o calibre da sua pena se apresentou para nós bem mais ligeiro. Assim, o preço *standard* de 500\$00, embora atraente para V. Ex^a., não é compatível com os nossos magnânimos mas rigorosos critérios.

Julgamos que, por 400\$00, V. Ex^a. poderá receber a generosa retribuição dos seus préstimos epistolares.»

A intensa correspondência de Balsemão com Ruben A. espelha ainda outra das suas facetas: gozar os prazeres da vida. Apesar de uma exigente atividade profissional e de uma família a cargo, incluindo os dois filhos que nasceriam entretanto – Mónica em 1967 e Henrique dois anos depois –, ele mantinha os hábitos de *playboy* há muito adquiridos.

À medida que se aprofunda a amizade recíproca, as suas trocas epistolares com o escritor (que trata por *Rubinho*) são tão escaudantes que o próprio Balsemão escreverá nas memórias: «A maior parte não é reproduzível, porque aborda questões pessoais/sentimentais/sexuais, que envolvem senhoras cujo bom nome é essencial preservar.»

Mas é possível detetar, por exemplo, que em 1968, durante uma viagem a Moçambique, instalado no hotel de luxo Polana, em Lourenço Marques, Balsemão escreve ao amigo num postal ilustrado: «Nesta relva fofa (do Polana) as loucuras que Rubinho não faria...». E, dois meses depois, concluindo uma missiva pessoal datilografada sob a chancela do *DP*: «Na sua carta falava-me [...] pouco em raparigas. Então? Quando tiver tempo, escreva-me, com pormenores, o que pensa sobre a nossa eventual incursão nortenha.» Uma semana depois, é mais explícito: «Logo que tiver notícias sobre a minha nova amante nortenha, não deixarei de lhas transmitir, pois, como não sou egoísta, gostaria que dela compartilhasse.»

A este respeito, João Braga traça-lhe um perfil reafirmado por muitos outros que o conheceram: «Qualquer menina atraente que lhe passasse por perto, não perdoava. Era uma característica dele.» Na boa sociedade, o seu nome ganhara já fama pelo desassossego provocado no universo feminino. «Ao nível das mulheres, o Francisco era considerado encantador», confirma Carmo Cabrita. «E era mulherengo.» O colega da FDL e amigo

Francisco Norton de Matos, que seguiria a carreira diplomática, vê nele «um homem que gosta muito de mulheres, que sempre gostou», preferindo, dada a delicadeza do assunto, manter reserva quanto a depor sobre ele. E Jorge Arnoso via o exercício de sedução como prática constante do amigo, independentemente do tempo e do lugar: «Fomos muitas vezes juntos para o ski. Começámos na Áustria. Ele era lixado: mesmo em St. Anton, acompanhado da mulher, a Isabel Costa Lobo, ainda dava umas escapadas com outras. Vivía disso, era uma tentação. Não conseguia estar ao pé de uma miúda sem se meter com ela.»

A primeira linha do combate hedonista de Balsemão eram os fins de semana passados com os amigos na Quinta de Marinha, em Cascais, onde segundo Carmo Cabrita, uma das convivas habituais, «ele tinha já uma casa pequena, quase uma cabana, ou acabanada, pois o Francisco não é um mãos largas». Uma amiga da época, sob anonimato, entende que um espírito algo recatado dele «não contradiz o facto de ser mulherengo»: «Também se meteu comigo, mas não aconteceu nada. Havia sempre uma tentativa da sua parte, mas não liguei.» Também amiga da mulher de Balsemão, a mesma testemunha fala de uma reciprocidade de comportamento: «Eu achava que a Belicha era muito para a frente. Portanto, era uma companhia perigosa.» E acrescenta Joaquim da Silva Pinto, outro conhecido da FDL: «Se Balsemão era mulherengo, ao que parece ela [Blixia] também se vingava.» Segundo João Braga, «Blixia era muito solicitada, mas tudo começou com as facadas dele». Baptista-Bastos será sintético a este respeito: «Facadas no matrimónio? De parte a parte.»

Em setembro de 1969 começa o princípio do fim do Estado Novo, com uma intervenção cirúrgica de urgência a Salazar com vista à remoção de um hematoma intracraniano detetado no momento. O velho ditador não recupera, e o Presidente da República, vice-almirante Américo Tomás, tem de nomear um sucessor. A escolha recai em Marcello Caetano.

O lente não se dera bem com Salazar enquanto ministro da Presidência, tendo saído em 1958 para se tornar, no ano seguinte, reitor da Universidade Clássica de Lisboa (onde se inseria a FDL). Mas, em 1962, demitir-se-ia do cargo em desacordo com a intervenção da polícia de choque no espaço universitário durante a crise académica ocorrida nesse ano. Nunca tornara públicas, porém, as divergências com o presidente do Conselho (como era designado o chefe do governo), mantendo-se expectante sobre a evolução do regime. Para a facção mais conservadora do situacionismo, não era a solução ideal, mas o facto é que Tomás, desprovido de alternativas, viu-se obrigado, a contragosto, a dar-lhe posse.

Para surpresa de muitos, habituados à estagnação salazarista, Caetano irrompe com um certo ímpeto reformador (mais insinuado do que afirmado), alimentando esperanças entre salazaristas críticos, elites cosmopolitas, tecnocratas desenvolvimentistas e até opositores moderados.

São tímidos sinais que transmite no discurso de posse, ao considerar que «a constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedirá [...] o governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias». O resto do texto era mais pela continuidade do que pela renovação, o que não o impediu de inventar depois a fórmula «renovação na continuidade», acusando os reformadores mais impacientes de a quererem transformar em «evolução na continuidade». Balsemão está presente na cerimónia para saudar o antigo mestre. A sua posição à frente do *DP* não é despreciada para o novo chefe do executivo, mais atento do que o antecessor ao peso do fenómeno mediático. E o discípulo faz fé na grande promessa sugerida pelo orador: «Acreditei sinceramente – e creio que, ao princípio, ele também acreditava – que seria viável evoluir para um regime democrático em Portugal, através de reformas e sem necessidade de uma revolução.»

Tendo-se mantido antes à margem (apesar de sondado em 1965 por um deputado da União Nacional – UN, o partido do regime, único permitido – para integrar a AN, o que rejeitou), Balsemão vai acabar por não resistir a envolver-se na política, implicando uma profunda alteração no rumo da sua vida.

CAPÍTULO 5

A TENTATIVA REFORMISTA

Na que ficou conhecida como «primavera marcelista», o novo presidente do Conselho, além de anular a deportação na ilha de São Tomé a que o advogado lisboeta Mário Soares – o mais proeminente oposicionista não-comunista – estava remetido por decisão arbitrária de Salazar, foi buscar para o executivo elementos mais conhecidos pela reputação técnica do que pela fidelidade política, dando a ideia de efetivo refrescamento efetivo do sistema e possibilidade de liberalização.

Foi o caso do economista João Salgueiro, nomeado subsecretário de Estado do Planeamento, que recordará ter havido logo uma identificação de Balsemão com os tecnocratas, abrindo-lhes as páginas do seu jornal: «Ele tinha a atividade no *Diário Popular*, onde publicaram umas declarações minhas, estando eu já no governo, e era de linha liberal. Havia articulação entre as pessoas liberais, porque nos conhecíamos todos.»

Balsemão também estende o braço à oposição, aceitando um convite de Mário Soares, que não conhecia, para almoçar – contará o recém-regatado de São Tomé: «Explicaram-me quem ele era e o que fazia: administrava o *Diário Popular*, jornal que se vendia muito. E, enquanto sobrinho do dono do jornal, era uma pessoa muito aberta, um bom jornalista, com bons contactos no meio, um liberal que se interessava pela política.» O contacto terá sido muito cordial, embora, no rescaldo, alguém o tenha tentado sabotar – contará Balsemão: «Recebi um cartão

assinado “Mário Soares” de conteúdo insultuoso. Telefonei-lhe imediatamente e ele desmentiu-me que me tivesse enviado qualquer cartão. Nesse mesmo dia estaria no *Popular*, para me assegurar que tudo não passava de uma manobra caluniosa [que os visados atribuirão à PIDE].»

A tendência inicial de abertura também se refletiu na escolha que fez o sucessor de Salazar para presidir à Comissão Executiva da UN: José Guilherme de Melo e Castro, homem de ideias arejadas e a intenção genuína de limpar as teias de aranha de um regime esclerosado. «Caetano diz-me que o dr. Guilherme de Melo e Castro andava com a ideia de fazer uma grande remodelação no elenco da Assembleia Nacional», relatará João Salgueiro. «Melo e Castro tinha um espírito aberto.»

Teriam lugar em 1969 eleições para a AN, sempre realizadas sob inúmeros constrangimentos censórios e policiais para a oposição, saldando-se sem exceção pelo preenchimento de todos os assentos em São Bento por gente do regime. Era essa a ocasião que Melo e Castro pretendia aproveitar para a renovação prometida por Caetano, convidando para candidatos da UN um pequeno grupo de pessoas favoráveis a uma reforma liberalizadora do *statu quo* salazarista.

Balsemão acaba assim sondado por José Pedro Pinto Leite, outro licenciado pela FDL, irmão mais velho do seu amigo Vasco e uma das personalidades mais heterodoxas do núcleo caetanista, para candidatar-se pela UN. Mostrou disponibilidade de princípio e foi depois contactado por Melo e Castro, que lhe assegurou abertura para um processo reformista. Haverá diferentes versões sobre a quem, de facto, coube a iniciativa de incluí-lo nas listas, mas fez depender a aceitação de uma conversa com Caetano, que lhe reiterou o mesmo tipo de garantias.

Concorreu pela UN mas como independente. O círculo eleitoral onde o seu nome surgiu foi o da Guarda, permitindo-lhe voltar à terra paterna para fazer uma campanha onde se pôs a

par dos problemas locais. Conseguiu até convencer Caetano a visitar a região antes das eleições, alegando ser o único distrito onde ainda não estivera presente como chefe do governo.

Na inevitável carta de agradecimento encomiástico ao presidente do Conselho, escrita já com as candidaturas na rua – e a oposição a aparecer pela primeira vez dividida, através da CDE (Comissão Democrática Eleitoral), reunindo comunistas, católicos progressistas e outras sensibilidades e concorrendo em todos os círculos, e da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), animada por Mário Soares e correligionários socialistas em três dos círculos mais populosos –, Balsemão acrescentou um *post scriptum* suscitado por uma agressão ocorrida na véspera: «Tive conhecimento do que se passou ontem na sede da CDE. Para além da intervenção da PIDE, com a qual não concordo, mas que poderá ter um fundamento legal, preocupa-me especialmente a atuação, pelas 04h da madrugada de hoje, de um grupo de cidadãos não identificados que tentaram agredir elementos da CDE, invadir a sede, e que vinham munidos de cartazes da UN que colaram sobre os da CDE. Penso que a maioria dos candidatos da UN não gostará de ver associada a sua candidatura a “proezas” desta índole. Penso também – e, por isso, me permito falar-lhe do assunto – que a UN deve, a todo o custo, conservar a autoridade moral suficiente para poder continuar a condenar as alterações da ordem e a subversão.»

O mais certo é que a reclamação tenha caído em saco roto. As eleições terminaram com o habitual pleno da UN em São Bento. Mas, dos 130 lugares do hemiciclo, os reformistas como Balsemão (então com 32 anos) ocuparam 19, o suficiente para causar perturbação na vetusta casa. O grupo (com média etária de 41,6 anos), apesar de não estar articulado, será depois crismado com um título informal: Ala Liberal. Estão entre eles também o professor de Medicina João Pedro Miller Guerra, os advogados Francisco Sá Carneiro, do Porto, Joaquim Maga-

Ilhães Mota, de Santarém, e João Bosco Mota Amaral, dos Açores, o agrónomo e geógrafo José Correia da Cunha ou o próprio José Pedro Pinto Leite, o mais proeminente, entusiástico e dinâmico, desde logo reconhecido pelos restantes como seu líder não indigitado (até porque Melo e Castro não fazia parte). Joaquim da Silva Pinto (que Caetano nomeara subsecretário de Estado das Obras Públicas, passando depois a secretário de Estado do Trabalho e Previdência e a ministro das Corporações e Previdência Social) não teve dúvidas a esse respeito: «A Ala Liberal era um grupo reformador, só que muitos não se conheciam entre eles. Não era um grupo organizado. Quem, depois, cimenta o grupo é Pinto Leite, uma personalidade transbordante.»

Sentando-se os deputados no hemiciclo por ordem alfabética do nome próprio, Francisco Balsemão fica na cadeira ao lado da de Francisco Sá Carneiro, e só então se conhecem. A aproximação recíproca é imediata. Passam a colaborar em diversas iniciativas políticas, mas, mais do que isso, tornam-se amigos.

As questões da liberdade de expressão e de imprensa são um dos muitos temas comuns que preocupam os dois Franciscos. Se Balsemão, que continua, em acumulação, a dirigir os destinos do *DP*, já sabia o que era a censura sobre a imprensa, também sofre o seu jugo como deputado, já que são eliminadas múltiplas declarações suas, o que o leva, logo no mês a seguir às eleições, a reclamar por carta ao presidente do Conselho: «As intervenções são tantas e nalguns casos tão bizarras, que me atrevo a incomodá-lo, pedindo-lhe uma rápida leitura das provas que selecionei e de que junto fotocópia. [...] Tudo isto me deixa bastante perplexo.»

A eficácia terá sido nula, já que Balsemão (apesar de Caetano lhe ter prometido, na conversa prévia à candidatura a deputado, uma liberalização legislativa nesse domínio) entendeu associar-se a Sá Carneiro para ambos subscreverem uma proposta de Lei de Imprensa – que o chefe do governo consideraria uma afronta,

levando o parlamentar a justificar-se-lhe epistolarmente: «Único deputado que é jornalista (com carteira profissional, *crachat*, etc.), [...] administrador de uma das maiores empresas jornalísticas do País, “empurram” para cima de mim a responsabilidade – que, aliás, não enjeito – de ser uma espécie de porta-voz dos anseios de parte da população em matéria de liberdade de informação. [...] O desenvolvimento global de que o País carece – e de que, sob a sua orientação, há de beneficiar – só poderá processar-se ao ritmo necessário se for estimulado por uma Imprensa habilitada a exercer as suas verdadeiras funções.»

A grande inovação do projeto de Balsemão e Sá Carneiro consistia na extinção da censura prévia, exceto para notícias de natureza militar enquanto durasse a guerra em África. Também se preconizava a livre formação de empresas de comunicação, a liberdade de recolha e difusão de informação e o fim do julgamento dos crimes de liberdade de imprensa por tribunais especiais.

Mas a maioria parlamentar foi adiando a discussão do diploma – uma forma de o boicotar. Entretanto, Balsemão ia-se dedicando a uma tarefa mais palpável (embora reconhecendo depois que sem efeitos práticos): debruçar-se sobre os problemas do seu círculo eleitoral, como testemunhou o colega Mota Amaral: «Esteve muito ativo numa série de iniciativas relacionadas com a região da Guarda, levando a sério o compromisso com o seu eleitorado.»

A inesperada morte de José Pedro Pinto Leite (com mais três outros deputados) na Guiné-Bissau, em julho de 1970, na queda do helicóptero em que seguia a sua delegação parlamentar durante uma visita ao território, é um golpe terrível nas aspirações da Ala Liberal. Balsemão faz-lhe o elogio fúnebre no *DP*: «José Pedro Pinto Leite soube viver e aproveitar os seus 38 anos de vida. Ele foi o *enfant terrible* da primeira sessão legislativa. Não um *enfant terrible* superficial, caprichoso e irreverente, mas

um Homem que permaneceu jovem e se recusou a ingressar na disciplina fácil das engrenagens estabelecidas.»

Os membros do grupo avançam entretanto, no início de 1971, com um projeto de revisão constitucional, subscrito, entre outros, por Sá Carneiro (que, com a morte de Pinto Leite, se torna no deputado mais proeminente da Ala Liberal) e Balsemão. As principais componentes da proposta são um reforço dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, limitando as práticas policiais totalitárias, e o regresso à eleição presidencial por sufrágio direto e universal, que Salazar substituíra por um colégio eleitoral de confiança após o abalo provocado pela candidatura de Humberto Delgado.

Marcello Caetano exaspera-se, mais uma vez, com a iniciativa. Mota Amaral, outro dos subscritores do projeto, julga ter começado aí o afastamento entre o sucessor de Salazar e os liberais: «O que estava sobre a mesa era o ponto básico das liberdades cívicas. Caetano fica muito contrariado, zangado mesmo; achava que devíamos ter seguido a sua orientação. Há a paralisia do processo de abertura, que se irá agravar com a questão da eleição presidencial de 1972.»

Em apoio do projeto de diploma sobre a imprensa, Balsemão publica em 1971 um livro acerca do estado da comunicação e do jornalismo, *Informar ou Dependere?*, onde ousa avançar com previsões em função da chegada acelerada das novas tecnologias, em particular as comunicações por satélite (baseando-se na leitura de autores visionários, como Arthur C. Clarke).

A atualização das técnicas de comunicação é, porém, apenas um pretexto para o autor proclamar que «a Informação necessita de ser livre». Atira-se com veemência à «Censura perversora da opinião pública» e termina com uma profissão de fé: «Quanto mais independente a Informação for em Portugal, melhor serão resolvidas várias questões pendentes.» Motivo para mais um raspanete epistolar do presidente do Conselho.

Em paralelo, Balsemão vive um sobressalto na sua vida privada, evidenciando um acelerado processo de desintegração do casamento, que se agrava ao ser pai, em outubro de 1970, de um filho fora do matrimónio, que recusou perfilhar, depois de se esforçar, sem sucesso, que a amante abortasse no estrangeiro.

Não era uma amante qualquer: tratava-se de uma prima por afinidade, Isabel Maria Supico Pinto, de 27 anos, filha natural do ainda presidente da CC e da já falecida atriz Maria Lalande. (Luís Supico Pinto não tinha filhos com a mulher, com quem casara quando Isabel já atingira os três anos de idade. Também conhecida por Cilha, Cecília Supico Pinto era, à época, uma figura pública de relevo, como fundadora e presidente do Movimento Nacional Feminino, organização da órbita da ditadura que criou para dar apoio aos militares combatendo em África).

O deputado era conspícuo ao ponto de ir buscar ou levar Isabel à sua morada, na Rua do Salitre, no *Porsche 356* preto que adquirira em segunda mão já há seis anos, para consumarem os encontros amorosos num apartamento por ele arrendado na Avenida Defensores de Chaves, mas, quando telefonava à amante para casa, se fosse a empregada a atender, ou para o escritório onde ela era secretária, usava o falso nome de Carlos Rodrigues.

Quando Isabel engravidou, no final de abril, ele pressionou-a para ir abortar à Suíça, onde era legal a interrupção voluntária da gravidez, dispondo-se a pagar-lhe todas as despesas, incluindo passagens aéreas e hotel. Ela aceitou com relutância, mas, na clínica de Genebra onde foi observada, comunicaram-lhe ser impossível a intervenção, por já ter ultrapassado o tempo máximo legal de gestação.

Contra as indicações de Balsemão que insistiu com ela para tentar consumir o propósito em Londres ou até em Portugal (falando com uma médica cujo contacto lhe forneceu), Isabel acabou por decidir ter o bebé em Lisboa, numa altura em que

a relação amorosa já havia terminado. Nascido no Hospital da Cruz Vermelha, em outubro, a mãe chamou-lhe Francisco Maria (para desespero do pai, que lhe pedira para não dar à criança o seu nome próprio – além de nunca revelar ser seu filho). Apesar de o deputado ter suportado todas as despesas do parto, tendo ainda entregado à parturiente uma verba para necessidades imediatas, e de ter assumido perante ela a paternidade do recém-nascido, não quis ver o filho, mas pediu à ex-amante fotografias dele.

Recusou também reconhecer-se no registo civil como o pai do bebé, tendo Francisco Maria sido inscrito apenas com o nome da mãe. Para se justificar perante Isabel, Balsemão terá invocado razões da sua vida particular, mas ela não esteve pelos ajustes e apresentou ao Tribunal Tutelar Central de Menores de Lisboa, já no início de 1971, uma participação com vista à averiguação da paternidade de Francisco Maria.

Na sua defesa, Balsemão alegou que o filho não era dele e desmentiu que tivesse pago à mãe qualquer tipo de despesa – fosse para ir a Genebra abortar, fosse para pagar o parto – ou que alguma vez recebesse fotos do bebé (mas, sim, cartas dela, a que não dava resposta, «pois imediatamente as rasgava»).

Adiantou que Isabel teria tido outros amantes no mesmo período, pelo que o pai haveria de ser algum deles, apontando mesmo o nome de um conhecido piloto de carros de corrida. Não havendo ainda testes de ADN para identificação de progenitura, acusar em tribunal uma mãe de promíscua era prática corrente por parte de homens querendo alijar a responsabilidade.

Haveria de passar um ano até o Tribunal de Menores, num revés para Balsemão, reconhecer a «viabilidade da ação de investigação de paternidade ilegítima a propor», promovendo a remessa dos autos, para tal efeito, ao Ministério Público. Foi o início de uma longa saga judicial que o pai e a mãe de Francisco Maria viveram com vista ao reconhecimento da paternidade do

menino – por sinal, o mais parecido com Balsemão de todos os filhos que teve.

Entretanto, dava-se outra reviravolta na sua vida privada, quando a mulher entendeu também procurar afetos fora de casa. Talvez fosse uma espécie de lei da compensação, porquanto a Blixia não seria estranho o caso do marido com Isabel Supico Pinto. Relata uma amiga do casal: «A Blixia teve a noção do nascimento do Francisco Maria. O Francisco era muito, muito mulherengo. O casamento já não estava nada bem há muito tempo.» O caso sentimental de Blixia abalou a alta sociedade portuguesa ainda mais do que o do marido com a filha de Supico Pinto: o amante da mulher de Balsemão era uma estrela de primeira grandeza da TV – o apresentador Carlos Cruz. Conheceram-se em junho de 1971 num festival de canções organizado na Guarda, onde ela acompanhava Balsemão na sua qualidade de deputado pelo distrito. Cruz relatou o episódio no seu livro de memórias: «Rapidamente concluímos que [...] estávamos apaixonados. E o turbilhão de sentimentos, alegrias e angústias, desejos e receios, foi galopante. Passados poucos dias, revelou ao marido o que se passava.»

A mesma amiga viu aqui o desfecho lógico de um padrão já recorrente: «A Blixia não se deixava ficar. Da parte dela, houve outras facadas no matrimónio antes do Carlos Cruz. A lógica dela, perante o comportamento do marido, era: “Ah é? Então também faço.” Quanto ao Francisco, se não soube, foi porque não quis.» O caso redundaria na separação do casal Balsemão, tendo ela ficado com os filhos (e passado a viver pouco depois com Carlos Cruz).

O deputado continuou, entretanto, assoberbado com o processo de paternidade de Francisco Maria, reiterando, em audiência no Tribunal Cível, os mesmos argumentos usados no Tribunal de Menores, com o acrescento de que não teria problemas em assumir o menino como descendente se fosse essa a

sua certeza, uma vez que «o réu é, graças a Deus e ao seu trabalho, suficientemente abastado para que lhe não possa vir a pesar o sustento duma criança ou os encargos de mais um filho».

Para despistar o juiz, tentou situar a relação afetiva com Isabel em período anterior à sua gravidez, dando dela uma imagem de ninfomaníaca: «Assediou o réu. Enleou-o numa teia a que o réu não soube ou não foi capaz de fugir. O réu cedeu. Outros cederam antes dele e mais, por certo, hão de ceder ainda...»

CAPÍTULO 6

A PERDA DA INOCÊNCIA

Nas primeiras semanas de 1971, o Banco Borges & Irmão, encabeçado por Miguel Quina, membro de uma das famílias dominantes na economia portuguesa e muito próxima da ditadura, fez uma proposta de compra da empresa dona do *DP* (englobando também uma participação no jornal desportivo *Record* e a revista *Rádio & Televisão*). É um choque para Balsemão, que nunca acreditou que o tio Xico vendesse o vespertino: «Eu não queria, porque estava muito afeiçoado ao jornal.»

As relações entre ambos eram afetuosas, embora o velho Francisco andasse preocupado com as ousadias políticas do sobrinho, apostado em desafiar o poder de Caetano e os fundamentos do regime. Dirá Balsemão que o familiar estabeleceu um limiar abaixo do qual não aceitaria a proposta: «O meu tio estava dividido, e, por isso, tomou uma decisão algo salomónica: disse que só vendia por um preço muito alto, 200 mil contos [fortuna considerável para a época] pela totalidade das ações, um preço que ele próprio considerava inaceitável pelos compradores.»

O problema foi que o banco aceitou, levando o tio Xico a honrar a palavra. O sobrinho caiu das nuvens, lembra o economista Álvaro Machado Monteiro, alto quadro do grupo do Borges & Irmão: «Balsemão teve um grande desgosto pela venda do *Diário Popular*, porque tinha a secreta esperança de que o tio lhe deixasse o jornal.» O jornalista-deputado percebeu que

não ficaria a fazer nada no *DP*, e acabou por vender também a sua parte do capital.

A aquisição deu-se quando já se percebia que Marcello Caetano não viria a promover as reformas prometidas e se acumulavam sinais de conflito entre ele e os liberais. Balsemão verá por isso na oferta de compra do *DP* uma intenção política: «Quando houve a venda do *Diário Popular*, o meu tio entendeu, e eu estive de acordo, que devíamos ir, formalmente, dar conhecimento ao professor Marcello Caetano de que isso ia acontecer. Fomos, mas a reação foi bastante seca, a conversa e a audiência foram bastante curtas também.»

Jorge Arnoso falará, porém, em sentimentos mistos que a operação causou no amigo Balsemão: «Ele apareceu-me um dia um bocado triste e contente ao mesmo tempo. Mostra-me um cheque de 16 mil contos, que o tio lhe tinha passado, que era metade da quota [do sobrinho]. “Isto é só 50%”, disse ele. E depois mostrou-me outro cheque do mesmo valor.» E que faria Balsemão com o súbito pecúlio? «Era muito dinheiro», comentará. «Fiquei com 30 e tal mil contos. Aí podia ter deixado de trabalhar.»

Outra opção era, nas suas palavras, «ficar com a advocacia sem *afición*», já que constituíra um discreto escritório com Francisco Costa Reis, onde, porém, não contava abalançar-se a grandes voos jurídicos. Assim fez no imediato: «A venda do *Diário Popular* foi para mim muito traumatizante. Tinha dinheiro, mas não tinha emprego. Dediquei-me mais à advocacia, que até aí exercera num *mini-part-time* de fins de tarde. Aceitei o convite do meu amigo André Gonçalves Pereira para partilhar as despesas do escritório dele [no 8.º andar no n.º 1 da Praça Marquês de Pombal, com vista sobre a Rotunda e o Parque Eduardo VII] e para lá levei um grupo de ilustres causídicos (Francisco Costa Reis, João Morais Leitão e António Flores de Andrade). Dispus de mais tempo para a política, embora nessa

fase (ano parlamentar de 1971/72) as esperanças da “primavera marcelista” já estivessem desvanecidas.»

Na verdade, a perda da inocência de Balsemão dá-se em simultâneo nos campos da comunicação social e da política: na AN, durante o verão de 1971 e com poucos dias de diferença, são chumbadas as propostas de Lei de Imprensa e de revisão constitucional em que esteve envolvido.

A Ala Liberal estava sujeita a fogo cerrado da extrema-direita, que, em panfletos anónimos, fazia provocações aos reformistas e tratava Balsemão por «Balse-Mao». Ao intervir no hemicíclo em defesa do projeto de revisão constitucional, Sá Carneiro fora interrompido 53 vezes pelos antagonistas, os chamados ultras do regime. Tão irascível quanto Balsemão era cordato, o deputado portuense não aguentara a pressão, desaparecendo e deixando o outro com uma missão espinhosa: «Fiquei na sala a discutir todo o projeto na especialidade completamente sozinho.»

Em carta a Caetano, o parlamentar lisboeta acaba mesmo por pôr o lugar nas mãos do presidente do Conselho: «Não fiz qualquer esforço para ser incluído nas listas da União Nacional, como candidato a deputado. [...] É com toda a sinceridade *e com toda a amizade* que, se V. Ex.^a o entender preferível, estou disposto a apresentar [...] o meu pedido de renúncia ao mandato. [...] Se for essa a solução por que V. Ex.^a optar, creia que, de qualquer modo, continuarei a apoiá-lo – agora, calado, sem a tribuna do *Diário Popular* e sem a tribuna de S. Bento.»

Não terá tido resposta, prosseguindo – em ambiente mais hostil – com a atividade de deputado. Após regressar, no mesmo verão, de uma viagem a Angola (juntamente com Sá Carneiro e a convite das associações económicas locais), e continuando a guerra colonial como a grande ferida exposta do regime, abordou em plenário esse magno interdito do regime: «Há uma guerra. E essa guerra, por permanência de influências

internacionais, por deficiências logísticas, por erros de contrasubversão ou simplesmente por ser uma guerra sem vitória militar final possível, não vai, tanto quanto se pode avaliar neste momento, acabar através de soluções puramente militares.»

Sempre ao lado de Sá Carneiro, também continuou a incomodar Caetano com a constante invocação da questão das liberdades. Um desses momentos deu-se quando ambos os deputados (com Correia da Cunha) levaram o governo a autorizar a sua visita à Cadeia de Caxias, em janeiro de 1972, para avaliar as condições de tratamento dos prisioneiros políticos, recolhendo indícios de tortura. Os dois fizeram a denúncia a seguir na AN. Balsemão visitaria ainda o forte-prisão de Peniche para se encontrar com um dirigente comunista em cumprimento de pena, tomando nota das suas queixas em relação a abusos cometidos pelas autoridades.

Mas foi a eleição presidencial de 1972 que constituiu a machadada final nas esperanças de democratização que porventura a Ala Liberal ainda mantivesse. Os reformistas alimentavam a ideia de que Caetano avançasse com um candidato favorável à abertura, não que mantivesse Américo Tomás, que ocupava o cadeirão de Belém desde que Delgado fora derrotado.

O colégio eleitoral limitou-se a apreciar a segunda recandidatura do já almirante, reeleito em julho de 1972 mas com 29 votos nulos. Balsemão optou por não ir à urna, situada na AN, como confirmará: «Adotei um procedimento talvez algo infantil, mas que ainda hoje me dá gozo recordar: comparei em S. Bento, mostrei-me, mas, quando chegou a minha altura de votar, ostensivamente não votei.»

Ao afastá-lo da ditadura, a experiência parlamentar clarifica o seu pensamento político. Mota Amaral viu em Balsemão um defensor da transição para a democracia: «Naquele período, ele fazia a defesa dos valores democráticos, no sentido da democratização do regime.» Avaliará João Salgueiro: «Não sei

se o Francisco tinha as ideias todas, mas tinha praticamente as mesmas dos outros, como Sá Carneiro, Pinto Leite, etc.». João Braga entende que a nova ideologia lhe chegou por contágio: «A social-democracia nele foi da proximidade com o José Pedro Pinto Leite e o Sá Carneiro.» Assim o via o advogado portuense Miguel Veiga, que então se fez seu amigo para a vida: «Ele já era um liberal, e desde muito cedo. As leituras talvez influenciasssem. [Jean-Jacques] Servan-Schreiber [cofundador e diretor do semanário francês *L'Express*, à época à frente de um partido de centro-direita] era um bocado a linha dele – e a minha também.»

A legislatura só terminaria em 1973, mas Balsemão (assim como Sá Carneiro e os companheiros de bancada informal) sabia já que a experiência da Ala Liberal não se repetiria e que seria impossível a sua recandidatura em novas eleições. Se quisesse prolongar a atividade política de forma legal, teria de o fazer noutra âmbito, dentro dos extremos condicionamentos que o regime impunha.

De alguma forma, ao sair do *DP*, já tinha uma alternativa formulada na cabeça, consoante admitiu à sua secretária (ao entregar-lhe um cheque de 100 contos à guisa de indemnização): «Quando o jornal foi vendido, ele chamou-me: “Dona Lucília, vou-me embora, dar a volta ao mundo. Quando regressar, faça um jornal e venho buscá-la”.»

Não terá contornado o globo, mas tomou contacto com alguns projetos jornalísticos estrangeiros que o foram inspirando. Ao longo do ano de 1972, no gabinete onde desenvolvia a sua esparsa atividade jurídica, foi afinando o modelo de periódico que poderia criar: «Um jornal diário era impensável: não tinha dinheiro para assegurar a maioria (e entretanto havia decidido que procuraria ser patrão de mim próprio) e as dificuldades políticas seriam muito maiores. Concentrei-me, portanto, na criação de um semanário.»

Olhando para a Europa, teve também poucas dúvidas sobre o modelo de hebdomadário que idealizava: «A imprensa inglesa dita de qualidade era – e é – para mim a melhor do mundo, tanto em termos de conteúdo como de grafismo, e, mais do que isso, na separação entre notícia e opinião e no cumprimento rigoroso de outras regras básicas, como a de ouvir todas as partes quando uma história é controversa.»

Focou-se assim nos semanários britânicos como fontes de inspiração: «Comecei por estudar as duas publicações de referência – *The Observer* e *The Sunday Times* – linha a linha, fotografia a fotografia, título a título, mas também, mais importante, a arrumação das matérias e o tipo de jornalismo que esses jornais praticassem e não se fazia em Portugal.»

Concebeu o primeiro esquema do periódico numa viagem que, na primavera de 1972, fez a Capri com a sua apaixonada de então, Mercedes (Tita) Aliu Presas, filha de um casal catalão há muito radicado em Portugal, (tendo começado por namorar a sua irmã mais nova). Mas foi no escritório de Gonçalves Pereira, com escassos meios e de forma quase amadora, que montou todo o aparelho de produção necessário à publicação do jornal.

Como empresa proprietária do novo semanário, criou a Sojornal, de que passaria a deter a maioria absoluta (51%) do capital. Um dos acionistas era Ruella Ramos, que controlava já o *Diário de Lisboa*, onde o novo semanário seria impresso. Balsemão reservou ainda 6% do capital para amigos e conhecidos de diversas proveniências e ideologias, como Costa Reis, Luiz Vasconcellos (casado com a herdeira de uma quota relevante da Sociedade Nacional de Sabões, empresa também acionista, que detinha uma agência de publicidade fundamental para o lançamento do jornal, a Ciesa-NCK), Luís Correia de Sá, o tio Xico, o primo (em segundo grau, neto de uma irmã da sua avó paterna) António Patrício Gouveia, Ruben A., Flores de Andrade, António Guterres (um jovem e brilhante engenheiro ligado às

causas sociais da Igreja) ou ainda Marcelo Rebelo de Sousa (não menos brilhante recém-licenciado pela FDL, onde era assistente), filho do ministro Baltasar Rebelo de Sousa, um fiel de Marcello Caetano desde que o catedrático fora comissário nacional da MP (vindo a ocupar mais tarde o cargo), então a sobraçar, em acumulação, as pastas da Saúde e Assistência e das Corporações e Previdência Social (que largaria no ano seguinte para assumir a do Ultramar). Recordará Balsemão que conheceu o filho do governante «como espectador atento dos debates mais quentes da Ala Liberal na Assembleia Nacional» e que o convidou «para administrador-delegado da Sojornal, cargo que nunca exerceu com muito interesse nem especiais aptidões». Assumiu por isso responsabilidades editoriais, junto com o jornalista recrutado pelo proprietário como chefe de redação: Augusto de Carvalho.

Para nome do semanário, contará um futuro diretor comercial do projeto, Alexandre Cordeiro, que um dos *copywriters* da CIESA-NCK, o poeta e escritor Orlando da Costa (pai do futuro líder socialista e primeiro-ministro António Costa) sugeriu a Balsemão que se inspirasse na designação comum de alguns dos mais conhecidos periódicos europeus, que, além do francês *L'Express*, iam do britânico *Daily Express* (ou *Sunday Express* aos domingos) até ao italiano *L'Espresso*, passando pelo sueco *Expressten*. O dono da Sojornal simpatizou com a ideia, e assim, apesar de, nos estudos de mercado então efetuados, os inquiridos associarem a palavra mais a um comboio rápido do que a um periódico, surgiu o nome *Expresso*.

CAPÍTULO 7

O JORNAL

«PARA OS QUE SABEM LER»

«**A**spiramos, coerentemente, a contribuir para que se alcance em Portugal a liberdade de informação: liberdade de informar; liberdade de ser informado», escreveu Balsemão no principal editorial do primeiro número do *Expresso*, lançado no primeiro sábado de 1973 (6 de janeiro) e em cujo cabeçalho o seu nome era o único a aparecer, na qualidade de diretor, assumindo-se assim, aos 35 anos, como o rosto do projeto em todas as suas dimensões públicas.

No folheto de lançamento do jornal, subjacente à promessa de «uma informação objetiva e independente», existia na verdade um programa ideológico, no sentido de esse «jornalismo atuante e interveniente» impulsionar o país para o «modelo democrático que ambicionamos», sendo «necessário o desbloqueamento político», com a «fruição dos direitos e liberdades fundamentais». Confessava-se assim: «O pensamento do *Expresso* define-se como portador da necessidade da mutação económica, social e política», com vista à «construção de uma sociedade portuguesa diferente».

O *Expresso* assumia-se como pedra atirada ao pântano de águas fétidas em que degenerara o Estado Novo. Não espanta, por isso, que o jornal viesse a sofrer de descontrolada agressividade persecutória da Censura (renomeada por Marcello Caetano como Comissão de Exame Prévio), que chegou a ameaçar a própria existência da publicação.

Na reduzida equipa redatorial de uma dezena de jornalistas, o que mais interessava era, sobretudo, quem escrevia as matérias de natureza política. E aí avultava a figura do hiperativo Marcelo Rebelo de Sousa, que pertencia ao que ele mesmo classificará mais tarde como a «juventude marcelista em rutura», vendo no *Expresso* uma «ponte entre a oposição democrática» e os desiludidos do regime híbrido mas autoritário com que Caetano acabaria por prolongar a ditadura.

A sua especialidade consistia em lidar com a informação confidencial que, mercê dos seus conhecimentos no seio do poder, angariava com facilidade. No jornal, destacavam-se as suas prosas informativas e analíticas na segunda página e as notas comentadas ou irónicas que redigia para a secção «Gente» sobre pequenos episódios políticos, tudo recheado de muitas histórias de bastidores, sujeitas a múltiplas interpretações. Contudo, Rebelo de Sousa protegia-se no anonimato, não assinando as peças mais sensíveis ou recorrendo a pseudónimos (por vezes apenas umas iniciais), pelo que Balsemão, aos olhos da opinião pública, mantinha-se como o solitário responsável pelo hebdomadário.

A resistência que a Ala Liberal já não conseguia sustentar na AN passava agora para o *Expresso*, onde Balsemão acolheria alguns dos mais destacados deputados do grupo, à frente dos quais Sá Carneiro – titular de uma crónica semanal desde o primeiro número, intitulada «Visto», nome que constituía à partida uma provocação à censura –, e ainda Miller Guerra, Magalhães Mota ou Mota Amaral.

Para sede do *Expresso*, Balsemão alugou metade de um segundo andar no n.º 37 da Rua Duque de Palmela (esquina com a Braamcamp), mesmo frente ao edifício que albergava o seu gabinete de advogado. Atendendo a que toda a equipa permanente da Sojornal não chegava às 20 pessoas, o espaço era suficiente.

Apesar do elevado preço de venda – cinco escudos por exemplar, mais do que o triplo dos jornais diários –, o *Expresso* consti-

tuiu um sucesso instantâneo. Foram impressos 60 mil exemplares – muito acima da média de 35 mil prevista para o ano inicial –, que praticamente se esgotaram. Balsemão, como depois dirá, acabava de provar que era possível criar uma alternativa no rotineiro panorama da imprensa portuguesa e que havia um público ávido por receber mais informação, e mais completa, do que a até então disponível: «O público acreditou em nós e, o que é muito importante e nem sempre é devidamente realçado, os anunciantes também (sem eles não teríamos singrado).»

A coluna de Sá Carneiro foi particularmente visada pela censura, sobretudo a partir do momento em que o autor, frustrado com os impasses do regime, renunciou ao lugar de deputado, um mês depois do lançamento do *Expresso*, declarando «concluir à evidência não poder continuar no desempenho do [...] mandato sem quebra da [...] dignidade, por inexistência do mínimo de condições de atuação livre e útil».

Também Miller Guerra renunciaria ao lugar em São Bento, mas, com o fim da legislatura a poucos meses de distância, nem Balsemão nem mais ninguém da Ala Liberal resolveu seguir os passos dos dois demissionários.

Contudo, o parceiro de bancada de Sá Carneiro entendeu, na ocasião, aproveitar uma carta escrita ao chefe do executivo para desfiar um rol de queixas sobre como o seu semanário estava a ser tratado pelos censores: «Desde o primeiro número do *Expresso* que sinto, por parte do Governo, [...] uma crescente incompreensão (para não falar em má vontade) relativamente ao jornal. Além dos muitos cortes e demoras, fui ontem surpreendido por um ofício da Comissão Central de Exame Prévio exigindo que passemos a enviar-lhe a *totalidade* das provas [...]. Significa que, daqui em diante, nem uma só linha do que sai nas 24 páginas do *Expresso* pode ser publicada sem o visto do Exame Prévio. Significa também que o jornal pode ser atrasado e retalhado sem qualquer hipótese de defesa tempestiva. [...]

Não estamos a soldo de ninguém, não temos ambições políticas nem económicas, desejamos apenas fazer um jornal e, através dele, servir a comunidade. Tudo isto [...] me choca, magoa e desorienta.»

A disputa entre o *Expresso* e a censura passou a ser um verdadeiro jogo do gato e do rato. Ainda nesse mês de fevereiro, o «Visto» de Sá Carneiro foi cortado na íntegra. O diretor comercial, Jorge Galamba Marques, contará que a resposta foi uma ameaça: «O Balsemão disse à censura: “Vocês cortam o ‘Visto’ de Sá Carneiro e eu publico um discurso dele contra a censura”.» Assim aconteceu: no espaço da coluna, foi impressa parte de uma antiga intervenção parlamentar do ex-deputado nortenho, sob o título «Assegurar um verdadeiro estado de direito», onde reclamava contra a ausência de liberdades em Portugal. Como o texto já havia sido publicado no *Diário das Sessões* da AN, os censores não podiam interdité-lo ou alterá-lo.

Semanas depois, Balsemão fazia na AN, numa espécie de balanço da despedida da legislatura, um longo discurso em que, entre muitas outras considerações, advogava a criação de partidos políticos: «São os Portugueses que devem decidir sobre as grandes opções que condicionam o seu futuro, e não uma minoria, conservadora [...]. A expressão “partidos políticos” continua a provocar o pânico e a indignação em alguns meios considerados representativos da sociedade portuguesa. Mas o associativismo político, a presença de partidos na vida portuguesa e nesta Casa não seriam muito mais esclarecedores da realidade nacional [...]? Quem tem medo em Portugal dos partidos políticos? E porquê?»

O garrote da censura, entretanto, foi-se tornando cada vez mais asfíxiante para o jornal. Era, porventura, o periódico que mais desafiava o regime, a que o público correspondia com uma procura crescente. Não por acaso, o seu *slogan*, «*Expresso*: para os que sabem ler», partia do princípio de que os leitores conse-

guiam decodificar as mensagens transmitidas nas suas páginas de forma subliminar por não poderem ser explícitas. Por detrás, havia a luta incessante para pôr na rua, cada sábado, uma edição que não fosse uma incoerente manta de retalhos – desafio difícil sobretudo nos períodos em que a redação era castigada com a exigência de provas, não só dos textos a publicar, mas das páginas inteiras, obrigando a esperas intermináveis.

Protelando o fecho da edição muito para lá do planeado, poder-se-ia chegar ao ponto de inviabilizar o jornal, falhando-se os horários dos meios de distribuição e da abertura dos postos de venda. Chegou a haver edições só distribuídas ao domingo, com a consequente quebra na circulação.

Neste quadro, que Balsemão descreverá como «muito cansativo e muito desgastante», a secção de Sá Carneiro continuou a ser das mais fustigadas. A paciência do advogado nortenho esgotou-se no final de 1973, após mais um conjunto de cortes a um dos seus «Vistos», que achou excessivos, escrevendo ao diretor para anunciar que desistia da coluna. Mas Balsemão magiçou de forma diplomática uma solução para manter o colaborador: «Combinámos então que o “Visto” passaria a ser partilhado comigo e com Magalhães Mota e Miller Guerra.»

A autoria rotativa da coluna, sempre pela pena de membros da já extinta Ala Liberal, permitia manter uma presença do grupo no espaço público, além de confirmar o *Expresso* como veículo por excelência da ação dos dissidentes do marcelismo.

A nível interno, o semanário distinguia-se pela ampla participação permitida aos membros da redação, consagrada na reunião da equipa em cada manhã de segunda-feira, presidida por Balsemão, para fazer o balanço da última edição e preparar a seguinte.

Afirmará o futuro banqueiro Fernando Ulrich, ao tempo ainda a terminar o curso de Economia, que o dono do *Expresso* recrutou para escrever sobre o então promissor mercado bol-

sista nacional (e que assinava Vicente Marques): «Balsemão confiava nas pessoas e tinha uma grande capacidade de as ouvir. Os traços mais característicos da sua ação eram o espírito de equipa, o espírito de iniciativa e a independência. Geria muito bem os equilíbrios na redação. Havia discussão política, mas o clima humano era ótimo. Era muito assíduo, de uma enorme disponibilidade. Convivia com o sistema, com a classe dirigente, mas tinha um espírito independente. Tinha muitas pressões por parte dessa classe dirigente, que não gostava do *Expresso* por estar a patrocinar uma visão diferente do país. Ele não nos impedia de sermos independentes.»

Mas, pelo menos numa ocasião, Balsemão abriu uma exceção ao princípio da independência, que tinha como sagrado. O protagonista foi o jovem economista Luís Penha e Costa, que chegaria a chefe da secção de Economia do jornal: «Houve uma única vez em que ele me pediu para não escrever uma coisa. Mete o André Gonçalves Pereira e a Petrosul [futura refinaria de petróleo de Sines]. Eu soube quem ia a concurso e as condições, fiz a notícia e falei com o André, que estava ligado à administração da empresa, para confirmar. E ele: “Não lhe vou dizer se é sim ou não, mas não pode publicar isto.” E eu disse-lhe: “Ó senhor doutor, tenho muita pena, mas vou publicar.” Depois veio o Francisco pedir-me. Explicou-me que esteve a falar com o André. E eu disse-lhe: “Ó Francisco, o jornal é seu, você decida.” Percebo que a notícia podia prejudicar o concurso como um todo e podia prejudicar o país – foi a argumentação usada.» Balsemão cedeu ao pedido do amigo, ordenando a Penha e Costa a retirada da notícia, porque seria «contrária ao interesse nacional».

No meio da adversidade, o *Expresso* deu lucro logo ao início. E o patrão pôde dar-se ao luxo de atribuir bónus aos funcionários, segundo o relato de Lucília Santos: «Ele deu um cheque a toda a gente – os trabalhadores. Disse que tinha ganho mais do

que esperava.» Helena Carneiro, que chefiaria o setor de publicidade, guardou memória idêntica: «No fim do ano, houve uns cheques distribuídos. E não era o 13º mês, que não havia disso. Além disso, havia um mês de férias.»

Contrariando as vozes que criaram uma imagem avara de Balsemão, a secretária defenderá que era «uma pessoa muito generosa». Mas sobre esse tópico não haverá consenso. Galamba Marques testemunhará, por exemplo: «O Balsemão era forreta. Queria que fosse apresentado até um bilhete de elétrico de oito tostões.»

Claro que há uma diferença entre sovinice e rigor de gestão, categoria na qual o dono do *Expresso* preferirá encaixar-se: «Dizem que sou forreta, não sou. Mas, se me perguntar quanto tenho no banco, não lhe sei dizer. Se me perguntar pelas contas das empresas, sei mais do que das minhas.»

Era, de qualquer modo, admirado pela sua equipa, o que muito estimulava o ambiente de trabalho na redação. «Ele era um senhor em comunicação social», assegurará Galamba Marques. «Como patrão do setor, não houve melhor.»

Embora vivendo conjugalmente com Tita Presas (mas não se colocando a hipótese de casamento, devido aos obstáculos ao divórcio de matrimónios católicos impostos pela Concordata assinada entre Salazar e o Vaticano), que elaborava, sob o pseudónimo Marcos Cruz, as palavras cruzadas e outras charadas publicadas pelo jornal, o diretor não se desviava muito do seu tradicional perfil de Casanova: «O Francisco Balsemão namorava as meninas que devia namorar – todas as que deixavam», sustentará Penha e Costa.

Miguel Veiga virá a ser, a Norte, outro dos seus companheiros em expedições libertinas: «Os nossos episódios não são muito contáveis. Pecados para alguns, para nós eram virtudes. O Balsemão não era bem um *playboy*, era um profissional da sedução. Não resiste a uma mulher bonita. Depois atua, não

deixa os seus créditos por mãos alheias. Embora não fosse um colecionador. Tinha critério, era diferente do Don Giovanni. Era o que os franceses chamam *un homme à femmes*. Complicado para quem é casado com ele. Também fui muito assim, e não me arrependo. Eram aventuras extravagantes, e tivemos muitas. Bons tempos.»

No plano sentimental, Balsemão vivia no fio da navalha, já que, além de manter as estratégias de sedução, ainda tinha de enfrentar o processo de paternidade de Francisco Maria, que continuava a correr nos tribunais. Mas nunca abandonava a gentileza que era a marca da sua personalidade, a descontração de quem parecia estar num permanente chá-dançante – desconcertante para quem sabia das tensões a que estava sujeito.

Para não falar, é claro das tensões a que o *Expresso* continuava submetido, e que cresciam em paralelo com as tensões que tornavam o regime cada vez mais periclitante. Passado o primeiro aniversário do semanário, a vida político-militar precipitava-se a uma velocidade vertiginosa, com o reforço clandestino de um movimento de capitães contestatário do governo, a publicação, a 23 de fevereiro, do livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola (que foi ao *Expresso* oferecer um exemplar ao diretor), pondo em causa a política colonial de Caetano, a consequente destituição, a 14 de março, de outro general, Francisco da Costa Gomes, e também de Spínola respetivamente dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e o levantamento frustrado, dois dias depois, do Regimento de Infantaria n.º 5, das Caldas da Rainha. Alguma coisa teria de ceder.

CAPÍTULO 8

O SOPRO DA LIBERDADE

Na madrugada de 25 de abril de 1974, uma quinta-feira, pouco antes das 03h, Balsemão, então com residência já na Quinta da Marinha, recebeu um telefonema de Jorge Galamba Marques, depois de o diretor comercial sair da *boîte Stones* (então na berra) e deparar com tropas em circulação, a contar-lhe que havia um golpe de Estado em curso e que devia sintonizar no Rádio Clube Português, em cujas ondas os rebeldes transmitiam o seu primeiro comunicado.

Terá avisado algumas pessoas da redação, antes de ele próprio, espicaçado pela incerteza do que estaria em curso, se ter metido no Porsche a caminho de Lisboa, já aos primeiros alvares da manhã, começando por se dirigir à Praça do Comércio, local de concentração de ministérios. Deparou ao chegar com uma barreira levantada pelos militares sublevados, mas um oficial de baixa patente, identificando-o, disse para um dos sentinelas: «Deixa passar! Este é dos nossos.»

Acaba por se dirigir ao *Expresso*, sem informação ou percepção do que estaria a acontecer: «As pessoas da redação iam chegando, mas sabíamos muito pouco do que se estava a passar. O falhanço do golpe das Caldas, cinco semanas antes, levará-nos a acreditar que tão cedo não haveria possibilidade de surgir uma nova tentativa. A verdade é que não tínhamos fontes de confiança no recém-aparecido MFA [Movimento das Forças Armadas, formado pelos oficiais de patente intermédia que

desencadearam a insurreição]. Do lado do governo, Marcelo Rebelo de Sousa, que chegou depois, quase nada adiantou, e o pouco que trazia era, como seria de esperar, que “a intentona seria dominada”.»

Helena Carneiro também comparece na Duque de Palmela: «Passámos o dia, todos, na sala oval [com vista panorâmica sobre o Marquês de Pombal]. Estavam lá o Miller Guerra, o Magalhães Mota... A Tita aparece e diz para o Balsemão: “Francisco, esconda o Porsche, que eles andam na rua.” O carro dele estava lá sempre parado em frente.»

A partir do Porto, ávido de informações, Sá Carneiro mantém-se em constante contacto telefónico com o *Expresso*, falando, ora com Balsemão, ora com Rebelo de Sousa. Pela redação, passam os advogados oposicionistas Jorge Sampaio, José Manuel Galvão Teles e Vasco Vieira de Almeida, assim como o ativista socialista Mário Sottomayor Cardia (licenciado em Filosofia), o empresário Manuel Boullosa (acionista da Sojornal) e Mota Amaral.

Sintetizará mais tarde o próprio Balsemão, racionalizando as emoções da jornada: «O 25 de Abril foi, sem qualquer dúvida, um dos dias mais felizes da minha vida. Porque derrubou a ditadura e criou as condições para a implantação da democracia. Mas também, no meu caso concreto, porque acabou com a censura.» E será ainda mais específico: «Se não tivesse chegado o 25 de Abril, o jornal tinha acabado. [...] Há dois meses que o semanário estava, de novo, sujeito ao regime de prova de página, por ter desrespeitado uma ordem da censura [...]. Sem conseguir fechar o jornal a tempo de o distribuir por todo o país, as vendas estavam a cair a pique e a publicidade sumia-se.»

Tudo é diferente agora. Pelo *Expresso*, e pela mão do proprietário, passa a grande corrente da transição para a democracia. No seu primeiro editorial em liberdade, onde proclama que «a posição do *Expresso* é a de sempre – não precisamos fazer meia

volta como tantos outros», Balsemão jura identificação global com o programa do MFA: «Das liberdades fundamentais à questão ultramarina, do combate à corrupção à abertura a Leste, da eleição por sufrágio direto do Presidente da República à reforma do sistema judicial, etc., a coincidência é quase total.»

Logo a 26, Sá Carneiro aparece na sede do jornal para conferenciar com Balsemão sobre a possibilidade de criação de um novo partido. Optam ambos por posicioná-lo ao centro-esquerda mas à direita do Partido Socialista (PS, criado um ano antes por Mário Soares).

No mesmo barco estão Magalhães Mota e Miller Guerra, mas também Marcelo Rebelo de Sousa e outros (falando-se em agregar os professores universitários de Direito em Coimbra Carlos Mota Pinto – colega de recruta de Balsemão na EPAM –, António Barbosa de Melo e Jorge de Figueiredo Dias, assim como Miguel Veiga e o escritor Vasco Graça Moura). O tempo urge: é imperioso que a agremiação ainda integre o governo provisório, que está em formação. O semanário de Balsemão acaba por ser a barriga de aluguer do novo partido, como explicará Rebelo de Sousa, falando dos «frenéticos» dias iniciais de maio de 1974: «No *Expresso* fazia-se, naqueles momentos, mais política partidária do que jornalismo.»

Logo a 3 de maio, Sá Carneiro, Balsemão, Magalhães Mota e Miller Guerra vão ao Palácio de Belém apresentar o seu projeto partidário, ainda sem nome, ao general Spínola (presidente da Junta de Salvação Nacional, nomeada pelo MFA, e que será empossado pouco depois como chefe de Estado). Durante a audiência, Guerra declara não contemporizar com a visão federalista do general para o império colonial português e abandona a reunião, deixando o quarteto de potenciais fundadores reduzido a um trio. No dia seguinte, Balsemão e Magalhães Mota são chamados a uma reunião com o MFA e vários partidos com vista à definição das linhas programáticas do governo provisório.

Em casa, Tita vai datilografando tópicos de um possível programa do futuro partido. Mas falta dar-lhe nome. Para Sá Carneiro, cujo modelo é a social-democracia escandinava (com o sueco Olof Palme como principal referência), não há dúvida: deve chamar-se Partido Social Democrata. Só que, na véspera do dia marcado para o anúncio – 6 de maio –, surge a notícia da criação de um Partido Cristão Social Democrata, inviabilizando a designação prevista.

Na tarde de 6, num *brainstorming* efetuado no *Expresso* entre Balsemão, Magalhães Mota e Rebelo de Sousa, com Sá Carneiro ao telefone a partir do Porto, é ainda a questão do nome do partido que mais urge resolver. Os dois Franciscos compõem, sem grande convicção, um «Centro Reformador» ou «Reformista», a que admitem adicionar um «Popular» ou um «Democrático». Aproxima-se a hora do Telejornal, em que é suposto ser divulgada a comunicação, quando chega Ruben A. para participar numa reunião do Conselho Editorial do jornal (onde o dono o pusera desde o início). Posto a par do problema, apresenta uma proposta: Partido Popular Democrático.

Confrontado com a sugestão do escritor, Sá Carneiro concorda. Rebelo de Sousa elabora um comunicado de 28 linhas revelando a criação do PPD, partido de «raiz social-democrática europeia». Garante a declaração que o PPD «apoiar, sem reservas, o Programa do Movimento das Forças Armadas e manifesta a sua adesão ao Movimento Democrático Português». Balsemão lê o comunicado a Sá Carneiro, que o aprova, e um estafeta vai com urgência entregá-lo à RTP. No documento, são mencionados Balsemão, Sá Carneiro e Magalhães Mota como os «promotores» da nova formação política.

Dois dias depois, os três fundadores surgem à luz do dia como os rostos do PPD, na primeira conferência de imprensa do partido. Encarregado de falar aí da política externa, Balsemão preconiza «sair do isolamento», com uma abertura diplo-

mática a Leste e a Sul, o reingresso de Portugal em organismos internacionais, o estabelecimento de relações com a China, um tratado de associação com a CEE (Comunidade Económica Europeia, futura União Europeia – UE) e, curiosamente, «maior independência em relação aos Estados Unidos». Quanto à questão colonial, «o PPD reconhece o direito de todos os povos à autodeterminação, propondo o fim da guerra, através do imediato cessar-fogo negociado, com todas as consequências, embora não desprezando a manutenção dos laços históricos e económicos e sem, igualmente, se deixar de defender os interesses de todas as populações».

O partido ocupa entretanto a sua primeira sede oficial (cedida pelo MFA): um edifício próximo, no Largo do Rato, pertencente antes à Legião Portuguesa (a milícia do salazarismo). Mas, prossegue Rebelo de Sousa, «para já, a sede de facto é o próprio *Expresso*, onde chegam as adesões de todo o País e prossegue um clima meio político, meio jornalístico». Afluem também ao PPD outros membros da defunta Ala Liberal.

A 12 de maio, realiza-se na Curia um encontro para a aprovação do primeiro esboço programático do PPD, onde está presente Balsemão (mas não Sá Carneiro, apesar de o documento surgir assinado – apenas – com os nomes do trio fundador).

Quatro dias depois, toma posse o I Governo Provisório, chefiado pelo catedrático da FDL Adelino da Palma Carlos. Sá Carneiro é ministro sem pasta, em representação do PPD, e ministro Adjunto do primeiro-ministro e Magalhães Mota titular da Administração Interna, enquanto Balsemão permanece apenas no partido, tendo assim disponibilidade para continuar à frente do jornal.

Numa entrevista, declara-se adepto do «socialismo», que, porém «só é alcançável através de uma via social-democrata» – e o PPD é «um verdadeiro partido social-democrata». Será mais assertivo num comício em Lisboa, a 4 julho: «Traçamos

um rumo e vamos continuar a lutar pela implantação da social-democracia em Portugal.»

Surge naturalmente entre os 13 membros da Comissão Política (CP) provisória do PPD. À época, desdobra-se em múltiplas funções. Responsável pelas relações internacionais do partido, participa, a 3 de junho, na assembleia dos representantes parlamentares da Aliança Atlântica e visita a sede das Nações Unidas, para defender no *Expresso*, ao regressar, a independência imediata da Guiné-Bissau. Mas, num comício do PPD em Torres Vedras, a 26 desse mês, preconizando «um cessar-fogo imediato negociado com os movimentos de libertação», advoga a realização de referendos nas colónias.

O seu principal objetivo no cargo é a admissão do PPD no seio da Internacional Socialista (IS), *démarche* que Mário Soares, porém, ligado já à organização desde antes do 25 de Abril, vai vetando, para reservar ao seu partido o exclusivo em Portugal. Recorre a todos os meios, inclusive à possível influência de amigos, como Luís Correia de Sá: «Balsemão pediu-me que arranjasse encontros com os partidos sociais-democratas escandinavos, mas aquilo não deu nada.»

A outro nível, o dono do *Expresso*, devido à sua anterior experiência, contribui, juntamente com Raul Rêgo, diretor do vespertino *República* (e ministro da Comunicação Social do governo provisório), para a criação do novo quadro legal da liberdade de imprensa. Nesse âmbito, contribuirá para a criação, no ano seguinte, do Conselho de Imprensa, órgão de autorregulação da comunicação social, de que ficará como vice-presidente.

Noutra atividade paralela, Balsemão candidata-se, em julho de 1974, à presidência do Automóvel Club de Portugal (ACP). Adepto de sempre do automobilismo, poder-se-ia dizer que o diretor do *Expresso* avançava para fazer o gostinho ao dedo, mas a candidatura foi justificada por razões políticas, como forma de evitar que a esquerda tomasse o controlo de uma das mais re-

levantes associações nacionais, sempre tida como bastião conservador. Acaba por vencer as eleições de forma concludente, numa proporção de quase quatro para um contra a lista mais à esquerda, fechando de forma eufórica uma campanha que Joaquim da Silva Pinto garantirá tê-lo visto fazer «entusiasmadíssimo».

Quando se convoca para 28 de setembro uma manifestação da «maioria silenciosa» para apoio ao presidente Spínola, que entrara em rota de colisão com a direção do MFA, com um novo primeiro-primeiro (do II Governo Provisório), coronel Vasco Gonçalves, e com os partidos mais à esquerda, o PPD vê-se confrontado com uma proposta do PS e do Partido Comunista Português (PCP) para subscreverem um comunicado conjunto contra a iniciativa. Na CP, com Sá Carneiro ausente no estrangeiro, apenas Balsemão e outro dirigente votam contra qualquer iniciativa comum, optando a maioria por propor outro texto e negociar a assinatura em troca do fim dos ataques a que a esquerda vinha a sujeitar o PPD (por uma suposta ambiguidade em relação ao anterior regime).

Spínola acabará por renunciar devido à crise do 28 de Setembro, sendo sucedido por Francisco da Costa Gomes, mais da confiança do MFA (ao mesmo tempo que se forma o III Governo Provisório, também sob a chefia de Vasco Gonçalves).

Por ocasião do I Congresso do PPD, realizado em novembro, Balsemão afirma-se ao *Povo Livre* (o jornal do partido) satisfeito com a matriz ideológica definida pelos delegados: «Somos um partido que está à esquerda e não no centro ou na direita.» Tendo optando pela discrição na reunião magna, não evidenciara ambição para altos voos políticos, o que justificou perante a plateia: «Tenho estado calado por me interessar mais ouvir do que falar. É [...] a voz das bases que nos interessa sobretudo ouvir.» Mas notará Juan Luis Cebrián, que assistiu ao congresso: «Preocupava-me, perante o silêncio de Balsemão, com

o que considerava uma acentuada radicalização de Sá Carneiro, muitas vezes mais por motivos pessoais do que ideológicos. Eu julgava então, e continuo a julgar, que Balsemão era um homem com menos carisma mas com maior dose de prudência.» Recém-chegado ao PPD oriundo de Cascais, o gestor empresarial António Capucho também não nota, por essa época, grande envolvimento do homem do *Expresso* na vida partidária: «Naqueles primeiros tempos do partido, a participação de Balsemão nos órgãos de direção era muito marginal. Ele era membro da CP, mas foi sempre um não executivo. Tinha a sua vida profissional muito intensa.»

Ele abre 1975 – o ano de todos os perigos – com a nomeação de Rebelo de Sousa e Augusto de Carvalho como subdiretores do *Expresso*, talvez uma forma de procurar equilibrar as tendências, à esquerda e à direita, que se desenham cada vez mais nítidas na redação.

Balsemão fica ciente dos riscos da época quando, a 24 de fevereiro, explode um petardo de fraca potência sob o seu Porsche, estacionado no jardim da moradia da Quinta da Marinha, no que será comentado tratar-se de uma ato da extrema-direita saudosista do anterior regime. Consistia de «uma bombinha», na opinião unânime de Jorge Arnosso e de um jornalista à época admitido no *Expresso*, Vicente Jorge Silva, a qual, com o proprietário ausente no Canadá (em campanha partidária junto dos emigrantes portugueses), não causou estragos de maior.

Estava-se à beira do que se convencionou chamar PREC («Processo Revolucionário em Curso»), período que ocuparia quase todo o resto do ano, inaugurando-se com uma tentativa falhada de Spínola retomar o poder, desencadeada a 11 de março através de um ataque a um quartel à entrada de Lisboa. Na sequência, o poder político radicaliza-se, procedendo-se à nacionalização de parte significativa de economia (através da apropriação pelo Estado dos bancos e das seguradoras) e à cria-

ção do Conselho da Revolução (CR), constituído por oficiais do MFA e dotado de poderes de natureza paraconstitucional (passando pelo direito de veto sobre diplomas governamentais, a produção de legislação sobre as Forças Armadas e o aconselhamento do Presidente da República). Ao mesmo tempo, é formado o IV Governo Provisório, ainda sob a direção de Vasco Gonçalves.

O 11 de Março não alterou o calendário das eleições para uma Assembleia Constituinte (AC), marcadas para 25 de abril seguinte. Balsemão, segundo candidato pela lista social-democrata por Lisboa (a seguir a Magalhães Mota), fez uma campanha ativa, antecipando no comício de encerramento: «O PPD ganhará as eleições.»

CAPÍTULO 9

UM CONSTITUINTE SEM EMPENHO

O PPD não ganhou as eleições, afinal. Ficou em segundo lugar, mesmo assim com um resultado assinalável para um partido ainda sem um ano de vida – 26,4% dos votos, 81 deputados eleitos (entre eles Balsemão), mais do dobro do PCP (12,5% e 30 assentos). Venceu o PS (com 37,9% e 116 mandatos).

Pela mesma altura, Balsemão tem uma surpresa desagradável: o relatório preliminar sobre o 11 de Março envolve-o, assim como ao *Expresso*, na preparação da intentona spinolista. O MFA critica-o depois por desmentir publicamente as alegações. É o prenúncio de um período difícil para o jornal, submetido a uma série de ataques por parte dos militares por recusar submeter-se ao poder então dominante.

A ameaça sai mesmo da boca do primeiro-ministro, que em agosto, no seu famigerado discurso de Almada, apelida o *Expresso* de «pasquim», especificando que «a libertinagem impera em certa imprensa», a qual «roça hoje quase pela obscenidade».

As palavras de Vasco Gonçalves fazem temer um ataque às instalações do semanário, cujos trabalhadores se organizam em piquete para o defender, a começar pelo diretor: «Passámos três ou quatro noites na Duque de Palmela à espera de um anunciado ataque.» A vigília inclui porte de arma, revelará Galamba Marques: «A seguir ao discurso do Vasco Gonçalves a dizer que o *Expresso* era um pasquim, organizámos a segurança do jornal com armas durante dois ou três dias.» Balsemão confirmará:

«Ainda passei uma noite no jornal de pistola em cima da secretaria. Parecia uma coisa de *cowboys*. Não apareceu ninguém.»

Mas o próprio jornal vive em turbulência interna, já que as grandes clivagens nacionais atravessam também o seu seio. Apesar da reduzida dimensão da equipa, além de Balsemão e Rebelo de Sousa a alinharem pelo PPD e de Augusto de Carvalho com posições alteromundialistas, dando aulas numa «Universidade Popular», estavam presentes elementos do grupo maoísta MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), simpatizantes de Otelo Saraiva de Carvalho, o responsável operacional do 25 de Abril e depois comandante do poderoso órgão de segurança Copcon (Comando Operacional do Continente), capturado pela extrema-esquerda, e até gente ligada ao PCP.

Convoca-se até uma longa reunião plenária de toda a equipa do *Expresso* para discutir o afastamento do proprietário (assim como de Rebelo de Sousa), sendo a proposta derrotada à tangente devido ao voto dos trabalhadores não jornalistas. A convergência interna entre PPD e MRPP terá sido crucial para a vitória interna de Balsemão, como o próprio reconhecerá: «Houve tentativas palacianas de me derrubar [...], mas não tiveram apoio, até porque havia uma forte facção do MRPP na redação. [...] Era quase uma aliança PPD/MRPP.» Jocosamente, dizia-se até durante o PREC que o semanário estava nas mãos do «MRPPD».

A pior crise do *Expresso* – garantirá Balsemão – não terá sido com a Censura mas com o PREC: «Ficámos quase sem publicidade. Temi que o jornal acabasse. [...] Tive de pôr dinheiro meu.» Para Fernando Ulrich, o dono empreendeu um gesto de coragem e devoção à causa do periódico: «Admiro muito a veia empresarial dele, que pôs ao serviço da sua paixão pela comunicação. Fez uma coisa importante quando *O Século* faliu. *O Século* era o distribuidor e não entregava o dinheiro ao *Expresso*. Por

causa dessa dívida, o *Expresso* ia falindo também, mas Balsemão pôs dinheiro do bolso dele.» O colapso do velho matutino levou-o a procurar uma alternativa, criando-se a VASP em 1975 para garantir a distribuição do *Expresso* (e outras publicações).

Apesar da ausência de Sá Carneiro em Londres para tratamento clínico (e mais tarde no sul de Espanha alegando necessidade de convalescença), Balsemão prefere manter-se no jornal em vez de se dedicar a fundo à direção partidária. Mas, sem qualquer propensão para se sentar no lugar do líder, tem de cumprir as funções de presidente da Comissão de Relações Internacionais do PPD, com deslocações pelo estrangeiro (até para tentar incorporar o partido na Internacional Socialista, o que nunca conseguirá devido ao veto de Mário Soares, cujo PS é membro desde a fundação).

De resto, o seu trabalho político no chamado Verão Quente de 1975 concentra-se no hemicycle, consoante recorda o colega de bancada Mota Amaral, eleito (mais uma vez) pelos Açores: «Ele foi vice-presidente da Assembleia Constituinte [AC], mas foi muito mal recebido. Boicotaram-no porque tinha sido deputado antes do 25 de Abril. Faziam ali uma berraria que era uma coisa séria.» Um destacado parlamentar e dirigente do PCP, Carlos Brito (que liderará a bancada parlamentar comunista durante década e meia) acusa-o de ter pertencido à «Assembleia Nacional fascista», secundado por outros deputados à esquerda do PS. Eleita a única lista proposta para a mesa, Balsemão recolheu à volta de menos quatro dezenas de votos do que os restantes membros.

Entre política e jornalismo, acaba por escolher o segundo, ao renunciar ao lugar de deputado no final de outubro de 1975, justificando apenas, muito mais tarde: «Decidi que estava a perder uma parte preciosa do meu tempo e até da minha “mão” como jornalista, em S. Bento.» Apesar de, no mês seguinte, muitos dirigentes populares democratas abandonarem Lisboa,

na expectativa do rebentamento de um confronto militar que parece cada vez mais iminente, o diretor do *Expresso* mantém-se na sede. O momento inevitável acaba por chegar com o 25 de Novembro, que assinala a derrota da extrema-esquerda militar e abre caminho ao processo de normalização democrática.

Para o semanário, chegar a esse dia constitui um momento de triunfo, explicará Balsemão: «Tínhamos sido coerentes, tínhamos posto o projeto jornalístico acima das paixões políticas (eu próprio [...] tivera durante esse período mais problemas no partido por causa do *Expresso* do que no *Expresso* por causa do partido).»

Acaba por encerrar de vez o gabinete de advocacia, levando Costa Reis para a administração da Sojornal, onde ocupa o lugar de início atribuído a Rebelo de Sousa.

Apesar das exigências do PREC, Balsemão tem tempo para casar com Tita, a 15 de setembro de 1975, depois de convertida em divórcio a separação judicial entre ele e Blixa (decretada em março do ano anterior).

Em paralelo, continua a enfrentar o processo judicial para reconhecimento da paternidade de Francisco Maria. Para o julgamento, Balsemão apresentara, ainda antes do 25 de abril, uma lista de pesos pesados como suas testemunhas (a maioria abonatórias), casos de Sá Carneiro, Mota Amaral, Miller Guerra, Kaúlza de Arriaga e até o médico e escritor Fernando Namora (com quem estabelecera estreitas relações no *DP*). Além disso, convocara três homens que alegava terem tido relações amorosas com Isabel Maria no período em causa.

Ouvido no último dia de fevereiro de 1974, Sá Carneiro confirmou as «relações de camaradagem e amizade» com o acusado, tendo aceitado, segundo o auto, a garantia dada pelo amigo de que não era o pai do menino: «Nunca duvidou nem duvida dessa afirmação do réu, a quem considera incapaz, pela integridade do seu caráter, não só de faltar à verdade como de tomar

atitude que não seja absolutamente coerente com as suas convicções, designadamente em matéria de tanta seriedade como é a da paternidade.»

Por atrasos vários (a que não terá sido alheia a própria revolução), a sentença só foi anunciada 11 meses depois, sendo a conclusão do juiz demolidora para Balsemão: «Francisco Maria Supico Pinto é filho ilegítimo de Francisco José Pereira Pinto Balsemão para todos os efeitos legais.»

Inconformado, o condenado recorreu, sofrendo no Tribunal da Relação, em março de 1976, nova derrota, com a confirmação da sentença da 1.^a instância. Balsemão levou então o processo ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), onde o recurso foi rejeitado dez meses depois. *In extremis*, socorreu-se ainda da última possibilidade ao seu dispor: recorrer para o pleno do STJ, obrigando todos os juizes conselheiros a uma deliberação conjunta, que concluiu pela transição em julgado da sentença inicial. Ao fim de seis anos e meio de penosa batalha jurídica, Balsemão fica assim obrigado a reconhecer a paternidade de Francisco Maria (que nunca encontrara e só verá pela primeira vez na adolescência do rapaz, acabando, devido à influência de Tita, por integrá-lo na família).

Nascera-lhe entretanto, em setembro de 1976, um quarto rebento, primeiro do segundo casamento – uma menina chamada Joana (em cujo batizado Sá Carneiro apareceu, pela primeira vez num acontecimento social, acompanhado da sua amante Snu Abecassis, uma dinamarquesa, estabelecida em Lisboa, fundadora e responsável da editora Dom Quixote). Quatro anos depois, também do matrimónio com Tita, surge o seu último filho, Francisco Pedro.

Era uma evidência que, no PREC e logo a seguir, o discurso de Balsemão, contemporizador com o poder militar, não coincidia com as posições mais direitistas e intransigentes de Sá Carneiro. Aliás, quem trabalhava todos os dias com ele na Duque de Pal-

mela (onde o espaço era exíguo e por vezes outros ocupavam a mesa de trabalho do seu gabinete), assegurará (anonimamente) que o diretor «tinha ao telefone brigas imensas com o Sá Carneiro, sobretudo acerca de questões de organização do partido».

Em nenhuma ocasião os dois homens tornaram pública a divergência, mas a ausência do dono do *Expresso* do congresso social-democrata de dezembro de 1975 e das listas de candidatos do PPD às legislativas de 25 de abril seguinte não poderia ser mais eloquente a esse respeito. Tanto mais que Balsemão era o único faltoso do trio de fundadores. Embora descendo, o PPD repete segundo lugar (com 24,4% dos boletins e 73 mandatos) num escrutínio que o PS volta a vencer (com 34,9% dos votos e 107 assentos).

Apesar de manter as relações internacionais do PPD, a vida partidária pareceu passar ao lado de Balsemão durante grande parte de 1976, em que foi promulgada a Constituição, se elegeu, com o apoio do PS, do PPD e do CDS (Centro Democrático Social, democrata-cristão), o primeiro Presidente da República por sufrágio direto e universal – o general António Ramalho Eanes (vencedor operacional do 25 de Novembro) –, tomou posse o I Governo Constitucional – dirigido por Mário Soares – e tiveram lugar as primeiras eleições autonómicas (para a Madeira e os Açores) e autárquicas (em que Balsemão foi eleito membro da Assembleia Municipal de Cascais, de onde saiu ao fim de meses).

Mas, em outubro, envolve-se nos preparativos do novo congresso do partido, que tem lugar em Leiria e cauciona a mudança de nome do PPD para PSD – Partido Social Democrata. O conclave é um passeio triunfal para Sá Carneiro, reconduzido sem oposição. Para Balsemão, é um regresso às lides partidárias, entrando para vogal da CP.

Em janeiro de 1977, acompanha Sá Carneiro a Madrid para contactos com Adolfo Suárez, o chefe do governo de transição

para a democracia, formado na sequência da morte de Franco e da entronização de Juan Carlos. Balsemão almeja também uma audiência com o seu amigo de juventude e agora rei de Espanha. Recorre por isso a Jorge Arnoso, que relembrará o episódio: «Eu ia muito a Madrid, ainda o Franco era vivo. O Juan Carlos perguntava-me sempre: “Então o Francisquinho já está com juízo?” (Tratava-o assim por o Balsemão ser mimado). O Francisco um dia diz-me: “Preciso de uma cunha tua. Se fossemos recebidos pelo rei era fantástico. Vê se consegues”.» Alcançado o objetivo, haverá que eliminar o improvisado com outro improvisado: «Lá foram primeiro à Moncloa, onde o Suárez os recebeu, e depois queriam aparecer de táxi no palácio real [da Zarzuela]. O meu irmão Bernardo, que estava em Madrid, disse: “Era o que faltava, não aparecem de táxi de maneira nenhuma. Vou levá-los.” Foi ele, com um primo meu, num Plymouth fabricado em Espanha. Diz-lhe o porteiro da Zarzuela, quando chega o carro: “*Señor Pinheiro, que hace por aqui*”? “Venho de chofer.” E lá se fez a audiência.»

No fim desse ano, cai na AR o governo de Soares, que, em busca de maioria estável, forma uma aliança com o CDS para a formação de um segundo executivo (mas com os dois principais dirigentes centristas – o presidente, o professor da FDL Diogo Freitas do Amaral, e o engenheiro civil Adelino Amaro da Costa – fora do elenco).

Sem participar nas soluções governativas, o PSD vai atravessando sucessivas crises, com Sá Carneiro em choque com meio partido e a sair e entrar na liderança como forma de pressão. Em junho de 1978, meia centena de eminentes sociais-democratas (dos quais mais de metade do grupo parlamentar, incluindo Magalhães Mota) defendem, no documento «Opções Inadiáveis», uma orientação estratégica alternativa à do líder, opondo-se às bandeiras que ele mais agita (como uma revisão constitucional imediata) e advogando uma atitude mais con-

ciliatória perante tanto o Presidente da República (com quem Sá Carneiro entrara em choque) como Mário Soares. Propõe a proclamação: «O PSD deve defender a socialização crescente da economia, nas leis, mas sobretudo na prática, rejeitando tanto o liberalismo capitalista como o estalinismo coletivista.»

Balsemão abandona o distanciamento das polémicas internas para também subscrever as Opções Inadiáveis, e por momentos parece na iminência de romper com o antigo parceiro da Ala Liberal e cúmplice na fundação do partido. Mas conter-se-á, acabando por romper, ao invés, com os contestatários, conforme relatará: «A dada altura, perguntei: “Estamos aqui para discutir a melhor estratégia para o PSD ou para derrubar Francisco Sá Carneiro?” Quando percebi que a resposta era a segunda alternativa, disse: “Então, não estou aqui a fazer nada.” E fui-me embora.»

A queda do governo PS/CDS na mesma ocasião, abrindo novas perspetivas políticas, também pode ter feito Balsemão vacilar. Para Pedro Santana Lopes, então um jovem jurista (ainda a terminar Direito, mas já assistente na FDL) que o líder chamara para trabalhar num projeto de revisão constitucional, achará que a posição do diretor do *Expresso* era de meias-tintas: «Ele estava a meio. Tinha sido o primeiro subscritor do documento das Opções Inadiáveis, mas depois tentou sempre manter pontes, assumir uma posição de alguma intermediação ou equidistância, tanto que também levou Sá Carneiro a manter as pontes depois com ele.» Com o falhanço dos seus governos de iniciativa presidencial (um deles liderado por Carlos Mota Pinto), Ramalho Eanes ver-se-á forçado a convocar eleições legislativas intercalares, que terão lugar em dezembro de 1979. Sá Carneiro fareja a oportunidade, e, em julho desse ano, os líderes do PSD, do CDS e do pequeno Partido Popular Democrático (PPM) anunciam a formação da Aliança Democrática (AD), com vista a apresentar ao escrutínio uma candidatura de coligação.

O líder social-democrata consagra a sua estratégia em congresso do PSD realizado no verão em Lisboa, onde repesca Balsemão (que saíra dos órgãos dirigentes nacionais do partido) como membro da CP: o homem do *Expresso* retorna à militância política.

CAPÍTULO 10

O CAMINHO DO PODER

Com a AD, a vitória eleitoral pode parecer ao alcance, mas Balsemão não partilha do entusiasmo que mobiliza outros dirigentes e militantes dos três partidos. É antes alguém que embarca na coligação com relutância, a crer no testemunho de Miguel Veiga: «O Balsemão não estava de acordo com essa solução, era mais uma coisa do Sá Carneiro. E eu estava de acordo com o Balsemão.» E considerará Freitas do Amaral: «Havia no PSD pessoas que não queriam a AD, mas antes uma aliança com o PS, o que poderia ser o caso de Balsemão.»

O facto é que Sá Carneiro envolve Balsemão na campanha – e ele adere. «Não era uma adesão, era uma enxurrada», sustentará Miguel Veiga. «Era difícil resistir, quando é daquele montante e daquela força. Ele teve de ir na enxurrada.» Para o advogado portuense, tratou-se de uma «jogada de mestre» do líder social-democrata: «O Sá Carneiro era muito determinado e teimoso. O Francisco Balsemão era mais convivente. Conosco, essa diferença era toda uma filosofia de vida.»

Para o engenheiro químico Ângelo Correia, social-democrata em ascensão, a inclusão de Balsemão na campanha da AD (encabeçando a lista do Porto numa curiosa troca de posições com Sá Carneiro, que o faz pela capital) tinha a sua racionalidade: «Há uma frase que a malta pensante do PSD dizia: “A coligação tem 40-41%. Há 5-7% para fazer a maioria absoluta, que são gajos, não do Balsemão, mas que se identificam com o esti-

lo, a ação e o pensamento do Balsemão.” Ele personificava um perfil de pessoa moderna, aberta, democrata, lúcida, *bon vivant*, que, no fundo, era uma atração para a média burguesia – fator decisivo. Como tal, Balsemão era importante para estar com Sá Carneiro, onde quer que estivesse. Sá Carneiro percebeu-o antes: quando foi das Opções Inadiáveis, a primeira pessoa que ele quis ir buscar foi Balsemão. Havia uma ideia dele de que Balsemão era fundamental.»

Num extraordinário *volte-face*, a AD consegue nas intercalares a maioria absoluta que o eleitorado recusara antes aos socialistas, com 45,3% dos votos e 128 mandatos (num total de 250 lugares). O PS não foi além dos 27,3% (e 74 assentos).

Balsemão – único membro do trio de fundadores do PSD ainda ao lado de Sá Carneiro, e visto por isso como o n.º 2 do partido – regressa ao hemiciclo para se estreiar como deputado à AR, mas tem por destino uma pasta ministerial no governo liderado pelo chefe social-democrata.

A sua ambição são os Negócios Estrangeiros, pressionando nesse sentido Francisco Sá Carneiro. Só que o presidente do PSD já tem o Palácio das Necessidades reservado para o seu aliado de coligação Freitas do Amaral. O presidente centrista até preferia Amaro da Costa na função, mas teve de aceitar o lugar, explicando-lhe Sá Carneiro que não podia preterir o n.º 2 do PSD a favor do n.º 2 do CDS (que fora também o n.º 2 na lista de candidatos da AD pelo Porto, acabando por ficar com a pasta da Defesa).

Balsemão não gostou, mas aceitou a saída que lhe ofereceu Sá Carneiro: o título de ministro de Estado Adjunto do primeiro-ministro (n.º 3 da hierarquia governamental, logo a seguir a Freitas do Amaral, também vice-primeiro-ministro), de funções eminentemente políticas (incluindo a delicada ligação ao parlamento) e de proximidade ao líder do executivo. «Entendi que tinha obrigação de aceitar, por uma questão moral de coe-

rência com os ideais democráticos, e o dever consequente de não ficar comodamente apenas pelos ideais» – justificar-se-á.

É com pena que se vê forçado a abandonar o lugar de diretor do *Expresso*. Tem esperança de o retomar, tanto mais que, ao escolher Marcelo Rebelo de Sousa para o substituir, atribui-lhe apenas o cargo de diretor interino.

Dentro da redação, também não teria grandes alternativas. Mas a indignação de Rebelo de Sousa (que era subdiretor, ficando Augusto de Carvalho nessa função) evidenciou uma característica permanente da personalidade de Balsemão: a falta de autoridade. É que, em agosto de 1978, o filho do último ministro do Ultramar acrescentara, no meio de uma nota da «Gente», uma frase que nada tinha que ver com o resto do texto e era um total absurdo: «O Balsemão é lelé da cuca.» Ao que tudo indica, apenas para responder ao desafio de uma namorada que, num jantar, lhe lançara que ele não tinha coragem de dizer mal do dono do *Expresso* no seu próprio jornal.

A referência deu brado no *petit monde* intelectual e político da capital, além de suscitar as mais bizarras interpretações sobre o significado da frase. Balsemão, que estava de férias no Algarve, regressou a Lisboa no fim de semana para pôr tudo em pratos limpos com o subdiretor. Mas, apesar de uma discussão exasperada, acabou por aceitar a esfarrapada explicação de Rebelo de Sousa de que se tratava de um teste à atenção dos revisores, com a conclusão de que tinham chumbado.

Embora, nos tempos seguintes, os dois se cruzassem nas instalações do jornal sem se falarem, Balsemão não resistiria aos cantos de sereia de Rebelo de Sousa ao deixá-lo na sua cadeira (tendo-lhe até aumentado o vencimento pouco antes). Logo no seu primeiro editorial, o novo responsável entendeu separar as águas, ao declarar que o proprietário não «espera do *Expresso* qualquer subserviência, favor, parcialidade ou contributo espúrio para o governo em que se integra».

Ao mesmo tempo (além de abandonar a presidência do ACP a meio do segundo mandato), Balsemão teve também de reforçar o conselho de administração da Sojornal para preencher a vaga aberta, escolhendo o amigo Luiz de Vasconcellos (o que motiva a saída da empresa de Galamba Marques, que alimentava a expectativa de ocupar o lugar).

Com a posse do VI Governo Constitucional, a 3 de janeiro de 1980, Francisco Pinto Balsemão inicia assim nova fase da sua carreira – o ciclo governativo.

Freitas do Amaral considerará que ele e Balsemão terão sido os membros do executivo que mais vezes trabalharam e conversaram com Sá Carneiro (a que se seguiriam os sociais-democratas Eurico de Melo, um engenheiro químico, com a pasta da Administração Interna, e Aníbal Cavaco Silva, professor de Economia e titular das Finanças, e ainda Amaro da Costa).

No entanto, por trás das aparências hierárquicas, outra seria a realidade dos bastidores. Luís Penha e Costa, que aceitou o desafio de Balsemão para ser o seu chefe de gabinete no governo, viu as coisas de modo diferente: «O Sá Carneiro tinha uma clique de que não fazia parte o Francisco Balsemão. Era formada pelo Amaro da Costa e pelo [historiador e ensaísta Vasco] Pulido Valente [que acumulava o cargo de secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro com o pelouro da Cultura], os seus dois meninos bonitos. Mas o Freitas também fazia parte. O Balsemão sentia-se excluído desse círculo mais próximo. O Sá Carneiro era gélido e usava as pessoas conforme lhe convinha.»

Santana Lopes, então assessor jurídico do governo, entende, porém, que não seria de menosprezar o peso político de Balsemão junto do primeiro-ministro: «Ele tinha uma atividade intensa no governo. Era importante na coordenação política, a coadjuvar, tinha muitas relações com a imprensa, era próximo de Sá Carneiro e influenciava-o, nalguma medida.» Só que havia sempre um escolho nas relações entre ambos, com Rebelo

de Sousa a cumprir o anúncio editorial que fizera: «Sá Carneiro apanhava umas embirrações com Balsemão por causa do *Expresso*. À segunda-feira, aquilo era sempre complicado. Havia ali um ou dois dias de amuo, porque Sá Carneiro se passava da cabeça com as coisas do *Expresso* e do Marcelo.»

«Este gajo só me inferniza o juízo, pá!», desabafava o chefe do governo sobre os escritos de Rebelo de Sousa, de acordo ainda com o relato de Santana Lopes. Penha e Costa sublinha que, no entanto, Balsemão, recusando sempre intervir no semanário, aguentava estoicamente as indisposições do líder da AD: «O Marcelo Rebelo de Sousa surpreendia muito os conselhos de ministros com as coisas que saíam no *Expresso*. O Balsemão tinha o Sá Carneiro a chatear-lhe a cabeça por causa disso. O homem aí resistia bem.» Freitas do Amaral contará que, quando o dirigente e deputado centrista Luís Beirão confrontou Balsemão com matérias saídas no jornal, o seu dono argumentou: «Ó Luís, tu bem sabes que o *Expresso* segue uma linha editorial em que se pode ler tudo e o seu contrário.»

No âmbito da articulação do executivo com o hemiciclo, Balsemão dava apoio aos restantes ministros quando intervinham na AR. Foi o caso de Aníbal Cavaco Silva, hesitante e nervoso na sua estreia parlamentar. Relatará Penha e Costa: «A primeira vez que Cavaco Silva, como ministro das Finanças, vai à Assembleia da República, pergunta ao Francisco Balsemão como fazer e ele diz-lhe: “É como se desse uma aula aos seus alunos”.» Contará o orientador nas memórias que o caloiro teve bom desempenho.

Das suas atribuições fazem parte ainda a supervisão do cooperativismo (levando à aprovação pelo Conselho de Ministros, em setembro de 1980, do Código Cooperativo, velha aspiração do setor) e a tutela da Comissão da Condição Feminina. Mas a maior marca da sua ação de ministro terá sido o apadrinhamento do projeto de navegabilidade do Rio Douro, antiga ambição

das populações da região, a que foi sensível na campanha para deputado pelo Porto e cuja execução então arrancou.

Nas legislativas de outubro de 1980, realizadas por força do então estipulado constitucionalmente, os portugueses premeiam os nove meses de ação do governo, reforçando a votação na AD, que sobe para 47,6%, alcançando uma expressiva maioria absoluta de 134 deputados, enquanto a Frente Republicana e Socialista, uma aliança liderada pelo PS e incluindo os dissidentes das Opções Inadiáveis (agrupados na ASDI – Associação Social-Democrata Independente), não foi além dos 27,8%, conservando igual número de mandatos aos obtidos pelos socialistas um ano antes.

Reeleito pelo Porto de novo como cabeça-de-lista, Balsemão não sente, contudo, vontade de continuar no governo. Será vaga a explicação que dará nas memórias: «Fui chegando à conclusão de que, como ministro Adjunto, já realizara o que podia e que, a partir daí, entraria numa rotina que não me agradava.» Discutiu a intenção com Sá Carneiro, tendo assentado ambos em atirar a saída para depois das eleições presidenciais, marcadas para 7 de dezembro seguinte (às quais a AD, em rotura com Ramalho Eanes, se apresentava com um candidato próprio – o pouco carismático general António Soares Carneiro) e em colocar Balsemão como presidente do insípido Conselho Nacional do Plano (acumulando eventualmente com a direção do *Expresso*).

Era a fórmula a que recorria o chefe do governo para não transmitir a ideia de uma rotura entre os dois. Mas só esse distanciamiento poderia explicar que, em hora de triunfo e consagração (com reforço da votação da AD também no Porto), Balsemão pretendesse trocar o executivo por um cargo de segunda linha, pouco mais do que decorativo do ponto de vista do peso político. Luís Penha e Costa inseriu esse afastamento num quadro de perda de confiança política, e após Sá Carnei-

ro, numa manobra de pressão sobre o eleitorado, ter anunciado que, caso Ramalho Eanes fosse reeleito, ele próprio ficaria fora do governo: «Com a reeleição de Eanes, Sá Carneiro sairia e ficaria lá outro, e Francisco Balsemão ia para responsável pelo Plano, lugar sem importância nenhuma. Balsemão, naqueles últimos três meses da governação de Sá Carneiro, andou muito atrapalhado, porque achou-se um bocadinho excluído. Via-se que estava a perder o pé.»

Seja como for, entrega-se de corpo e alma, no seu círculo eleitoral, à campanha a favor de Soares Carneiro, e, se tinha reservas perante essa candidatura (em cuja escolha não participou, vindo mais tarde a dizer-se «um pouco melindrado» pela sua exclusão), nunca se lhe ouviu uma palavra sobre disso.

Foi nesse âmbito que, antecipando um sabor de derrota no Porto, Balsemão implorou ao líder da AD por uma deslocação final à cidade: «A direção da campanha no Porto pediu-me insistentemente que convencesse Sá Carneiro a fazer a sessão de encerramento, no Coliseu, no dia 4 de dezembro, visto que só ele conseguiria dar uma indispensável reviravolta nas intenções de voto que, na capital nortenha, eram muito desfavoráveis ao nosso candidato. Telefonei para Francisco e ele acabou por concordar.»

Sá Carneiro e acompanhantes embarcaram em Lisboa num Cessna 421. Menos de meio minuto depois de descolar do Aeroporto da Portela [futuro Humberto Delgado], a aeronave despenhou-se sobre o bairro de Camarate, mudando o rumo da História.

Regressado a Lisboa no meio da onda de choque e consternação que abala o país, com todas as ações de campanha já canceladas, Balsemão está tolhido pela emoção, e, no Conselho de Ministros reunido de emergência nessa noite, limita-se a quemar tempo até que chegue Freitas do Amaral, que fora à RTP fazer o anúncio da tragédia.

Mas há que ser racional, tomar decisões e resolver quem assume a liderança da coligação e do executivo, porque há todo um país que tem de continuar a existir. De súbito, e sem que tenha feito algo para isso, Balsemão está na cabeça do touro, como o suposto n.º 2 do maior partido do governo. Não há unanimidade entre as eminências da AD. Pelo contrário, aventam-se alternativas, entre elas a de Freitas do Amaral – embora com um *handicap* talvez inultrapassável, por não pertencer à formação maioritária da coligação.

Mota Amaral é dos que se apressam a apelar ao voto do PSD na liderança de Balsemão: «A primeira voz que se levanta a propor a candidatura dele, no dia do funeral [das vítimas de Camarate, 6 de dezembro], é a minha. Havia várias movimentações. Uma delas era a favor de Eurico de Melo. Admito que Freitas do Amaral também tivesse essa aspiração, mas quem procurava uma alternativa não ia tanto para Freitas, e mais para Eurico. A hipótese de Cavaco Silva ainda não se colocava. Balsemão parecia-me o sucessor natural.»

António Capucho, então secretário-geral do PSD e outro defensor da solução Balsemão, traça quadro idêntico: «Houve uma certa polémica na sucessão, porque a ala mais conservadora do partido não ia nas boas graças de Balsemão. Especialmente Eurico de Melo, que protagonizava essa reticência forte.» Contudo, sem grandes hipóteses: «Essa facção era muito minoritária: além de Eurico [originário de Santo Tirso], alguma gente do Norte, não muito significativa. Nunca apresentaram uma alternativa. Que dizíamos nós, que defendíamos Balsemão?: “O que estes tipos querem é naturalmente criar condições para institucionalizar a AD e deixar Freitas do Amaral à frente disto tudo.” É verdade que ele aparece, como vice-primeiro-ministro, a seguir a Camarate, com toda a naturalidade, a fazer a comunicação ao país. Muita gente o acusou de estar a fazer-se ao lugar, mas não me parece que seja justa essa acusação.»

Até o ministro Adjunto acreditará que o presidente do CDS aspirava ao posto, suscitando um posterior desmentido de Freitas do Amaral: «Balsemão acusou-me mais tarde de querer chefiar o governo após Camarate. Não é verdade, não fiz rigorosamente nada, não faria nenhuma reivindicação que não estivesse no acordo [de fundação da AD]. O que aconteceu é que houve ministros de Sá Carneiro que gostavam mais de mim do que de Balsemão, como Eurico de Melo, Álvaro Barreto [Indústria e Energia] e [António] Cardoso e Cunha [Agricultura e Pescas], e tentaram logo no Conselho Nacional [social-democrata – CN –, a 13 de dezembro] que ficasse eu, para que o PSD se refizesse do choque brutal. Isso convenceu Balsemão de que eu estava por trás.»

De qualquer modo, o n.º 2 do PSD resolve assumir o desafio que a História lhe lança e ir à luta, apresentando-se numa entrevista, dois dias antes do CN, como candidato à sucessão de Sá Carneiro: «Como único fundador que permanece no partido, não abdicarei das minhas responsabilidades partidárias no exercício de um mandato moral que julgo efetivamente me cabe.» Reclama aí, porém, um perfil diferente: «O primeiro-ministro do VII Governo terá de, antes de mais nada, ter a humildade de saber que não pode governar da mesma maneira que o Dr. Sá Carneiro o fez, sendo obrigado a desenvolver um estilo próprio.»

Tudo se passa no CN como expetável, conforme o testemunho de Santana Lopes: «Mota Amaral propôs Francisco Balsemão logo nessa noite e ele teve quase a unanimidade.» Se, antes, o PSD tinha um líder que preferia antes quebrar que torcer, o estilo do seu sucessor seria torcer para nunca quebrar.

Ao nível da direção da AD, a indigitação do novo chefe social-democrata para liderar o executivo não suscitou reticências, mas Freitas do Amaral, projetando maus augúrios, não quis permanecer no elenco governativo. Nem Eurico de Melo

ou Cavaco Silva, convidados para continuarem com as mesmas pastas (escrevendo o segundo mais tarde: «Balsemão [...] era uma pessoa afável e com experiência política mas, em comparação com Sá Carneiro, parecia-me que lhe faltavam qualidades de comando. Insistiu para que eu continuasse como ministro das Finanças, [...] e recusei. Fiquei depois desgostoso com as declarações [...] em que me acusou de ter um projeto de poder pessoal.»). Nem sequer João Salgueiro, apesar de amigo e social-democrata recém-filiado, que sobraçaria um novo Ministério do Plano, Reforma Administrativa e Integração Europeia. O que leva Balsemão a improvisar soluções, como chamar para as Finanças o seu amigo João Morais Leitão (ao mesmo tempo que, magnânimo, oferece a Cavaco Silva o lugar que dias antes lhe estava destinado – a presidência da Conselho Nacional do Plano).

O relutante político confessará décadas depois, questionado sobre a mais difícil decisão que tomou na vida: «Foi aceitar suceder ao Dr. Sá Carneiro como primeiro-ministro em circunstâncias trágicas, não estando continuar na política previsto nos meus planos.» Miguel Veiga viveu o momento: «Balsemão estava muito hesitante. Falei com ele acerca disso. Tinha uma vida muito ocupada: uma barca dos diabos e todas as coisas que giravam à volta do *Expresso*. Como ministro Adjunto, podia ir ao *Expresso* na mesma, como primeiro-ministro, já não.»

Esperada também era a reeleição de Ramalho Eanes, confirmada por 56,4% dos votantes (enquanto Soares Carneiro se ficou pelos 40,2%). Como político ciente das suas obrigações, Balsemão procurou logo a seguir apaziguar os ânimos aticados durante a campanha: «Haverá [...] que não criar conflitos desnecessários unicamente porque o general Ramalho Eanes ganhou as eleições.»

CAPÍTULO 11

PRIMEIRO-MINISTRO

EM DOSE DUPLA

«**B**alsemão não devia ter aceitado ser primeiro-ministro, porque não tinha a legitimidade eleitoral», entenderá Ramalho Eanes décadas mais tarde. O que não o impediu de lhe dar posse, a 9 de janeiro de 1981, tanto mais que o novo gabinete se encontrava suportado por uma sólida maioria parlamentar.

O elenco possível de Balsemão, então com 43 anos, contava com 19 ministros (mais dois que o de Sá Carneiro). No discurso de posse, apontou a «libertação da sociedade civil [expressão que lhe era cara, reiterada amiúde na alocução], pressuposto essencial da modernização de Portugal e das reformas que ela implica», sendo que a principal seria a revisão da Constituição (prevista no próprio articulado da lei fundamental e tida como passo crucial da transição para a democracia plena, dado que os militares ainda exerciam forte tutela sobre o regime através do CR). Dias antes, em declarações ao *L'Express*, também definira como outra prioridade o processo de adesão à CEE (solicitada havia já quase quatro anos pelo primeiro governo de Soares): «Empreenderemos [...] a integração europeia a fim de melhor enraizar a nossa adesão à democracia.»

No debate parlamentar do programa do executivo, o líder do PCP, Álvaro Cunhal, lança uma espécie de anátema sobre o VII Governo, assegurando que «terá uma duração mais breve do que muitos supõem». E a verdade é que, logo no mês seguinte,

no VIII Congresso do PSD (em Lisboa), embora vencendo por larga maioria, o líder vê uma lista alternativa para o CN, encabeçada por Eurico de Melo e Cavaco Silva, obter cerca de um terço dos lugares. Santana Lopes, posicionado entre os críticos, traduz esse sentimento de desconfiança: «Balsemão era considerado por nós um líder fraco, demasiado condescendente. Era um contraste com a anterior liderança, e isso causou estranheza em boa parte do partido, mas o partido apoiou-o.»

Os sinais de instabilidade partidária seriam quase constantes, sobretudo, a partir de junho, no seio da distrital de Lisboa do PSD. Balsemão vai tentando endireitar a nau, mas não são credíveis as suas tentativas de impor autoridade, como em Mirandela, já em agosto: «Sem mais sofismas e claramente, quero dizer-vos, usando uma linguagem frontal, à transmontana, que os limites da minha tolerância foram atingidos e vou mesmo atuar. Vou atuar não para a guerra, nem para a guerrilha, mas no combate por aquilo em que acredito e para que me sinto legitimamente designado pelo meu partido e pelo povo português.»

Eurico de Melo não se deixa impressionar, reclamando a demissão do chefe do governo, porque a situação exige a renúncia ao poder «dos que não são capazes de encontrar e realizar uma solução global». Nesse verão, a crise está instalada no seio do PSD: apesar de ganhar votações tanto na CP como no CN do partido, Balsemão é alvo da incessante guerrilha dos críticos, entre os quais Santana Lopes, para quem a alternativa já existia: «Defendíamos que Cavaco Silva devia ser primeiro-ministro. Logo em 1981. Achávamos, com toda a franqueza, que era mais um tipo de líder capaz de suceder a Sá Carneiro.»

Acaba por anunciar, ainda em agosto, a sua demissão da chefia do governo. Eanes aceita exonerá-lo, embora sublinhando não ter alterado a sua confiança política e institucional nele. Fará mais tarde, aliás, um balanço positivo desses sete meses:

«Apesar da sua curta vigência e de todas as dificuldades que teve de enfrentar, conseguiu o VII Governo resultados globalmente não despidiendos. Conseguiu, por exemplo, obter algum crescimento do produto e não afetar o emprego (o que ajudou a manter uma certa paz social), revogar toda a legislação sobre a intervenção do Estado na gestão das empresas públicas e aprovar o regime de admissão à cotação das empresas.»

Na verdade, Balsemão não desertou, percebendo-se, escassos dias depois, que tudo não passara de manobra para tentar reforçar a sua liderança e pressionar os parceiros de coligação – uma jogada à Sá Carneiro, não o sendo. O CN aprova (com apenas um contra e três abstenções) o nome do líder social-democrata para suceder a si mesmo na chefia do executivo. E, logo a seguir, ele aceita formar novo gabinete, obtidas várias garantias políticas do CDS e do PPM, incluindo a participação dos respetivos líderes no elenco governativo: Freitas do Amaral como vice-primeiro-ministro e titular da Defesa e o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (que não figurara no elenco de Sá Carneiro) como ministro de Estado e da Qualidade de Vida.

Ramalho Eanes recondu-lo assim para liderar o VIII Governo Constitucional: «Acabei por convidá-lo outra vez para formar governo, dar-lhe uma nova oportunidade, em vez de convidar o segundo partido mais votado [no caso, a FRS].»

A posse do novo executivo (com menos dois ministros do que o anterior) ocorre a 4 de setembro. Justificará o então líder centrista que regressou ao governo «apenas para não agravar a crise nacional desencadeada pelo desastre de Camarate, bem como para não acrescentar uma crise no CDS à crise do PSD e da AD», acrescentando: «Mas fi-lo com pouca esperança, sem alegria e apenas para cumprir o que entendia ser o meu dever.»

Novidade é a aceitação da pasta das Finanças por João Salgueiro com a saída de Morais Leitão (que, segundo Capucho era «uma solução de recurso para ajudar o amigo Balsemão, mas

transitória»). E inédita é a passagem de Marcelo Rebelo de Sousa de diretor efetivo do *Expresso* (promoção dada pelo dono na semana da sua posse inicial como primeiro-ministro) para o gabinete, como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Balsemão (confessando mais tarde ter lutado, a este propósito, com «sentimentos contraditórios») não o chamou por avaliação de méritos para a função, mas por uma razão negativa: calculava que o endiabrado jurista incomodava menos na Rua Gomes Teixeira (sede do governo) do que na Duque de Palmela, onde produzia textos que infernizavam a vida do patrão, questionando permanentemente a sua capacidade de liderança (como ao escrever em editorial que «Balsemão está para Sá Carneiro como Marcello Caetano esteve para Salazar»).

Confirmará muito depois o visado, em letra de forma: «Houve [no *Expresso*] exageros, instigados em muitos casos por Marcelo Rebelo de Sousa, que conseguiu com isso ser chamado para o Governo.» E seria ainda mais explícito, de viva voz: «Uma das razões por que chamei o Marcelo Rebelo de Sousa para o governo foi para o afastar do jornal.» No Conselho de Ministros, Rebelo de Sousa será dos escassos secretários de Estado presentes, dada a natureza jurídica do cargo, aconselhando sobre a elaboração de nova legislação.

Mas o refrescamento da equipa cedo desilude um colaborador próximo do líder, como Penha e Costa: «Achei que [Balsemão] não tinha projeto. No governo, também não se rodeou das melhores pessoas. Aí, deixou de ter graça. Ao não ter projeto, aquilo começou a derrapar. Peço a demissão três meses depois da posse. Foi muito vítima do seu bom feito, mas acima de tudo foi vítima de não ter um projeto. Repare-se: o *Expresso* era o projeto dele, que fez com prazer e bem, levando as pessoas atrás. Aqui, não conseguiu levar as pessoas. Se o próprio chefe de gabinete, de que era íntimo, não se mantém atrás dele, alguma coisa não está bem.»

Outro íntimo como Miguel Veiga também reconhecerá que a cordialidade do amigo não se coadunava com a atitude esperada de um chefe: «Nem de perto nem de longe ele era o líder forte que foi o Sá Carneiro. Não era, nem nunca foi, um autoritário. Pode ter tido problemas por causa disso.»

Se santos da casa não fazem milagres, pelo menos nas chancelarias ocidentais o seu nome tem nota positiva, como sintetizado num relatório da embaixada britânica em Lisboa: «Balsemão fala fluentemente inglês, tem uma relação cooperante com a embaixada. Visita a Inglaterra com frequência, [...] e teve conversações com [Margaret] Thatcher [primeira-ministra do Reino Unido nos anos 1980]. É um homem abastado e muito viajado. Bastante vaidoso, [...] na juventude, foi um grande *playboy* e mulherengo, mas assentou e tem amadurecido no cargo de primeiro-ministro.»

E, na verdade, é no estrangeiro que se sente como peixe na água – observação feita por Fernando Ulrich, que, como chefe de gabinete de João Salgueiro, acompanhou a ronda de visitas que Balsemão, europeísta convicto, fez então, acompanhado do titular das Finanças, a todos os dez chefes de governo da CEE, numa tentativa de acelerar o processo de adesão comunitária de Portugal: «Ele gostava desses contactos e estava muito descontento nessas reuniões e discussões. Era mais assertivo lá do que cá, porque estava a mais à vontade.»

Na frente interna, porém, Balsemão e Salgueiro tinham de lidar com uma crise económica resultante não só do chamado segundo choque petrolífero (aumento de preços do combustível, devido à revolução fundamentalista no Irão, em 1979, e, depois, à guerra irano-iraquiana), como também de algum descontrolo das contas públicas resultante de uma política económica eleitoralista de Sá Carneiro e Cavaco Silva.

Embora o governo fugisse à aplicação de um programa de austeridade, os sindicatos estavam em alvoroço, intuindo-o

como inevitável, o que desembocou na convocatória pela CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, próxima do PCP), em fevereiro de 1982, de uma inédita greve geral de 24 horas, a que outra se seguiu três meses depois. «Ficámos às escuras na Gomes Teixeira», recordará João Salgueiro. «Estávamos no último andar e houve um corte súbito da energia elétrica. Fomos para São Bento. A segunda greve já foi um fiasco, mas a primeira foi a sério.»

Balsemão teve de vestir o fato de líder partidário para negociar a revisão constitucional, objetivo estratégico maior da AD. Carecendo do voto favorável de um mínimo de dois terços dos deputados, as alterações à Constituição dependiam do apoio do PS, único partido, aliás, disponível, pela voz do seu próprio líder, para concertar o processo com a coligação governamental. O líder abordou diretamente com Mário Soares alguns dos aspetos mais sensíveis do projeto, se bem que tenha delegado em Freitas do Amaral tanto a construção jurídica da revisão como as negociações de pormenor com os socialistas, o mesmo acontecendo com a elaboração da decorrente Lei de Defesa Nacional (a ser aprovada também por um mínimo de dois terços dos parlamentares). Antes, porém, acertou com o presidente centrista aspetos do anteprojeto que dele recebera, consoante por este narrado: «Trabalhámos os dois, sozinhos, um dia inteiro (das dez da manhã às 20h, com um breve almoço de sanduíches). O Dr. Balsemão tinha estudado em pormenor o texto que lhe mandei e deu vários contributos. Tomei nota deles e, nos dias seguintes, elaborei uma nova versão.»

Um processo que desagradará ao Presidente: «A revisão foi feita segundo a proposta de Freitas de Amaral, que em matéria constitucional estava mais bem preparado do que Francisco Balsemão. Ele nunca devia ter cedido nesse ponto, pois a partir desse momento entrega os trunfos da negociação ao CDS e ao PS.»

A discordância de Eanes radicava numa divergência de fundo que o opôs aos partidos responsáveis pela revisão, e que redundou no mais grave conflito ocorrido em democracia entre as instâncias presidencial e legislativa. Tanto a AD como o PS assentaram em alterar os poderes do Presidente da República, ao eliminarem a dupla dependência do governo tanto do parlamento como de Belém, ficando o executivo a ser responsável «politicamente» apenas perante a AR, enquanto à Presidência só caberia o poder de dissolução da câmara. Tratava-se de mitigar o semipresidencialismo contido na Constituição em 1976.

A intenção foi vista pelo general como uma inaceitável redução dos poderes presidenciais, o que o levou a fazer pairar a ameaça da sua resignação. Ângelo Correia, então titular da Administração Interna, admitirá retrospectivamente os excessos da parte civil: «A revisão constitucional teve o mérito de ser democrática e o demérito de ser demasiado *ad hominem*, apontando ao Eanes por ser ele, porque era um militar.» Outra fonte de conflito foi a extinção apressada do CR, sem aguardar pelo fim do período de transição negociado pelo MFA e os partidos no rescaldo do PREC. Ou, ainda, a questão da dependência das Forças Armadas, sendo transferido de Belém para o executivo o poder de nomeação dos chefes de Estado-Maior.

Mas, em tudo isso, são inflexíveis sociais-democratas, democratas-cristãos e socialistas, que aprovam a revisão em agosto de 1982, com a expressiva votação de 195 deputados a favor e 40 contra, tendo Ramalho Eanes procedido à sua promulgação no mês seguinte, no mesmo dia em que Freitas do Amaral apresentava a proposta de Lei da Defesa Nacional, também caucionada, em outubro, pelos três partidos.

Os diplomas aprofundam a fratura no relacionamento entre Presidente e primeiro-ministro, há muito em degradação. O principal reflexo da insalubre coabitação foi a inédita iniciativa, tomada por Ramalho Eanes no início do verão de 1982, de

gravar em cassete de áudio as reuniões semanais com o chefe do governo, numa manifesta declaração de falta de confiança na palavra de Balsemão (que protestou, debalde, contra o método).

O general será sempre relutante em pronunciar-se sobre o episódio, sugerindo, contudo, que a sua atitude terá sido motivada pela falta de cumprimento quanto a certas garantias dadas pelo interlocutor em reuniões anteriores. Justificará: «A finalidade das gravações era dizer: “Eu fiz o que era razoável, assumi este compromisso e aquele”.»

Ângelo Correia lamentará o irreversível afastamento entre Belém e São Bento: «Eanes exigiu aquela história do gravador. E o Balsemão sentiu-se mal, e com toda a razão. Portanto, havia um bocado esse ódio, essa tensão forte em relação ao Eanes por causa disso. Eu estava em articulação com Balsemão, e fui, na coligação, dos que levaram mais longe essa atitude confrontacional da AD com Eanes. Hoje, reconheço que fui longe de mais e que Eanes era uma pessoa respeitável.» O problema principal, para o líder social-democrata, não era tanto enfrentar Eanes (numa relação que chegou a classificar como não sendo «nem de guerra nem de paz»), mas os seus adversários no seio da AD e do próprio PSD. Já eram evidentes os sinais de desgaste do seu segundo executivo, com desentendimentos internos vários e frequentes, como relatará Freitas do Amaral: «A partir da primavera de 1982, vários dos ministros do PSD vinham ter comigo no final do Conselho de Ministros – sobretudo quando eram presididos por mim – e, queixando-se da falta de autoridade do primeiro-ministro sobre o governo e sobre o partido, diziam-me: “Professor, o senhor tem de deitar abaixo este governo. Assim não vamos a parte nenhuma! [...] Só você é que tem autoridade, na AD, para derrubar o governo.” Eu nunca dei seguimento a essas conversas.»

Rebello de Sousa terá sido um dos que convenceram Balsemão a remodelar o executivo, o que aconteceria na primeira

quinzena de junho. Mas o secretário de Estado da Presidência pede-lhe para sair (o que o outro julgará resultar da sua decepção por não ir a ministro). Contudo, acaba por permanecer à última hora, já que falta ao primeiro-ministro um nome para preencher o elenco. E acaba mesmo por ir a ministro – dos Assuntos Parlamentares.

Ramalho Eanes aceita a remodelação como derradeira oportunidade concedida a Balsemão: «Era convicção do Presidente da República de que a sua reconhecida “complacência” permitiria a Pinto Balsemão dirimir, com sucesso, uma querela no seio do PSD e, mesmo, da coligação, evitando uma dispendiosa crise governamental.»

Só que os críticos não dão tréguas a Balsemão: não passa um mês sobre a remodelação, Eurico de Melo e Cavaco Silva pedem a demissão do líder social-democrata numa carta aberta aos filiados do partido, declarando: «Já não é possível ultrapassar a crise em que nos encontramos sem uma mudança na chefia do governo e na presidência do PSD.»

Num CN convocado para dias depois, Balsemão garante: «Não sou primeiro-ministro a prazo.» Mas prevalece o espírito de outras reuniões das órgãos diretivos sociais-democratas, de onde ele sai vencedor para depois tudo voltar a ser posto em causa. O semanário *O Jornal* sintetiza à época tudo num título demolidor: «Balsemão: de vitória em vitória até à derrota final».

No seio do governo, Rebelo de Sousa é um dos que mais trabalham para corroer a posição do chefe, sabotando, por exemplo, as suas diretivas para se evitar fugas de informação. José António Saraiva, um arquiteto e futuro diretor do *Expresso*, ouvirá mais tarde da boca do proprietário: «O Balsemão começou a perceber que, mal acabava um Conselho de Ministros, as rádios já estavam a dizer o que se tinha passado. Então percebeu que o Marcelo saía a meio, falava com um jornalista da rádio e voltava lá para dentro. Mesmo assim, foi incapaz de tomar uma

atitude contra ele.» Mas não era apenas o recurso «ao que, hoje, chamamos factos alternativos», escreverá o próprio Balsemão: «[Rebello de Sousa] montou intrigas desnecessárias entre ministros e/ou secretários de Estado. Organizou os seus contactos pessoais com o gabinete do Presidente da República e com o Conselho da Revolução. Conservou e alimentou as suas linhas diretas com dirigentes do PSD que estavam contra mim [...] e do CDS. Etc., etc.»

De qualquer modo, o titular dos Assuntos Parlamentares faz entretanto saber a Balsemão que pretende sair do governo até janeiro de 1983, para se dedicar à vida universitária. Também Freitas do Amaral, terminadas as tarefas da revisão constitucional e da Lei de Defesa, acha ser tempo de abandonar o barco (após as autárquicas de dezembro de 1982), invocando, do mesmo modo, razões académicas. Até João Salgueiro se quer ir embora. Mas Balsemão, após discussões por vezes homéricas com os potenciais resignatários, vai fazendo ouvidos de mercador a esses apelos.

Percebe-se, no entanto, que o final de 1982 não será auspicioso quando, em outubro, falha no hemiciclo a reeleição para presidente da AR do candidato do PSD, o advogado Leonardo Ribeiro de Almeida, ao faltar o voto dos deputados do CDS. Numa cimeira da coligação, dias depois, são recrutados os mínimos para Ribeiro de Almeida ser eleito ao quarto escrutínio, mas a sensação é de que tudo está por um fio. Numa entrevista, Rebello de Sousa afirma no final de outubro: «Já foram cometidos erros graves [no PSD e na AD], que me dispenso de comentar. O futuro dirá se são irreparáveis.» Ao mesmo tempo, recusa dar a mão ao chefe do governo: «A minha posição especial, quer em termos de solidariedade pessoal quer política, para com Pinto Balsemão deve levar-me a não me pronunciar sobre esse assunto.» O primeiro-ministro sofre não poucas pressões dentro do governo e do PSD para demitir o seu titular dos As-

suntos Parlamentares, mas a todas resiste, convencido talvez de que será melhor aguardar para depois das autárquicas.

Pelo meio, em novembro, a AD chumba na AR a proposta de descriminalização do aborto, apresentada pelo PCP e discutida antes num CN do PSD, com a irónica circunstância de Balsemão, que na década anterior enviara uma amante à Suíça para abortar, caucionar o voto negativo do seu partido.

São, de resto, múltiplas as frentes de combate que Balsemão enfrenta. Um das mais inesperadas relaciona-se com o desastre que vitimara Sá Carneiro e Amaro da Costa. Os órfãos mais ferrosos do defunto líder da AD rejeitam que o seu ídolo possa ter desaparecido devido a um estúpido acidente, só aceitando uma morte de mártir. Esse mecanismo psicológico gera a ideia de que houve um atentado em Camarate – jamais suportada pelas investigações judiciais (embora depois assumida por alguns políticos em sede de comissão parlamentar, a ponto de nela fazer vencimento). Daí até insinuar-se que o chefe do governo podia dissimular ou esconder algo a respeito da queda do avião foi um passo tão breve quanto injusto – e Balsemão, amargurado com a insinuação, passará o resto da vida a processar quem disso o acusa.

Já em dezembro de 1982, Rebelo de Sousa envia uma carta de resignação ao primeiro-ministro, que se lamentará acerca do gesto do irrequieto membro do seu elenco: «Apresentou a demissão quatro dias antes das autárquicas, com a promessa de nada revelar até às eleições, mas no próprio dia ou no dia seguinte a notícia estava no *Expresso*.» Era preciso não conhecer o demissionário para saber ser esse o seu comportamento natural.

CAPÍTULO 12

A QUEDA

Com 42,5% dos votos na AD ou nos seus partidos, a coligação surge como clara vencedora das autárquicas (mesmo descendo cinco pontos em relação às anteriores, em 1979), já que o PS se fica pelos 31,1%. É natural que, nessa noite, Francisco Balsemão reclame na TV «uma grande vitória eleitoral da AD». Logo a seguir, no entanto, em intervenção separada, Freitas do Amaral alega ter-se tratado de «um desaire eleitoral». Até o Presidente Ramalho Eanes julgará desajustada a atitude do chefe centrista: «As eleições autárquicas aceleraram a crise interna do Governo, embora os resultados obtidos pela coligação no poder fossem positivos, dada a situação de crise, nomeadamente social, que se vivia.» A implosão da AD está à vista de todos – e é irreversível.

Freitas do Amaral acaba por escrever ao primeiro-ministro, dias depois, uma carta de demissão. O otimista Balsemão ainda espera conter o descalabro, ao mesmo tempo que, antes do Natal, concretiza uma viagem oficial aos EUA. João Salgueiro, que faz parte da comitiva, relatará que o caldo se entornou de vez no regresso a Lisboa, onde assiste à entrega ao amigo de nova missiva do líder do CDS: «A carta era assim: “Decidi abandonar a política, vou sair do governo e do CDS.” E ele [Balsemão]: “Então, este sacana, a gente combina uma coisa e ele faz outra? Não é possível.” Ficou possesso: “Não estou disposto a aturar estes gajos. A Constituição está revista, o país pode seguir so-

zinho, vou-me embora, não tenho paciência para estes tipos.” Saiu e provocou a crise.»

Na madrugada de 20 de dezembro, anuncia num CN do PSD a renúncia à chefia do governo (decisão que dirá depois ter tomado na noite das autárquicas). Instado por muitos correligionários a reconsiderar, mantém-se irredutível, só se mostrando disponível para ficar na liderança partidária e encetar diligências com vista a encontrar sucessor à frente do executivo.

O Presidente aceita a demissão logo a seguir. Num balanço posterior à ação de Balsemão como governante, Eanes realçará o lado positivo: «As dificuldades que se adivinhavam no início do seu mandato como primeiro-ministro vieram [...] a concretizar-se. É [...] justo destacar que [...] se empenhou, com sentido patriótico, em superá-las até onde foi possível.»

Nos bastidores, o líder social-democrata contempla a hipótese de propor Vítor Crespo, professor universitário de Química que fora seu ministro da Educação, para lhe suceder à frente do executivo. O CDS opta por um «apoio condicionado» à solução.

Perante o apodrecimento da situação, Eanes não fica convencido com a proposta, e, já a 23 de janeiro de 1983, anuncia optar pela dissolução da AR (implicando a extinção da AD) e a convocação de novas legislativas (que, em virtude da revisão constitucional, deixam de ser intercalares para passarem a antecipadas).

A seguir, nessa sucessão de semanas alucinantes, Balsemão anuncia ao PSD a intenção de abandonar também a liderança social-democrata – provavelmente na tentativa habitual de criação de vaga de fundo em sentido contrário, já que, no final de fevereiro, no congresso do partido em Montechoro (Albufeira), se baterá pela recondução no cargo (durante «algum tempo [...], para assegurar uma transição suave», como explicará depois). E até se arriscava a vencer, não fora um acaso meteorológico vivido pela delegação açoriana, com Mota Amaral à frente: «Há um elemento azarado que é decisivo no congresso

de Montechoro. Apanhamos uma daquelas situações climatéricas tramadas, ficamos sem aviões e quando a delegação dos Açores chega ao congresso já foi votada uma coisa qualquer que é fundamental. Eu já não voto.» (Numa admissão do seu isolamento, Balsemão duvidará depois desta explicação do aliado, insinuando outra intenção).

Emerge no conclave algarvio a figura de Carlos Mota Pinto como candidato social-democrata a primeiro-ministro, e é contra a sua corrente que Balsemão perde (apesar de muito próximas as ideias de ambos). Num discurso de balanço político, o líder derrotado resolve ajustar contas com os adversários internos, nomeando, um a um, todos os sociais-democratas (ou próximos do partido) que acusa de o terem atacado e contribuído para o seu fracasso, entre eles Eurico de Melo, Cavaco Silva, Vasco Pulido Valente e Marcelo Rebelo de Sousa (além, é claro, de Freitas do Amaral). É uma despedida da vida política que entusiasma tanto os delegados como um duche de água fria naquele inverno.

O Presidente acabará por prolongar a sobrevivência do VIII Governo no limbo até à posse do que lhe sucederá com as eleições – o que se arrasta por quatro meses e meio. Mais tarde, exporá as suas razões: «Havia o problema do orçamento e de legislação que era preciso elaborar. Entendi só exonerar o governo de Balsemão depois de uma série de diplomas fundamentais estarem aprovados. A minha Casa Civil também me disse: “Prepare-se: se o PS ganhar as eleições, Soares vai demorar a formar governo”.»

O líder caído ambicionava regressar ao *Expresso*, mas teria ainda de penar. As legislativas, a 25 de abril, produziram, como se esperava, um vencedor alternativo à AD (com o PSD reduzido, 27,2%) – o PS de novo (com 36,1%). Sem maioria absoluta, e não querendo repetir a infausta experiência do seu primeiro governo, Mário Soares encontrou em Mota Pinto o interlocutor ideal para a formação de um gabinete de coligação situado a

meio do espectro político, com o nome informal de Bloco Central. Balsemão só será exonerado a 9 de junho, terminados os esforços de constituição do novo governo, chefiado por Soares e com Mota Pinto (que só virá a ser eleito presidente do PSD no ano seguinte) no cargo de vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional.

Uma das primeiras medidas do governo do Bloco Central será a celebração, nesse verão, de um acordo de resgate financeiro com o FMI, pela alegada degradação a que teriam chegado as contas públicas sob a responsabilidade da AD, e em particular do último executivo de Balsemão. Ângelo Correia reconhece que os três governos da coligação «contribuíram claramente» para o pedido de ajuda lançado ao FMI, mas João Salgueiro, apesar de admitir a deterioração financeira do país durante o período de gestão, será sempre crítico da política de resgate seguida por Soares e o seu ministro das Finanças, o social-democrata Ernâni Lopes, defendendo que, tal como ele próprio, deviam ter tido a ousadia de uma via alternativa.

Quanto às restantes grandes linhas, os governos de Balsemão até receberão avaliações positivas, a começar pelo triunfo da revisão constitucional, com o encerramento do período de transição do regime saído do 25 de Abril para uma democracia civilista. Ângelo Correia engloba: «Balsemão sacrificou tudo à chamada estabilidade objetiva futura. É um dos agentes fundamentais da promoção do parlamentarismo em Portugal, a quem o país não retribuiu em consideração e afeto.» Até mesmo um adversário interno como Santana Lopes reconhecerá: «Os grandes caminhos de Balsemão foram corretíssimos: revisão constitucional, Lei das Forças Armadas, Europa. Na estrutura de pensamento e princípios basilares de um democrata, foi impecável, determinado, não vacilou. Mas – coitado –, até por causa da comparação com Sá Carneiro, se tinha de fazer de líder duro, sentia-se que era plástico. Não era aquele o lado bom dele.»

Havia, com efeito, a questão crucial do carisma, que não se constrói – ou se tem ou não se tem. E até os mais próximos de Balsemão admitem que ele não tinha. Como António Capucho: «O grande problema dele foi as coisas não terem corrido bem ao nível governativo, por um lado, e não ter aquele carisma. É muito difícil substituir o Sá Carneiro.»

Foi com sensação de alívio que, em meados de 1983, Balsemão se reinstalou no seu gabinete do *Expresso*, que, no mesmo edifício, alargara a equipa e as instalações. Poderia recuperar o lugar de diretor, para o que possuía legitimidade. Mas rejeitou a hipótese, explicando estar orientado para a criação de um grupo de comunicação social: «Não se deve voltar [a ser diretor] três anos e meio depois. E eu já tinha uma visão mais alargada do multimédia.» Logo a seguir, por um conflito interno à redação, Augusto de Carvalho demitia-se do cargo de diretor interino (que foi sempre) para ascender ao lugar José António Saraiva, que o proprietário promove a efetivo em março de 1984 (e que se manterá por mais de duas décadas).

Por essa ocasião, ocorre a morte acidental da mãe de Balsemão, quase a perfazer 87 anos, quando, no velho palacete da Ribeiro Sanches, onde continuava a viver, o seu roupão pegou fogo em contacto com um aquecedor, causando-lhe queimaduras fatais. O filho recusou ver o corpo calcinado.

Embora presente quase diariamente nas instalações do *Expresso*, Balsemão faz questão de só subir à redação uma vez por ano, antes do Natal, para desejar as Boas Festas à equipa. É uma forma de afirmar respeito pela independência do jornal. Limita-se – dirá depois – a discutir *a posteriori* com o diretor aspetos do conteúdo de cada edição, apesar de sofrer com a contenção: «Claro que à sexta-feira, ao fim do dia, custa-me horrores não ir [...] assistir ao fecho da primeira página.»

Apesar de proclamar o afastamento da política, a política não se afasta dele nesses tempos. No conclave social-democrata

realizado na Figueira da Foz em maio de 1985, dez dias após a morte inesperada de Mota Pinto por ataque cardíaco, não só aceita ser candidato à presidência do Congresso (e, por inerência, do CN) como patrocina a candidatura de João Salgueiro à liderança.

As coisas até pareciam bem encaminhadas para o amigo ser eleito, mas, de supetão, surge como candidato Cavaco Silva – sob a pouco convincente explicação de apenas ir à Figueira fazer a rodagem do seu novo carro –, que sai do congresso como vencedor. Como prêmio de consolação, Balsemão ganha a eleição para a Mesa do Congresso, pela margem mínima – 500 votos para a sua lista contra 499 para a que Cavaco Silva apoia.

Perante o peso que a tendência de Balsemão, apesar de tudo, revelara na Figueira, o novo líder, num esforço de reconciliação, depois de não o ter conseguido convencer a aceitar o lugar de representante de Portugal na ONU, em Nova Iorque, convidado-o como candidato às legislativas antecipadas marcadas por Ramalho Eanes para outubro desse ano, na sequência da rutura do Bloco Central causada pelo próprio Cavaco Silva logo após ascender à chefia do partido. «Depois de muitas hesitações, [Balsemão] aceitou ser número dois por Lisboa, a seguir a mim», lembrará o chefe social-democrata, que ascenderá a primeiro-ministro após vencer, sem maioria absoluta, o escrutínio.

Contudo, acabou eleito para um lugar em que se «sentia inútil»: «Andei uns tempos pelo Parlamento, um pouco desasado, assumindo-me como *backbencher* [deputado de base], sem querer participar na orientação do Grupo Parlamentar nem intervir no plenário, nem nas comissões parlamentares. Fui cumprindo os mínimos.»

Foi salvo por um convite para encabeçar a lista social-democrata em que se estreariam os primeiros deputados portugueses ao Parlamento Europeu (PE), eleitos (excecionalmente e por

curto mandato) pela AR no fim de 1985, a dias de se consumir a entrada do país na CEE. Mas só se manteve 11 dias em Bruxelas, afastando-se por Cavaco Silva ter designado outro eurodeputado para líder da representação portuguesa no PE, quando Balsemão, com o cartão de militante n.º1 do PSD, se julgava com direito ao título. Ato contínuo, renunciou também ao assento na AR.

A sua distância política face a Cavaco Silva cresceu ao recusar apoiar, por essa altura, o candidato às presidenciais de 1986 pelo qual o líder social-democrata optara: nem mais nem menos que Freitas do Amaral. Pelo contrário, votou nas duas voltas naquele que acabaria por derrotar o ex-líder centrista e sagrar-se primeiro Presidente civil do regime: Mário Soares. Embora sem nunca apelar explicitamente ao voto no socialista, publicou no *Expresso*, a dois dias da segunda volta, um texto onde assinalava, de modo algo cifrado, a sua opção: afinal, o jornal sempre fora «para os que sabem ler».

A consequente expulsão do PSD de alguns filiados que haviam declarado apoio à candidatura de Soares foi o pretexto para o antigo companheiro de Sá Carneiro se demitir de todas as estruturas partidárias a que pertencia (mantendo, porém, o cartão de filiado). Fechou virtualmente o capítulo da sua vida dedicado à política ativa. No futuro, ainda viria a ponderar a hipótese de se candidatar a Belém (sobretudo após Soares cumprir os seus dois mandatos), mas nunca viu reunidas as condições para avançar. Fará, contudo, parte do Conselho de Estado a partir de 2005, eleito pela AR por proposta do então líder social-democrata, Luís Marques Mendes, mandato que viu renovado ao longo de duas décadas.

Desde há muito que Balsemão participava nas reuniões do Grupo de Bilderberg, o qual junta anualmente, em diferentes locais da Europa ou da América do Norte, proeminentes figuras de várias nacionalidades para discutir temas relacionados com

o estado do mundo. Permanecendo as conversas confidenciais, o Grupo (ou Clube) de Bilderberg tem excitado as imaginações conspirativas quanto a tratar-se de uma estrutura com a ambição de governar o planeta com fins razoavelmente obscuros, se bem que a resposta – à maneira do que passou a fazer-se também em Davos, mas às claras – seja mais transparente.

Convidado enquanto ministro-adjunto de Sá Carneiro, a primeira aparição de Balsemão no fórum deu-se quando já era primeiro-ministro, em maio de 1981, em Bürgenstock, na Suíça. Regressou dois anos depois (quando ainda chefiava o governo de gestão), tendo caído nas simpatias do clube, que logo a seguir o admitiu como membro da sua comissão diretiva, com a possibilidade de convidar para cada encontro dois compatriotas a quem adivinhasse crescente protagonismo e influência na vida pública. As suas escolhas (abrangendo sobretudo gente da área social-democrata ou socialista) dariam lugar a infundáveis especulações. Neste domínio, a sua coroa de glória será a concretização, como anfitrião, do primeiro encontro Bilderberg realizado em Portugal – no concelho de Sintra, em junho de 1999.

Com o fim do seu envolvimento na política, Balsemão começa a participar em programas radiofónicos e, em 1987, a dar aulas como professor associado no curso de Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, atividade que manterá durante 15 anos.

No plano empresarial, não precisa de se preocupar com o *Expresso*, que, para o fim dessa década, alcança o primeiro lugar em circulação e vendas de semanários e ultrapassa, a partir de 1987, um milhão de contos em receitas de anúncios (17% do investimento publicitário em todo o mercado). Balsemão pensa até, na ocasião, em abrir o capital do jornal ao público, mas não quis arriscar perder o controlo da empresa, que fazia questão de sempre lhe continuar a pertencer. A Sojornal permite-se comprar o prédio onde está instalada a sede do *Expresso*, cujos serviços se

expandem para todos os pisos. E o grupo Controljornal, *holding* que, a partir da Duque de Palmela, Balsemão constrói (sempre sob seu controlo maioritário), associa-se a uma editora brasileira para a publicação, a partir de 1989, da revista de economia e negócios *Exame*. Aproveitando a liberalização económica possibilitada nesse ano com a segunda revisão constitucional, o grupo adquire ao Estado *A Capital* (nacionalizado em 1975 como a maioria da imprensa diária) – em detrimento do *DP*, também à venda mas sobre o qual o ex-responsável abafou sentimentos.

E, para completar o circuito integrado de produção de imprensa, a Controljornal investe em tipografia, adquirindo uma moderna rotativa *off-set* para impressão de periódicos (não só os do grupo). Quase ao mesmo tempo, passa a deter 50% da VASP, que distribui perto de meia centena de publicações.

CAPÍTULO 13

«A TELEVISÃO PARA TODOS OS PORTUGUESES»

Aproveitando a disponibilidade de um patrocinador comercial, Balsemão lançou em 1987, através do *Expresso*, o Prémio Pessoa, destinado a galardoar anualmente uma personalidade portuguesa que se tenha destacado nas áreas científica, artística ou literária. Ele seria presidente vitalício do júri, e o avultado prémio pecuniário foi coberto pelo patrocínio. Cedo, o Prémio Pessoa (em cuja primeira edição foi distinguido o historiador José Mattoso) firmou créditos como o mais relevante do género em Portugal.

Apesar de sempre jurar pela independência das suas direções editoriais, Balsemão, curiosamente, enumerou uma lista de três figuras que proibiu de colaborarem no *Expresso*: Marcelo Rebelo de Sousa, o cartoonista Augusto Cid e o jornalista e colunista Artur Portela Filho. José António Saraiva confirmará a existência do restrito *index* ouvido da boca do patrão: «Marcelo porque lhe tinha feito patifarias, Augusto Cid porque o desenhava sem boca nem olhos e Artur Portela Filho porque tinha escrito coisas sobre ele que considerava ofensivas.» Portela Filho, surpreendido pela revelação, dirá desconhecer o que, saído da sua pena, tanto terá desagradado ao cofundador do PSD. Quanto a Cid, pode ter contribuído também a sua incessante campanha pela tese do atentado em Camarate e seu encobrimento (que levou o ex-primeiro-ministro a ganhar contra ele um processo judicial por difamação).

No final da década, o grupo de Balsemão é abalado por uma crise ocorrida no *Expresso* (designado pelo próprio proprietário como o «navio almirante» da sua esquadra comunicacional): metade de redação, capitaneada por Vicente Jorge Silva (então diretor-adjunto), abandona o semanário para fundar o matutino *Público*.

Antes, Balsemão ponderou a proposta de ser ele a criar o diário, não tendo ficado convencido da sua viabilidade, pelo que os dissidentes se acolheram sob a asa de Belmiro de Azevedo, o próspero líder do grupo Sonae (dono da rede de hipermercados Continente). O outro não se intimidou perante o desafio do empresário nortenho, dizendo-lhe ao telefone: «Se quer guerra, vamos para a guerra!».

Sendo o *Expresso*, ao longo de anos, uma incubadora de outros projetos jornalísticos, tratava-se, nas palavras de Balsemão, de mais uma tentativa edipiana de «matar o pai». Mas, após uma pequena quebra de vendas no primeiro ano após a cisão, o semanário, com uma redação renovada, retomou o percurso ascendente, deixando o proprietário tranquilo: conseguira endireitar o navio almirante.

Adquiriu assim a estabilidade necessária para se dedicar ao que fazia da Controljornal um verdadeiro grupo multimédia: a criação de uma estação de televisão. Essa ambição, já antiga, só se pôde concretizar após a liberalização económica de 1989 e a abertura pelo governo de um concurso para atribuição de alvará às duas primeiras estações privadas de TV em Portugal. Balsemão (que, entretanto, fundou a Impresa, uma «super-holding» que detém 85% da Controljornal e será o vértice da pirâmide formada pelo conjunto das sociedades do grupo, em que as participações de capital se estruturam em cascata, permitindo-lhe manter a maioria em todas) é um dos três candidatos. Para o efeito, cria a Sociedade Independente de Comunicação Social (SIC), SA.

A proposta é aceite pelo executivo como a mais sólida e bem fundamentada, atribuindo-se à SIC, no início de 1992, um dos canais (indo o outro para a Igreja, que o batizará como TVI – Televisão Independente). SIC será o próprio nome da estação de Balsemão, para quem é crucial começar a emitir antes da concorrente TVI.

Criar em Portugal uma estação de TV não era o mesmo que fundar um jornal, sendo de ordem financeira o principal obstáculo. O investimento não estava ao alcance exclusivo de nenhum grupo nacional de comunicação, por maior dimensão que tivesse. E, quanto a investidores além-fronteiras, um diploma do imediato pós-25 de Abril, ainda em vigor apesar da integração de Portugal no mercado comum, limitava a participação de sociedades estrangeiras nos órgãos de comunicação social nacionais a um máximo de 10% do seu capital – com os quais, feitas as contas, nunca se lá ia.

Só que Balsemão, para assegurar o arranque da SIC, conseguiu contornar a lei, aliando-se a uma sociedade estrangeira – o fundo de investimento Pallas, de origem espanhola – que entrou com 40% do capital da Controljornal de forma disfarçada, através de uma complexa engenharia financeira.

Tendo percebido que Luís Correia de Sá possuía estatuto de emigrante (como proprietário de uma empresa especializada em fornecer *catering* a plataformas marítimas de exploração petrolífera, entre elas as que operavam ao largo de Angola, possuindo assim certificado de residência neste país), convenceu o amigo a servir de testa de ferro para a entrada do capital em Portugal. Isto porque os emigrantes portugueses beneficiavam de regime especial permitindo a colocação no país das suas poupanças em qualquer tipo de divisas.

Correia de Sá faturara 60 milhões de dólares em 1991, com um lucro de 10 milhões, pelo que não carecia de dinheiro. Mas a circunstância de ser ainda primo e amigo de infância de Balsemão

(padrinho, aliás, de uma filha sua) tê-lo-á levado a aceitar, sem levantar ondas, que se constituísse uma sociedade de gestão de participações financeiras com as suas iniciais, a LCS-SGPS, SA (de que formalmente detinha três quartos do capital, estando o resto em nome do Pallas), para servir de veículo ao financiamento estrangeiro. Sem ele pôr um tostão, verbas de milhões deram a seguir entrada na sua conta de emigrante em Portugal como empréstimos de *offshores* controladas pelo Pallas, investindo a LCS na compra de 40% da Controljornal (detendo Balsemão o resto através da Impresa). Com a sua quarta parte oficial da LCS, o Pallas só detinha assim, nominalmente, o máximo legal de 10% do grupo Balsemão.

«Foi com esse dinheiro que se fez a SIC», admitirá, sob anonimato, um dos administradores da Controljornal ao tempo. «Eles [Pallas] não quiseram ficar na SIC, tinham regras. Saíram pouco depois. A Controljornal fez a recompra.»

Tempos depois, contudo, surgiu a Correia de Sá um inesperado problema que levou à sua ruína: como dono formal de 40% da Controljornal, apareceu numa lista dos mais importantes milionários portugueses, e a ex-mulher, uma belga de quem pouco antes se divorciara, aproveitou a revelação para exigir ao antigo marido a parte que lhe corresponderia na partilha de bens. O homem ficou em pânico: «Pedi ao Balsemão e ao Luiz Vasconcellos que escrevessem uma carta a dizer que não era bem assim e que pedissem aos espanhóis do Pallas para escreverem também. O Pallas fez essa declaração, que foi entregue ao tribunal de Bruxelas. Cá, haveria problemas por dizer isso; na Bélgica, não.» O certo é que perderia o processo, tendo de pagar à queixosa uma fortuna deduzida de algo que nunca lhe pertencera.

Balsemão procurou também o *know-how* de uma estação estrangeira de TV, acabando por conceder uma participação na SIC de 15% (o máximo permitido pela lei da televisão, de 1990)

à brasileira TV Globo, que dominava as audiências no país de origem, sobretudo através de uma combinação diária de telenovelas de produção própria.

Sob o *slogan* «A sua televisão independente» (depois mudado para «A televisão para todos os portugueses»), a equipa da SIC conseguiu arrancar com as emissões na data marcada por Balsemão ao vencer o concurso – 6 de outubro de 1992 –, ganhando vantagem à TVI, que apenas iria para o ar no ano seguinte. Não tendo constituído logo um êxito de audiências, apostaria depois a programação numa receita de formatos de entretenimento e no exclusivo das telenovelas da Globo (antes detido pela RTP), além de enveredar por fórmulas mais agressivas e dinâmicas de informação. Ao fim de escassos anos, conquistava metade do universo regular de telespectadores, garantindo o sucesso da mais ousada aventura comunicacional do proprietário.

Ainda nos anos 1990, Balsemão acrescentaria mais títulos ao seu portfólio de imprensa. Lançou a revista *Caras*, de informação sobre o *jet-set*. Adquiriu, por outro lado, o semanário *Blitz*, orientado para a música *pop/rock*. Na área do automobilismo, detinha os periódicos *Volante* e *Autosport* (depois fundidos no segundo nome) e, ainda, *Turbo*. No mercado das revistas especializadas, publicaria um leque de três dezenas de outras publicações, além da versão portuguesa de *Courrier International* (seleção de matérias da imprensa internacional). E, em 1999, integraria na constelação a revista semanal de grande informação *Visão* (sucessora de *O Jornal*) e o semanário de artes, literatura e cultura *Jornal de Letras*.

Mestre na gestão do tempo, não perdera os dotes de Casanova, e ainda se mantinha disponível para aventuras amorosas, como quando teve de sair de casa por se envolver com uma secretária da Sojornal. Uma amiga, guardando o anonimato, explica por que teve o caso tal desfecho: «Foram vistos juntos em Madrid, e aí desencadeou-se o escândalo.» Helena Carneiro,

para quem «essa secretária era muito simpática», assegura ter sido a mulher do patrão a pô-lo fora de casa: «Houve um ultimato da Tita.» Não terá sido o seu único abandono temporário do lar por imperativos do coração: «Ele teve várias saídas», assevera Penha e Costa. «Mas a da [secretária] foi a que teve maior impacto», completa, também sob anonimato, um amigo da família. Para Miguel Veiga, contudo, não era regra: «Se o Balsemão tivesse de sair de casa por todas as questões de saias que teve... Agora, que ele dava origem a elas, dava.» Tudo acabou, no entanto, em reconciliação com Tita.

Manteve, por outro lado, intervenção em inúmeros colóquios, debates e fóruns sobre problemática dos media. Presidiu longos anos ao respeitado *International Press Institute*, assim como ao *European Publishers Council* e ao conselho de administração do *European Institute for the Media*.

CAPÍTULO 14

ÚLTIMO ATO

Para sustentar o funcionamento de todos os seus *media* (e sobretudo da SIC, além de ter de devolver, com mais-valias, o investimento do Pallas), a Impresa chegou ao fim do século XX com um pesado endividamento financeiro. O grupo Balsemão – de longe, no país, já o de maior dimensão na área da comunicação social – estava na mão dos bancos.

Confiado no valor do seu império, Balsemão arrisca, em julho de 2000, lançar 49% do capital da Impresa na Bolsa de Lisboa. Com uma cotação inicial de 10,25 euros por ação, o encaixe de capital no primeiro dia foi de cerca de 250 milhões de euros. Ano e meio depois, porém, cada ação valia apenas 2,19 euros.

Uma das razões foi a crise mundial das tecnológicas, ao estourar a bolha das firmas baseadas na internet – a nova forma de comunicação digital sem fronteiras – ainda durante 2000. Mas outra tinha que ver com a própria SIC, que, na competição das audiências, foi pela primeira vez ultrapassada pela TVI. A inversão de posições deu-se no outono de 2000, e no ano seguinte o *share* médio da TVI superou o da SIC em 7%.

A perda de hegemonia da SIC (só recuperada quase duas décadas depois) deveu-se a uma combinação pela concorrente (já há muito abandonada pela Igreja) de telenovelas de produção nacional com, sobretudo, um modelo de programa que fazia furor no estrangeiro – o *Big Brother* –, um *reality-show* acompanhando um grupo de pessoas encerradas numa casa-estúdio

(que Balsemão, por pudor, tendo tido a primazia na aquisição do formato, não quisera exhibir). Nenhum antídoto conseguiu combater o efeito *Big Brother*, um dos fatores que levarão à saída, ao fim de um ano, do onnipotente diretor da estação desde o início, o jornalista Emídio Rangel.

A aposta de Balsemão foi uma fuga em frente, com a abertura de um leque de canais na TV por cabo – então considerada o futuro da televisão. Surgiram a SIC Internacional (vista em mais de uma dezena de países), a SIC Radical (dirigida ao público jovem), a SIC Mulher e, mais tarde, a infanto-juvenil SIC Kids (depois SIC K). Mas a grande inovação foi, no início de 2001, um novo projeto jornalístico – a SIC Notícias, o primeiro canal informativo de TV a vingar em Portugal. O patrão da Impresa contava com o pagamento dos operadores do cabo, que ansiavam por novos canais e conteúdos.

Mantiveram-se, não obstante, tempos difíceis para o grupo, com um resultado líquido negativo da Impresa, em 2001, de 52,2 milhões de euros. Um programa de redução de custos iniciado nesse ano levou ao afastamento de quase 200 empregados (dos quais mais de metade da SIC, que, desde o início, triplicara o seu pessoal).

Passando o tempo sem perspectivas reais de redução da dívida, houve um susto acrescido em 2005, devido a um incidente com Ricardo Salgado, o todo-poderoso líder do Banco e Grupo Espírito Santo (BES/GES), que cancelou o enorme volume de publicidade posto todas as semanas no *Expresso* e noutros meios da Impresa como represália por informações divulgadas pelo jornal e desagradáveis para os seus interesses. Balsemão não ce-deu à chantagem, obrigando Salgado, ao fim de semanas, a fazer marcha atrás.

Logo a seguir teve de enfrentar outra crise com a saída do diretor do *Expresso* para fundar, em 2006, um semanário concorrente – o *Sol* (depois *Nascer do Sol*) –, com apoio financeiro

do Banco Millennium/BCP. Mas José António Saraiva falhou na promessa de ultrapassar as tiragens do jornal de Balsemão, que assim sobreviveria a outra tentativa de «matar o pai».

O patrão da Impresa demorou tempo a reagir ao advento do digital trazido pelo novo século, fornecendo ao público formas alternativas de consumo de informação e entretenimento e dando início ao inelutável declínio das audiências dos meios convencionais, como os jornais e a TV generalista. O fenómeno implicou a diminuição de receitas da publicidade, que garantiam a independência e a viabilidade económica de um setor em competição crescente com conteúdos acessíveis pela internet, como as redes sociais e as plataformas de TV por *streaming*.

Não que a Impresa – mais tarde do que cedo – não investisse nas novas formas de comunicação digital, mas, à semelhança de muitos outros companheiros de infortúnio, não passou da fase em que as receitas não cobrem os custos. O fundador do grupo iniciou um combate incessante pelos direitos dos produtores de conteúdos e a cobrança das matérias extraídas dos seus meios pelos motores de busca – que as redistribuem impunemente –, mas sem perspectivas de com isso equilibrar as contas.

Ao mesmo tempo que Balsemão era homenageado, em 2010, com doutoramentos *honoris causa* pela Nova e a Universidade da Beira Interior, a contração era a palavra de ordem do grupo, como forma de perder lastro para reduzir custos e continuar a navegar. Ao longo dos anos seguintes, a Impresa, cujo número de trabalhadores se reduziu de 1450 para cerca de 900 entre 2008 e 2021, foi-se desfazendo de sucessivas publicações em papel, até ficar reduzida de novo ao *Expresso*. O grupo concentrou as atividades num só edifício adquirido em Paço de Arcos, começando por transferir para lá o semanário em 2003 e a SIC cerca de década e meia depois.

Num episódio de contornos shakespearianos, o líder foi entretanto sujeito, em 2009, ao maior ataque à sua posição de

dono da Impresa, vindo o assédio de onde menos podia esperar – um filho de Luiz Vasconcellos, Nuno, licenciado em gestão e amigo íntimo de Balsemão (seu padrinho de casamento, a quem tratava por «tio»).

Nuno Vasconcellos emergira de súbito à frente da Ongoing Strategy Investments, uma empresa a nadar em dinheiro, com relevantes participações acionistas no GES, na tecnológica Portugal Telecom (PT), numa empresa de telemóveis, internet e TV por cabo e também na Impresa. O jovem gestor financiava-se com apoio de Ricardo Salgado (a cujas diretivas – apurou-se mais tarde – obedecia, ajudando-o a manter o controlo da PT) e tinha bom relacionamento com o então primeiro-ministro, o secretário-geral socialista José Sócrates. Sentiu a fragilidade empresarial do amigo do pai e propôs-lhe um aumento de capital do grupo para limpar a dívida e investir, ficando cada um com 50%. Como Balsemão dizia não ter dinheiro para o acompanhar na operação, o afilhado seria generoso ao ponto de se disponibilizar a emprestar-lhe 20 milhões de euros, especificando-lhe por carta: «O tio não precisa de me pagar. Se me pagar os 20 milhões de volta, fica *fifty-fifty* [...]. Se morrer com essa dívida, então a dívida transforma-se em ações e eu ficou com elas.» Em contrapartida, seria CEO (*chief executive officer*, ou presidente da comissão executiva) da Impresa, relegando o fundador, como *chairman* (presidente não executivo), para a função que ele dizia mais apreciar: «Por ser presidente, terá voto de qualidade enquanto for vivo, e, como gosta de controlar os conteúdos, onde eu não quero mandar, fica presidente da área editorial.» Deste modo, o atrevido arrancaria o grupo das mãos do seu criador – algo que Balsemão sempre fizera questão de manter, sendo por isso avesso a aumentos de capital, que podiam fazer-lhe perder o controlo das empresas. «Prefiro vender tudo a aceitar uma solução minoritária, mesmo que tentem disfarçá-la com presidências honorárias ou coisas do género» – declarará depois.

Foi um drama que se desenrolou durante longos meses. Mas, apesar de a dívida da Impresa ultrapassar à época os 260 milhões de euros, o líder declara publicamente não precisar de aumento de capital, pondo termo à investida do afilhado, com quem corta relações para sempre. E ganha todas as ações que contra ele intenta a Ongoing em tribunal.

Dada a dependência financeira do proponente perante Ricardo Salgado, a incursão da Ongoing poderá ter-se tratado de retaliação do homem do BES derivada ainda do conflito da publicidade. Ou então fazer parte do famigerado plano de Sócrates (articulado com Salgado) para controlar uma relevante fatia da comunicação social portuguesa – consoante posto a nu, colateralmente, por notórias investigações judiciais com motivos distintos. Contudo, Nuno Vasconcellos expunha uma realidade incómoda para a liderança do grupo: «Em dez anos, a Impresa não distribuiu dividendos, e vale menos de metade do que valia. Aqui há incompetência.» Libelo que dirigiu diretamente ao padrinho, depois de este cotar a sociedade em bolsa: «Pedi 400 milhões de euros a pequenos acionistas. [...] Quanto valem hoje? Quarenta milhões. O normal é dizer: “Investi 400 milhões, hoje tenho 2000 milhões” [...]. E quanto houve de dividendos? Zero.» Com efeito, a gestão típica de Balsemão distribuía dividendos à família mas a mais nenhum acionista. O dinheiro era sempre preciso para amortizar a dívida, investir ou capitalizar.

Todavia, se ele podia resistir às investidas dos homens, já à do tempo era impossível. Aos 75 anos, cedeu relutantemente o lugar de CEO a um administrador três décadas mais jovem, Pedro Norton, formado em Direito e Gestão, já com anos de carreira na Impresa e seu vice-presidente. Mas não foi o fim de uma época: reservando-se o posto de *chairman*, Balsemão continuará a ser ouvido, frequentando com o mesmo ritmo as instalações do grupo e influenciando a sua orientação. «É impressionante, vive aquilo, faz parte da sua vida», testemunha então o

jornalista Luís Marques, que também desempenhará funções de gestão na Impresa. «A ideia de que poderia ser *chairman*, mais distante, afastar-se, não é da natureza dele. Isso nunca vai acontecer, está-lhe colado à pele.»

Norton cedo dá de caras com o problema de fundo: com outros administradores (entre os quais Luís Marques), conclui que a única saída para o grupo será a associação a um parceiro estratégico – eventualmente uma firma de comunicação de outro país europeu –, o que, porém, implica ceder-lhe a maioria do capital. Mas esbarra de novo com a intransigência de Balsemão, que garante, na reunião anual de quadros da Impresa a fechar 2015: «Esta empresa sempre foi uma empresa familiar e vai continuar a ser.»

Foi a gota de água que leva o CEO a pedir a demissão. Confirmando a sua profecia, Balsemão escolhe, para lhe suceder, o filho mais novo. Francisco Pedro, licenciado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa (e que também já trabalhava no grupo, à semelhança dos meios-irmãos Mónica e Francisco Maria), torna-se, em 2016, no mais jovem CEO do PSI-20 (as 20 maiores sociedades cotadas na Bolsa de Lisboa). Garantirá o *chairman* que com a concordância de toda a prole – e Tita também não será estranha à promoção do filho. Francisco Pedro Balsemão tem a idade do pai quando fundou o *Expresso*. Mas não é a mesma coisa.

Por essa ocasião, eram cada vez mais visíveis no rosto do patriarca os sinais de uma degenerescência epidérmica de natureza cancerígena. Possível fatura de uma excessiva exposição solar por muitas idas à praia, à neve ou aos *greens*? Jamais se saberá, mas nenhum médico demoverá Balsemão de abdicar das práticas epicuristas a que se dedicou ao longo de vida, desde as refeições regadas a uísque aos cigarros fumados em cadeia. Sempre se mostrou tão impenitente quanto Don Giovanni ao ser arrastado para o além pela estátua do comendador. Apenas

substituiu o uísque por vinho branco (que suspendeu após um tratamento a uma orelha lhe ter criado repulsa ao álcool, para o retomar recuperado o palato). A doença manteve-se ao longo de anos com altos e baixos e sucessivas limpezas de pele. Mas a saúde do paciente foi-se degradando de forma irreversível, ao ponto de já não poder sair de casa (onde sobrevivia à custa de uma bateria de aparelhos), nem sequer para receber a Grã-Cruz da Ordem de Camões que, por serviços prestados à pátria, Marcelo Rebelo de Sousa – entretanto eleito Presidente da República em 2016 – entendeu outorgar-lhe por alturas do seu 88.º aniversário.

A decadência física ia em paralelo com a decadência económica do grupo: pela mesma ocasião, era vendido a um empresário colombiano o palacete da Lapa que sempre pertencera à família e do qual, nos últimos anos, o líder fizera a sede da Impresa.

Francisco Pinto Balsemão morreu menos de dois meses depois de condecorado, a 21 de outubro de 2025, não tendo a família anunciado as razões do óbito. Houve comoção pública, com dois dias de luto nacional e cerimónias fúnebres nos Jerónimos.

É uma realidade que o criador do *Expresso* e da SIC, cofundador do PSD e duas vezes primeiro-ministro, deixa aos herdeiros um grupo com pés de barro, tecnicamente falido, sem capitais próprios e que lhes acarretará enormes dores de cabeça. Contudo, dessa carreira nunca será possível apagar os relevantes contributos dados ao país nos domínios da liberdade de expressão e da defesa da democracia.

Contra as expectativas, o menino nascido rico na Lapa soube fintar o destino – foi um ousado protagonista da História, não seu mero espectador. Balsemão não desperdiçou a vida nem deixou que outrem a vivesse por ele.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, António Tavares de, *Balsemão, o Retrato*, Lisboa, Europress, 1981.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.
- AVILLEZ, Maria João, *Francisco Sá Carneiro: Solidão e Poder*, Lisboa, Cognition, s/d.
- AVILLEZ, Maria João, *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- BALSEMÃO, Francisco C.P., *Informar ou Dependere?*, Lisboa, Edições Ática, 1971.
- BALSEMÃO, Francisco Pinto, *Memórias*, Lisboa, Porto Editora, 2021.
- CARVALHO, Frederico Duarte, *O Governo Bilderberg – Do Estado Novo aos nossos dias*, Lisboa, Planeta, 2016.
- CASTANHEIRA, José Pedro, *O que a Censura Cortou*, Oeiras, Edições Expresso, 2009.
- CARNEIRO, Maria do Rosário/PEDROSO, Célia, *Adelino Amaro da Costa – Histórias de uma Vida Interrompida*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.
- CRUZ, Carlos, *Uma Vida*, Lisboa, Albatroz, 2016.
- FERREIRA, José Medeiros, *Memórias Anotadas*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017.
- JARDIM, Alberto João, *Relatório de Combate – Memórias*, Lisboa, Dom Quixote, Lisboa, 2017.
- JIMÉNEZ, Cristina Martín, *O Clube Secreto dos Poderosos*, Lisboa, Matéria-Prima Edições, 2015.
- LUCAS, Isabel, *Vicente Jorge Silva – Conversas com Isabel Lucas*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- MATOS, Vítor, *Marcelo Rebelo de Sousa*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012 (4ª edição).

- MELLO, Manuel José Homem de, *Meio Século de Observação*, Lisboa, Dom Quixote, 1996.
- PINHEIRO, Miguel, *Sá Carneiro*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010 (3ª edição).
- REIS, Joana, *Melo e Castro – O Provedor que Dizia sim à Democracia*, Oeiras, Casa das Letras, 2013.
- SARAIVA, José António, *Eu e os Políticos*, Lisboa, Gradiva, 2016.
- SARAIVA, José António, *Confissões de um Diretor de Jornal*, Lisboa, Dom Quixote, 2003.
- SARAIVA, José António, *Confissões – Os últimos anos do Expresso, o nascer do Sol e as conversas com políticos à mesa*, Oeiras, Oficina do Livro, 2006.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa – Fotobiografia (2ª edição)*, Amadora, Bertrand Editora, 1999.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD (2 volumes)*, Amadora, Bertrand, 2000.
- VIEIRA, Joaquim, *Mário Soares – Uma Vida*, Alfragide, Dom Quixote, 2024.
- VIEIRA, Joaquim, *O que Fizemos da Nossa Liberdade – 50 anos de democracia em Portugal*, Lisboa, Objectiva, 2024.
- VIEIRA, Joaquim, *Francisco Pinto Balsemão*, Lisboa, Planeta, 2017.

Periódicos:

<i>Diário da Assembleia Constituinte</i>	<i>Expresso</i>
<i>Diário da Assembleia da República</i>	<i>Independente (O)</i>
<i>Diário do Governo</i>	<i>Jornal (O)</i>
<i>Diário de Lisboa</i>	<i>Mais Alto</i>
<i>Diário de Notícias</i>	<i>Povo Livre</i>
<i>Diário Popular</i>	<i>Público</i>
<i>Diário das Sessões da Assembleia Nacional</i>	<i>Semanário</i>
	<i>Tempo</i>

RETRATOS POLÍTICOS III

Arquivos:

Academia das Ciências de Lisboa

Arquivo Geral do Exército

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Tribunal Cível de Lisboa

Biblioteca Nacional

Centro de Documentação 25 de Abril

Escola Pedro Nunes

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Ordem dos Advogados

Supremo Tribunal de Justiça

Universidade de Lisboa

Joaquim Vieira (n. 1951), jornalista, ensaísta e documentarista, esteve na direção do *Expresso*, RTP e *Grande Reportagem* e foi provedor do leitor do *Público*. Assinou a obra em 10 volumes *Portugal Século XX – Crónica em Imagens* e dirigiu uma coleção de 18 fotobiografias (redigindo as de Salazar, Marcello Caetano, Almada Negreiros e Benoliel). Entre outros títulos, escreveu *A Governanta – D. Maria, companheira de Salazar*; *Mário Soares – Uma Vida*; *Álvaro Cunhal – O Homem e o Mito*; *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*; *Francisco Pinto Balsemão* (que em parte serviu de base ao presente volume); *José Saramago – Rota de Vida*; *História Libidinosa de Portugal*; *António de Oliveira Salazar – A Ditadura de Cátedra*; *O que Fizemos da Nossa Liberdade – 50 anos de democracia em Portugal* e *Freitas do Amaral – A um passo da glória*. Foi coautor de *Os Meus 35 anos com Salazar*; *Mataram o Rei! – O Regicídio na Imprensa Internacional*; *República em Portugal! – O 5 de Outubro Visto pela Imprensa Internacional*; *Nas Bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*; *150 Perguntas & Respostas Essenciais sobre a História de Portugal*; e *Caso Sócrates – O Julgamento do Regime*. O seu mais recente documentário, sobre Fernando Lopes-Graça, intitula-se *Música de Graça*.



RETRATOS POLÍTICOS **BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES I**

01. ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR POR JOAQUIM VIEIRA
02. MARCELLO CAETANO POR ANTÓNIO ARAÚJO
03. ÁLVARO CUNHAL POR ADELINO CUNHA
04. FRANCISCO SÁ CARNEIRO POR JOÃO PACHECO

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES II

01. HUMBERTO DELGADO POR ANTÓNIO ARAÚJO
02. ANTÓNIO DE SPÍNOLA POR BRUNO VIEIRA AMARAL
03. DIOGO FREITAS DO AMARAL POR JOAQUIM VIEIRA
04. ANTÓNIO RAMALHO EANES POR ISABEL TAVARES



Leia o QR Code para
comprar online.

Para adquirir coleções anteriores ou alguns dos seus volumes, entre em contacto connosco através de pedidos@colecõesanteriores.pt ou 218 367 007.

Filho de um casal de alta burguesia, os augúrios eram, de facto, demasiado improváveis para se calcular que Francisco José Pereira Pinto de Balsemão viesse a notabilizar-se por algo que não fosse uma existência desafogada, despreocupada e anonimamente feliz. Contra as expectativas, o menino rico nascido na Lapa soube fintar o destino – foi um ousado protagonista da História, não seu mero espectador. Não desperdiçou a vida nem deixou que outrem a vivesse por ele. É uma realidade que o criador do Expresso e da SIC, cofundador do PSD e duas vezes primeiro-ministro, deixa aos herdeiros um grupo com pés de barro. Contudo, dessa carreira nunca será possível apagar os relevantes contributos dados ao país nos domínios da liberdade de expressão e da defesa da democracia.

Joaquim Vieira

«PODEM, DESDE JÁ, SER CRIADAS CONDIÇÕES PARA SE AVANÇAR NA LIBERTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, PERANTE UM ESTADO POR VEZES ARBITRÁRIO, QUASE SEMPRE LENTO E NEM SEMPRE COMPETENTE.»

Na posse como primeiro-ministro,
9 de janeiro de 1981.

